

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 — Série VII — N.º 795
23 de Março de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade: ... s. 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22/25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

Um comício em grande!



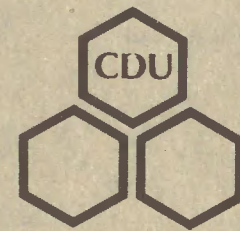
Intervenção
de **ÁLVARO CUNHAL**

«O combate ao Governo PSD e à sua política, a defesa do regime democrático e da independência nacional são inseparáveis»

Págs. 1 a 5/Semana



Encontro Nacional da CDU



O projecto de intervenção eleitoral lançado pela CDU afirma-se hoje como factor político determinante

Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

76 milhões de contos

Os comunistas da Madeira abordam com realismo o grave problema da dívida da Região

Economia

Dívida da Madeira no banco dos réus

O Conselho Regional do Partido Comunista da Madeira, reunido em sessão extraordinária no dia 17 de Março, abordou com realismo o grave problema da dívida da Região. O Conselho, presidido pelo camarada António Dias Lourenço, analisou a situação financeira da Região Autónoma da Madeira, destacando a importância de se encontrarem soluções para a redução da dívida pública. O documento aprovado pelo Conselho aponta para a necessidade de uma intervenção política e económica que permita a recuperação da situação financeira da Região, através da implementação de medidas que promovam o crescimento económico e a criação de emprego.



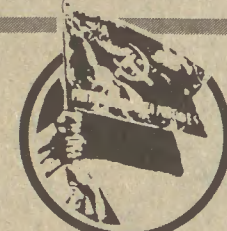
A solução da dívida

As soluções que a CDU defende



Comício PCP/PC da China

A delegação do Partido Comunista da China, que chega a Portugal no próximo domingo e visitará o nosso país de 26 a 31 de Março, a convite do PCP, participará no dia 29, quarta-feira, num comício de amizade que terá lugar às 21.30 horas, nos «Penicheiros», no Barreiro.



Sam Nujoma, presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), que veio a Portugal participar no Encontro Internacional de Emergência para uma Independência Genuína da Namíbia, encontrou-se com **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, que estava acompanhado pelo camarada **Domingos Lopes**, da Secção Internacional do Partido e membro do Comité Central



Luís Inácio da Silva (Lula), secretário-geral do Partido dos trabalhadores do Brasil, que visitou Portugal no decurso da semana, foi recebido por uma delegação do PCP, constituída por **Domingos Abrantes**, da Comissão Política e do Secretariado do CC, por **Vidal Pinto**, suplente do Secretariado, e por **Manuela Bernardino**, do CC e da Secção Internacional

Grandes passos na resposta popular

Na realidade política nacional, desde algumas semanas atrás, produzem-se e verificam-se sensíveis alterações de fundo.

Tais alterações podem temporariamente ser iludidas e ocultar-se aos olhos do grande público mas não podem indefinidamente ser escamoteadas na sua essência profunda e na sua verdadeira dimensão.

Mesmo afogando a verdade nas ondas de poeira da poderosa máquina de propaganda e de mistificação pública da direita governante; mesmo tentando sufocar e silenciar, por vezes com algum êxito, a voz, as posições e as iniciativas políticas dos sectores mais dinâmicos e consequentes da democracia portuguesa, designadamente do PCP, numa comunicação social manipulada que é propriedade de todos nós e se obriga constitucionalmente ao pluralismo democrático, tais alterações assentam em fenómenos e causas de natureza objectiva que ao fim e ao cabo terminam por se impor de maneira decisiva e por tornar-se visíveis pelo próprio desencadear dos acontecimentos.

Na última semana, na linha dos sucessos anteriores, novos factores de duas ordens evidenciaram e confirmaram realidades inofismáveis da situação política portuguesa dos dias actuais:

Uma, a do crescente descrédito e do progressivo definhamento do mito da eficiência, da prosperidade e da estabilidade política do Governo cavaquista; a da acentuada redução da sua base social e política de apoio; a do alastramento e intensificação da contestação popular de massas ao seu projecto e à sua prática política. E ao mesmo tempo e do adensamento das contradições e incoerências políticas no seio de forças ditas de oposição que com o PSD, de maneira aberta ou na penumbra dos gabinetes, comungam em considerável extensão nos objectivos e nas tentativas de subversão das instituições e das realidades económicas, sociais e políticas fundamentais de Portugal de Abril;

Outra, a pujante expressão qualitativa da persistente acção e da vitalidade política do PCP no seguimento do seu XII Congresso e também dos seus mais directos aliados.

Neste capítulo, no primeiro caso, deve-se realçar a extraordinária força de convicção, de participação, e de coesão políticas do comício do PCP, de comemoração do seu 68.º Aniversário, no Pavilhão Carlos Lopes sábado último, e no segundo a afluência participativa, a unidade e a riqueza dos debates do Encontro Nacional da CDU no Pavilhão Paz e Amizade de Loures no último domingo.

As últimas medidas decididas e anunciadas pelo Governo nos planos financeiro e social, são claramente demonstrativas das sua

inépcia política, da falência das suas miríficas previsões económicas e financeiras, da sua incapacidade para dar resposta aos preocupantes problemas económicos, sociais e culturais do momento português actual.

Assume agora toda a sua carga negativa a solução politicamente errada e institucionalmente desnecessária da crise governativa da Primavera de 87 que esteve na origem da convocação das eleições legislativas antecipadas de 19 de Julho e da vitória eleitoral do principal partido da direita do Governo — o PSD.

Cavaco Silva e o PSD puderam colher em benefício próprio e do seu projecto contra-revolucionário os vultosos recursos financeiros de uma conjuntura externa transitoriamente favorável, recursos que criteriosamente administrados por um governo democrático e patriótico eficiente teriam permitido empreender numa escala sem precedentes a obra de correcção e de superação dos nossos desequilíbrios estruturais endémicos, das nossas assimetrias regionais, do nosso atraso económico e social.

Sob a égide do Governo PSD/Cavaco Silva vultosos recursos foram malbaratados numa atribulada política a reboque da conjuntura, inteiramente subordinada aos planos de restauração monopolista e latifundista, de acelerado restabelecimento do capitalismo monopolista de Estado aliado ao imperialismo e sob o domínio das multinacionais em que foram consumidos muitos milhões de contos.

No momento actual, numa fase de inequívoco declínio das condições conjunturais externas favoráveis, sem ser esboçado e empreendido um verdadeiro projecto nacional de desenvolvimento e modernização da nossa economia, o Governo cavaquista recorre agora a uma nova política de austeridade «aperta-o-cinto» de pesadas consequências para o teor de vida da população, em particular dos sectores mais carenciados e de comprometimento efectivo da nossa independência nacional pelo agravamento da nossa dependência externa que no capítulo comercial se traduz pela subida de 25% no défice de Janeiro a Novembro de 88 (no montante de 755 milhões de contos) e na queda da taxa de cobertura das nossas exportações de 66,3% para 63,3%.

O pacote de medidas do Governo agora anunciadas pelo ministro Cadilhe, que se permite enunciar-lo com um inadmissível ar de zombaria, vale por uma confissão da falência política do Governo e, pior do que isso, descarrega sobre os ombros do povo, em primeiro lugar dos

trabalhadores, as gravosas consequências da política restauracionista da administração de Cavaco.

Os milhões da CEE, por cuja justa distribuição e racional aproveitamento se tem batido de maneira infatigável o PCP e os seus deputados ao Parlamento Europeu, foram parar numa larga fatia aos bolsos dos mais endinheirados, foram servidos em volume considerável nas malhas da corrupção e do compadrio na atribuição dos Fundos, foram, em vez de canalizados para o investimento produtivo e para o saneamento das chagas sociais mais gritantes, desviados para o consumo incontrolado e numa medida excepcional para a dissipação sumptuária e parasitária dos grandes beneficiários e detentores da riqueza.

Cavaco Silva, ao tentar calar os protestos da classe média, disse que no ano de 88 se venderam 600 carros e 400 vídeos por dia — mas silenciou que nos primeiros, a parte mais volumosa dos gastos, foi para a compra de carros de luxo, alguns no valor de dezenas de milhares de contos, calou casos de escandalosa ostentação como os da compra de 20 vivendas na Foz do Douro ao preço de 100 000 contos cada, na mesma zona onde 5 meses antes custavam «só» 60 000 contos e ainda antes 30 000 para «pobretanas» com duas, três e mais casas no Porto, no Algarve, um numa capital da «Europa connosco», outros nos Estados Unidos e estâncias internacionais de férias, etc.

Agora, nas restrições ao crédito para a compra de habitação própria das classes médias, Cadilhe, que na sua célebre transacção das Amoreiras conseguiu crédito bonificado para 12 000 contos só o atribui agora para as compras dos outros interessados até 5000 contos.

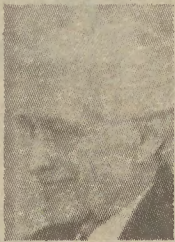
Na obstrução das vendas a prestações para os carros de alta cilindrada o pagamento a pronto; para todos os outros a obrigação de 50% no acto da entrega e o resto no prazo de um ano.

As escandalosas farras da alta burguesia entraram já nos «falts divers» das luxuosas revistas de «couché», nos salões dos palacetes e hotéis de cinco estrelas, nas herdades «recuperadas» do Alentejo.

À «proeza» do antigo Secretário de Estado da Administração da Saúde, e agora director geral da PA-Consultores de Gestão e Organizações, está ainda por esclarecer no caso do aprovisionamento hospitalar e agora o mesmo Ministério de Beleza retirou ao Estado através das ARS os pagamentos à indústria farmacêutica e atribuiu-o à Associação Nacional de Farmácias a quem o Governo concedeu 54 milhões de contos para a informatização de

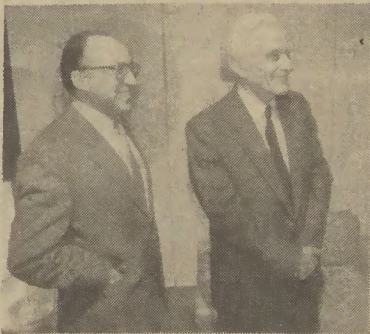
Resumo

15 Quarta-feira



Alvaro Cunhal recebe em Moscovo a Ordem de Lénine. A mais alta condecoração soviética é entregue ao secretário-geral do PCP em cerimónia realizada no Kremlin ■ Em conferência de imprensa, o PCP divulga as conclusões da reunião do Comité Central ■ O Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações formaliza a sua filiação na CGTP-Intersindical Nacional ■ A Coordenadora Nacional da organização juvenil de «Os Verdes» contesta publicamente o regime de acesso ao ensino superior ■ Explode uma bomba, em Setúbal, debaixo da viatura de uma professora do secundário, não provocando vítimas ■ O Instituto Nacional de Estatística anuncia dados que permitem concluir um novo salto na inflação, que se cifra em 12,2 por cento relativamente a igual período do ano passado, colocando Portugal como o país de mais elevada inflação no seio da CEE ■ Por seu lado, o Instituto de Investimento Estrangeiro anuncia que o investimento directo estrangeiro em Portugal ultrapassou em Janeiro os 16 milhões de contos ■ Milhares de pessoas desfilam em Budapeste, festejando o novo dia nacional da Hungria, hoje contando a partir do aniversário da revolução de 1848 contra o império austro-húngaro ■ Mikail Gorbatchov apresenta ao plenário do Comité Central do PCUS o relatório sobre política agrícola ■ O movimento grevista no Brasil acentua-se nos principais centros industriais do país ■ As forças da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional desencadeiam em El Salvador operações que deixam 60 por cento do território sem electricidade, nas vésperas das eleições gerais.

16 Quinta-feira



Aguardado no aeroporto por dezenas de jornalistas, regressa a Lisboa o secretário-geral do PCP. Álvaro Cunhal, recebido por Domingos Abrantes e Albano Nunes afirma que volta ao trabalho normal do Partido ■ O Tribunal Constitucional considera inconstitucional parte da Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, no seguimento da solicitação que o Presidente da República fizera àquele tribunal para apreciação da constitucionalidade do diploma ■ Cavaco Silva, falando à imprensa após audiência com o Presidente Mário Soares, em Portalegre, reconhece que «será difícil» cumprir a meta do Governo no que respeita à inflação ■ O socialista Lopes Cardoso reage às conclusões do PCP sobre o encerramento do ciclo de propostas ao PS para coligações nas autarquias atacando o PCP de querer «impor pontos de vista» e não o diálogo ■ Federação

dos Metalúrgicos convoca jornada nacional de luta para o dia 29 do corrente, exigindo revisão salarial e lutando contra o pacote laboral ■ Deputados do PCP no Parlamento Europeu apresentam em Estrasburgo proposta de resolução com vista à recuperação do centro histórico do Porto ■ A guerrilha da Frente Farabundo Martí bombardeia com morteiros o palácio presidencial de San Salvador ■ Ante Markovic é investido no cargo de primeiro-ministro da Jugoslávia e pronuncia-se no Parlamento Federal por uma «economia eficaz» e por uma «democratização da vida política».

17 Sexta-feira

PCP apresenta na Assembleia da República requerimento ao Governo solicitando informações sobre o processo de privatização da UNICER ■ Em entrevista a um vespertino, o antigo presidente da AR, o socialista Tito de Morais, considera «uma monstruosidade» a revisão constitucional que se prepara. «Dir-se-ia que é um golpe de Estado», afirma, referindo-se aos princípios fundamentais postos em causa ■ O secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, o sindicalista brasileiro Lula, chega a Portugal para uma visita e encontros com partidos e organizações democráticas ■ O Governo português expulsa o diplomata moçambicano Rafael Custódio Marques, após a recusa do governo de Moçambique em levantar a imunidade diplomática daquele terceiro secretário da embaixada moçambicana em Lisboa, acusado de envolvimento no caso do assassinio de Evo Fernandes ■ É de guerra o clima que se vive em São Salvador nas vésperas das eleições presidenciais contestadas pela guerrilha ■ O primeiro-ministro grego Papandreou procede à remodelação do seu governo, atingido pelo escândalo financeiro que o envolveu a si e a vários ministros.

18 Sábado



Realiza-se em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, um grandioso comício de aniversário do PCP, em que participa Álvaro Cunhal, recém regressado da União Soviética, onde fora sujeito a intervenção cirúrgica ■ O Presidente da República termina a semana de «presidência aberta» no distrito de Portalegre ■ Chega a Lisboa, a fim de participar no Encontro Internacional de Emergência, o presidente da SWAPO, Sam Nujoma ■ O ministro Fernando Nogueira acusa o movimento grevista da Polícia Judiciária de estar ligado a manifestações que «visam a desestabilização dos serviços e forças de segurança» ■ Reunido em Congresso, o

PCI anuncia que vai constituir «governo sombra» ■ Milhares de gendarmes belgas manifestam-se em Bruxelas exigindo melhores salários e condições de trabalho ■ A Frente Farabundo Martí assegura aos eleitores que não sofrerão retaliações por participarem nas contestadas eleições de El Salvador

19 Domingo

Realiza-se em Loures um Encontro Nacional da CDU, em que intervêm dirigentes do PCP, de «Os Verdes», da «Intervenção Democrática» e de independentes, além de outros destacados activistas ■ O Encontro Internacional de Emergência sobre a Namíbia, presidido por Ramalho Eanes e com a participação de Sam Nujoma decorre em Lisboa ■ Violentos confrontos entre populares e as forças da GNR ocorrem em Valpaços, quando cerca de duas mil pessoas decidem arrancar eucaliptos plantados na zona ■ As eleições presidenciais em El Salvador são assinaladas por violentos combates entre o exército e as forças da Frente Farabundo Martí ■ A segunda volta das eleições municipais francesas dá a vitória às forças de esquerda

20 Segunda-feira

Cavaco Silva admite, no Porto, que as medidas de austeridade tomadas recentemente pelo Governo, foram adoptadas em articulação com a CEE ■ O Tribunal Judicial de Vouzela condena o presidente da Junta de Freguesia da Queirã, membro do PSD, em sete meses de prisão efectiva, suspensão por um ano, por haver recusado a convocar a assembleia de compartes, desrespeitando a Lei dos Baldios ■ A TSF, uma das rádios locais autorizadas em Lisboa, regressa à emissão ■ A CDU de Gondomar denuncia as manobras que levaram ao acordo PS/PSD para assumir o controlo da Câmara ■ Sam Nujoma visita a Assembleia da República e convida comissão parlamentar a deslocar-se à Namíbia para assistir às eleições marcadas para Novembro ■ Aviões de guerra de Israel em território do Líbano, a oeste de Bekaa, provocam cerca de duas dezenas de mortos, na maioria civis.

21 Terça-feira

Representantes da autarquia de Valpaços reúnem-se na Câmara Municipal com os representantes da empresa de eucaliptos, a fim de tentarem resolver o conflito que opõe os interesses do povo do concelho e os interesses dos plantadores ■ Ameaça de bomba interrompe trabalhos da Assembleia da República, mas não impede que a oposição teça fortes críticas à anunciada política de restrições do Governo ■ O Movimento de Estudantes Contra a Lei de Acesso ao ensino superior (MECLA) envia ao ministro parecer, exigindo a suspensão do decreto antes de se lhe introduzir alterações ■ Queda de avião sobre uma favela dos arredores de São Paulo, no Brasil, causa 18 mortos e centenas de feridos ■ Mikhail Gorbatchov, chefe do Estado Soviético, decreta a redução das forças armadas da URSS em mais de meio milhão de homens.

16 das 18 ARS e das Farmácias, onde pode vencer um lucro de 8 a 10%.

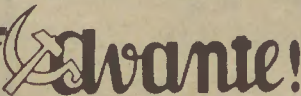
O rol seria longo mas é significativo da nova dinâmica monopolista que galvaniza o Governo.

É, naturalmente, nas «contas» da inflação — até agora usadas para diminuir o salário real dos trabalhadores e a parte do trabalho na política de rendimentos — e nos novos encargos fiscais sobre as remunerações dos trabalhadores (os limites de isenção dos subsídios de alimentação colectáveis para o TSU baixa agora de 565 escudos para 310) que as novas medidas governamentais tem a sua expressão social mais grave.

Na elevação tendencial das taxas de juro, nas drásticas reduções do crédito interno às actividades produtivas, nos novos bloqueamentos à aquisição de habitação própria serão fortemente penalizados os sectores, classes e camadas intermédias da população. Mas na elevação da taxa de desvalorização deslizando do escudo e no referencial irrealista de uma inflação de 9% do Governo (que a própria CEE prevê atingir os 12%) será a situação das classes mais desfavorecidas que conhecerá maiores agravamentos nas remunerações, no poder de compra dos salários, no aumento do desemprego e no alastramento indiscriminado do trabalho precário.

O Governo PSD/Cavaco encara as reduções ao consumo não no combate às despesas sumptuárias mas no das já magras despesas do dia-a-dia da vida dos trabalhadores.

A impressionante e entusiástica participação popular de comunistas e de muitos democratas de outras áreas políticas no grande comício do 68.º Aniversário do PCP num contexto de lutas de grande significado social, nas intervenções políticas produzidas, — com destaque para o discurso de Álvaro Cunhal, cujo regresso ao trabalho activo do Partido foi com calor saudado pelos participantes — e da mesma forma o Encontro Nacional da CDU, na perspectiva das eleições para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais, constituem passos de grande força e projecção na resposta popular à política cavaquista, no reforço do movimento popular e democrático e na criação de condições para uma alternativa democrática cuja viabilização é, contudo, no momento actual, dificultada pela recusa do PS a uma política de entendimento e convergência entre os partidos democráticos, designadamente com o PCP, e pela sua aliança de facto com o partido de Cavaco nos projectos de revisão subversiva da Constituição e de assalto ao Poder Local democrático.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sоеiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Alameda, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média no mês de Janeiro foi de 24 675

Semana

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 795

23 de Março de 1989

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Um comício em grande *Cheio, colorido, vivo*

Num Pavilhão Carlos Lopes cheio, colorido e vivo, a DORL realizou no sábado passado o comício comemorativo do 68.º aniversário da fundação do Partido Comunista Português.

Novidade maior era a participação do secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, sobretudo depois da atenção que mereceu na comunicação social a sua ausência de Portugal por mais de dois meses e a operação a que foi submetido em Moscovo. Mas o comício de dia 18 foi sobretudo um ponto alto no trabalho de mobilização dos comunistas do distrito para as importantes batalhas políticas que aí vêm, sobressaindo as eleições para o Parlamento Europeu e para os órgãos autárquicos (com a Festa do «Avante!» pelo meio).

Além de Álvaro Cunhal, entrevistaram ainda José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP, e José António, da Direcção Nacional e

da Direcção Distrital de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa. Na mesa estavam ainda Marília Vilaverde Cabral, do CC, que dirigiu os

trabalhos, Sérgio Vilarigues, da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC, e os membros da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Logo no início foi feito o apelo à contribuição financeira dos presentes, já que as despesas são muitas e, por exemplo, só o aluguer do pavilhão rondava os 200 contos. No final, e ainda sem contar as receitas do bolo de anos gigante e do vinho do Porto do XII Congresso, os fundos recolhidos atingiram já 545 mil escudos.

Três palavras

A sala estava cheia, e quem procurasse uma *clarei-*



ra não teria ali grande sorte. Era mais certo encontrar aquela agulha há muito tempo perdida num palheiro que ninguém sabe onde fica, que encontrar um espaço sem gente no interior do pavilhão.

Lá dentro reinavam as cores. O vermelho, como é natural, um amarelo novo e alegre, tons vários de verde e azul, branco... Isto — nas paredes, nas galerias lá em cima, na tribuna. Nas caras não se via propriamente o arco-íris, mas notavam-se as cores da animação, do entusiasmo, da vontade de participar nas batalhas de nós todos.

Muita gente, muita cor, muito bonito, muito vivo. Mas não, não é ainda a «apenas» isto que se chama vida, pelo menos neste caso. O que se passa é que «aquilo» estava mesmo vivo: falavam em Cavaco na tribuna — um forte e prolongado assobio mostrava prontamente como são apreciados ele e a sua política; falava-se nas lutas dos trabalhadores, dos estudantes do secundário, dos polícias — respondia um aplauso quente de solidariedade; soava pelos microfones a afirmação dos ideais por que lutam os comunistas e o valioso trabalho que fazem nas autarquias, no

Parlamento Europeu ou no parlamento português, as vitórias que com outros democratas têm obtido no combate pelo progresso do País e o bem-estar do povo — respondia o pavilhão todo «PCP! PCP!», como que dizendo: somos assim, e se fôr preciso mais cá estaremos.

Três palavras não chegam de modo algum para contar como foi o comício. Mas, de qualquer forma, elas ficam aqui: foi um comício cheio, colorido, vivo.



Ao trabalho!

«Sinto-me muito bem, com vontade de trabalhar e em condições de trabalhar». Estas, as primeiras palavras que o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, dirigiu aos jornalistas que o aguardavam faz hoje oito dias no Aeroporto da Portela, em Lisboa.

Regressado da União Soviética, onde foi submetido na Clínica Central de Moscovo, por uma equipa de «alto nível científico e profissional», a uma operação a um aneurisma — «**operação complexa e com um período de convalescença demorado**», segundo as suas próprias palavras —, Álvaro Cunhal tranquilizava assim quantos durante a sua ausência haviam manifestado «**interesse e preocupação**» pelo seu estado de saúde.

Sensibilizado pelas manifestações de estima e apreço que recebera de camaradas e amigos, seria ainda para estes que dirigiria uma mensagem de «**gratidão**», antes de expressar a sua convicção de poder vir «**dentro de pouco tempo**» a retomar a sua actividade «**em melhores condições e com mais intensidade do que em 1988**».

Assediado por um autêntico «batalhão» de jornalistas que enchiam por completo uma das salas VIP do Aeroporto, Álvaro Cunhal asseverou não ter existido «**nenhum secretismo**» do PCP relativamente ao seu caso, esclarecendo a este respeito que dada a «**grande distância**» e a impossibilidade de haver boletins médi-

cos, entendeu-se por bem só «**haver uma informação autorizada no momento devido**».

«**Essa informação foi dada com verdade**», garantiu ainda o secretário-geral do PCP, considerando-a um elemento «**muito importante**», uma vez que, disse, já depois de ela ter sido prestada, «**correram muitas coisas que essa informação não autorizava**».

Instado a pronunciar-se sobre as razões que levaram a que a operação não tivesse sido efectuada no nosso país, o dirigente comunista explicou que a decisão de operar na segunda semana de Fevereiro só foi tomada pela equipa médica na sequência dos aprofundados exames a que foi sujeito após a sua chegada no início deste ano à União Soviética, lembrando a este propósito que a data do seu regresso chegou a estar marcada para o dia 20 de Janeiro.

Apesar da detecção do aneurisma ter sido feita há mais de um ano, por ocasião de um exame geral de rotina então efectuado também na URSS, terá sido a realização do Congresso em Dezembro do ano passado que pesou na decisão de «**adiar a observação**» para Janeiro último.

No encontro com os jornalistas, visivelmente bem disposto, Álvaro Cunhal referiu-se ainda à «**conversa muito interessante**» que teve com Gorbatchov, considerando-a reveladora da «**fraternidade**» e da «**comunidade de ideais que existe entre o PCP e o PCUS**».



«**As relações entre os dois partidos são as melhores como aliás sempre foram**», recordou o dirigente do PCP.

Álvaro Cunhal, condecorado na véspera da sua chegada a Lisboa com a Ordem de Lênine, foi recebido no Aeroporto pelos camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política do Secretariado do CC, Albano Nunes, suplentes do Secretariado e ainda pelo Embaixador da URSS em Lisboa, Valentin Kassatkin.

Colecção
DOSSIER

A FACE BÉLICA DO TIO SAM

edições
Avante!



Nós por cá

Deste Governo já quase tudo se disse. Dito deste modo, pode parecer um exagero, e talvez seja.

Mas o facto é que do óptimo ao péssimo todos os graus de escala imaginária em que se classificam os actos governativos foram já utilizados.

O mais espantoso é que, quando parece nada mais haver a acrescentar, nem a favor nem contra, novos dados são lançados no tabuleiro político em que todos somos peões e descobrimos com perplexidade como longe está ainda de se esgotar a capacidade de nos espantarmos com o Governo.

Que os ministros, secretários de Estado, deputados da maioria carcarejem em coro sempre que o Executivo laranja põe um ovo pode considerar-se natural. Que os mesmíssimos personagens cerrem fileiras para defender a sua dama ameaçada não surpreende ninguém.

Que os ditos cujos engrossem a voz e subam de tom para abafar os protestos da oposição é ainda compreensível.

O que já não se percebe é a tendência suicida manifestada pelo laranjal cavaquista.

Vem um ministro à televisão e diz que o Governo está a ter um bruto sucesso como toda a gente comprova na melhoria das suas condições de vida.

Vai um deputado à Assembleia e diz que têm de se impôr medidas restritivas porque a economia não é elástica.

Vai um secretário aos jornais e afirma que está na hora de dizer adeus às certezas, à segurança e à estabilidade pois a política não se comove com tais ninharias.

Vai um mensageiro a Bruxelas garantir que nós por cá todos bem, nem outra coisa seria de esperar, a não ser é evidente umas chorudas remessas de ecus.

Aparece outro ministro na televisão, o tal, e anuncia de uma vez por todas a necessidade de apertar o cinto, pôr cobro a essa mania nacional de andar de carrinho e guardá-lo à porta com uma capita de plástico, evidente ofensa aos quatro rodas merecedoras de garagem e guarda privativa de preferência nas taveiradas. As compras a prestações, então, que horror, coisa mais terceiro-mundista, onde é que já se viu?

Vai o 1.º a Belém e garante que o Governo está óptimo, os ministros estão óptimos, a política uma maravilha, a economia um espanto, só é pena não haver oposição, assim nem dá prazer nenhum governar.

Os sindicatos protestam? São todos umas correias de transmissão.

Os estudantes protestam? Estão certamente a ser manipulados.

Os médicos estão em luta? O que não querem é trabalhar.

Os polícias fazem greve? Privilégios é o que pretendem.

Os partidos políticos criticam? Não sabem é ser oposição.

As autarquias reivindicam? Se calhar julgam que estão no Governo.

Os trabalhadores estão em luta? No país ninguém dá por isso.

Os camponeses manifestam-se? Estão a precisar é da polícia de choque.

O patronato está descontente? São mas é uns ingratos. A oposição junta-se em bloco contra o Governo? O que eles estão é verdes de inveja dos sucessos do Estado laranja.

E assim vamos andando, que o País não pode parar. É a atracção do abismo.

O orgulhosamente sós dos anos oitenta.

A política entendida como o quero, posso e mando envernizado dos diálogos de surdos.

O poder na corrida contra o tempo, que as eleições vão chegando e é preciso ganhar terreno antes de entrar em cena a demagogia eleitoral.

O tempo urge.

Até lá, um conselho, uma ordem — todos devem comer queijo diariamente. Diz-se que faz esquecer. O Governo agradece.

PCP

Intervenção
de **ALVARO CUNHAL**

«O combate ao Governo PSD e à sua política, a defesa do regime democrático e da independência nacional são inseparáveis»

Camaradas:
Comemoramos neste comício o 68.º aniversário do nosso Partido.

Uns anos atrás inimigos e adversários pressagiavam que chegaríamos ao dia de hoje enfraquecidos, desmobilizados, divididos, sem perspectivas. Com esse fim desencadearam e conduziram contra o nosso Partido a mais monstruosa e global campanha de diversão política e ideológica que alguma vez se tinha realizado.

Para desilusão de inimigos e adversários aqui estamos hoje a comemorar o 68.º aniversário do nosso Partido em plena actividade, firmes, unidos, profundamente ligados aos trabalhadores e às massas populares, confiantemente empenhados no combate contra o Governo de direita, em defesa dos interesses populares, do regime democrático e da independência nacional.

O PCP no 68.º aniversário

Comemoramos este ano o aniversário do nosso Partido com a força, a inspiração e a confiança que nos dão dois factores fundamentais.

Um, a tranquila reafirmação da natureza de classe, dos grandes objectivos e da ideologia que conferem ao nosso Partido, ao longo dos 68 anos de existência e de luta, o justo título de Partido Comunista.

Outro, a riqueza dos resultados, conclusões e decisões do nosso XII Congresso, que mostram o nosso Partido inserido na realidade, atento aos novos fenómenos e às novas situações, apontando com criatividade soluções para os gravíssimos problemas nacionais.

Em tranquila reafirmação da sua natureza de classe, o nosso Partido reafirma-se como **o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores**, defendendo sempre, coerente e incessantemente, os seus interesses, com uma política de classe que determina o seu firme combate às desigualdades e injustiças sociais e a todas as formas de exploração e opressão, mas que determina também a firme defesa dos interesses de todas as outras classes e camadas antimonopolistas, aliados da classe operária na luta contra o grande capital e contra o domínio do nosso país por umas centenas de grandes capitalistas e proprietários rurais — uns e outros associados e submetidos às multinacionais, a interesses estrangeiros.

O nosso Partido **reafirma-se como um partido marxista-leninista**, que no marxismo-leninismo (como esclarecem os Estatutos do Partido na nova redacção aprovada no XII Congresso) possui não só princípios essenciais e constitui não só um guia para a acção, como um instrumento de análise da realidade que, em articulação com a prática, e com a assimilação crítica da experiência, se enriquece constantemente com o estudo dos novos fenómenos, situações, processos e tendências de desenvolvimento.

E é de lembrar que alguns, que já riscavam e pretendiam que o Partido riscasse o leninismo do seu ideário, dão hoje oportunisticamente vivas à *perestroika*, mas esquecem de dizer que a *perestroika* tem como um dos seus pilares a confirmação e reposição do leninismo em essenciais princípios revolucionários e em todas as suas potencialidades.

O nosso Partido reafirma-se como **um partido patriótico e internacionalista**, batalhando em todas as frentes na defesa dos interesses da soberania e da independência nacionais, e sendo activamente solidário para com os partidos irmãos, para com outras forças revolucionárias e progressistas, para com os trabalhadores e os povos em luta contra o imperialismo, a opressão, o racismo, o *apartheid*, o colonialismo e o neocolonialismo, em luta pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional, a paz e o socialismo.

E, a par destas características essenciais, o nosso Partido, neste seu 68.º aniversário, reafirma, como seus traços distintivos, respeitar a verdade e falar a verdade ao povo, combater firme, coerente e incansavelmente a política de direita — anti-popular, antidemocrática e antinacional — e manter sempre viva a esperança — porque firmado na confiança no povo português e na realidade histórica, orgulhoso do seu passado heróico, lutando firmemente no presente, tem o seu projecto político e a sua acção voltados para o futuro.

É porque somos um tal partido necessário, indispensável e insubstituível na realidade portuguesa, que se desencadeia contra nós uma constante e furiosa campanha de deturpações, mentiras e falsas acusações, concentrando-se no objectivo estratégico de diminuir a força do nosso Partido, a sua influência e o seu papel na vida nacional.

É porque somos um tal partido que, ao longo de todo o ano de preparação e realização do nosso XII Congresso, essa campanha atingiu o antes inacreditável. Os nossos inimigos e adversários não se limitaram a atacar o nosso Partido por fora. Tudo fizeram para atacá-lo por dentro. Tudo fizeram para dividi-lo. Tudo fizeram para que o XII Congresso do Partido fosse (e já anunciavam que o seria) o fracasso do PCP, a divisão e a queda do PCP.

E, afinal, o XII Congresso constituiu uma nova afirmação da força, da criatividade política e ideológica, da capacidade organizativa, da empenhada militância revolucionária

ria e da indestrutível unidade do Partido Comunista Português.

Por isso, como resultado do nosso XII Congresso, nos apresentamos ao povo português neste 68.º aniversário do nosso Partido com **um novo Programa** que propõe como sistema político, económico e social, **uma democracia avançada no limiar do século XXI** contendo seis componentes ou objectivos fundamentais que ninguém pode negar corresponderem a interesses e aspirações fundamentais do nosso povo e do nosso país: **um regime de liberdade** no qual o povo decida o seu destino, **um Estado democrático** representativo baseado na participação popular, moderno e eficiente, **o desenvolvimento económico** assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do país, **uma política social** que garanta a melhoria das condições de vida do povo, **uma política cultural** que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais, e **uma pátria independente e soberana** com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

Apresentamo-nos ao povo português neste nosso 68.º aniversário com **uma Resolução Política** do XII Congresso que, a partir da análise da evolução da situação nacional e internacional e em particular do processo contra-revolucionário, da luta do povo e da actividade do Partido nos últimos anos, traça os objectivos da luta, as tarefas políticas e organizativas para o desenvolvimento da luta popular e democrática contra a direita no poder, por uma alternativa democrática e para o reforço do Partido.

Apresentamo-nos também neste nosso 68.º aniversário com **Estatutos reformulados**, que aprofundam a democracia interna e a descentralização e que reforçam os motivos de interesse e entusiasmo na participação militante de todos e de cada um em toda a actividade do Partido.

Apresentamo-nos com **uma Direcção mais profundamente renovada** que no seu funcionamento e eficácia necessitará de aperfeiçoamentos e ajustamentos, mas que saiu do XII Congresso reforçada com novos quadros, com novas energias, com nova capacidade de responder às exigências que a actual situação coloca ao Partido.

Falando da Direcção do Partido e para não voltar ao assunto cabe aqui referir o muito que se falou nos últimos tempos da saúde do secretário-geral do Partido.

A profunda fraternidade que nos une e a estima que uns temos pelo trabalho dos outros explica as manifestações de preocupação e interesse de camaradas e amigos.

Outra coisa foi a campanha de certa comunicação social em termos tais que se pode dizer que se lhes bastasse assinar de cruz uma sentença de morte dos seus adversários não deixariam de o fazer.

Mais porém do que aqui nos indignarmos pela intensidade do ódio, sublinhamos dois factos: o facto de a natureza uma vez mais não ter satisfeito as esperanças de tal gente e o outro facto relevante de que, estando o secretário-geral ausente dois meses e meio, o Partido desenvolveu com êxito a actividade em todos os domínios, realizou centenas de iniciativas, desempenhou papel primordial na grande movimentação de massas, avançou na preparação das eleições do ano corrente e realizou duas importantes reuniões do Comité Central, evidenciando o valor indestrutível do grande colectivo partidário e da sua Direcção, na qual o trabalho colectivo é também uma característica essencial.

Bem pode certa comunicação social dizer que o PCP está parado, quando afinal, silenciando a intensa actividade e as grandes iniciativas do PCP, quem está parada é essa comunicação social, à qual não interessa a verdade da informação, mas apenas impedir que o povo português conheça verdadeiramente essa grande realidade da sua própria vida que é o Partido Comunista Português.

O PCP com Abril

No nosso novo Programa, na nossa Resolução Política, nos nossos objectivos imediatos, na nossa proposta de uma democracia avançada no limiar do século XXI e na nossa perspectiva de sociedade socialista em Portugal estão presentes como realidades, como experiências e como valores **as grandes conquistas da revolução de Abril**.

Trata-se de um posicionamento fundamental do nosso Partido, particularmente num momento em que o Governo de direita avança o processo contra-revolucionário e que o PS, colaborando com o PSD, se dispõe a participar nessa tentativa de eliminar através da revisão da Constituição, que PS e PSD juraram em 1976, muitas das principais conquistas de Abril que caracterizam o regime democrático português.

A revolução de Abril foi um dos grandes acontecimentos da história da nossa pátria e do nosso povo. As conquistas de Abril — as liberdades e direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, as nacionalizações que liquidaram os monopólios capitalistas, a reforma agrária na zona do latifúndio, o poder local democrático, o sistema eleitoral de representação proporcional, e importantes reformas nas áreas da agricultura, da saúde, do ensino, que com a revolução apon-

PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL



taram o caminho da solução de alguns dos mais graves problemas nacionais — as conquistas de Abril não foram erros, nem imposições. Sem esquecer o papel dos militares do MFA, elas foram obra dos trabalhadores e das massas populares e corresponderam inteiramente às necessidades objectivas do país e às aspirações populares. O nosso Partido mantém esta apreciação da história e tira dela todas as consequências para a sua orientação, as suas propostas e a sua acção. E àqueles que, ressuscitando muitos aspectos da ideologia do tempo de Salazar e Caetano, procuram denegrir Abril, nós dizemos que estão condenadas ao fracasso as tentativas de reescrever a história ao sabor de conveniências e da necessidade de justificações conjunturais. A revolução de Abril não se apagará nem na história de Portugal nem na vida do nosso povo.

O nosso Partido está com Abril, as suas conquistas e os seus valores e estar com Abril não é estar voltado para o passado, mas voltado para o futuro.

Salvaguardando realidades e valores de Abril, a nossa proposta de uma democracia avançada no limiar do século XXI é um projecto de sociedade democrática, moderna, em pleno desenvolvimento, garantindo aos portugueses o bem-estar material e cultural e a Portugal a soberania, a independência, o poder de decidir do seu próprio destino.

Para o passado está voltada a política de direita e os que com ela colaboram. Voltada para a restauração do domínio dos monopólios e dos grandes latifundiários, da exploração desenfreada dos trabalhadores, da limitação e supressão de liberdades e direitos, para o estrangulamento do poder local democrático, para a restauração de eleições indignas desse nome.

Ao combatermos o Governo PSD de Cavaco Silva e a sua política contra-revolucionária, combatemos todos os aspectos do regresso ao passado reaccionário e combatemos para abrir caminho ao futuro livre, democrático e independente de Portugal.

É uma característica de sempre da política do nosso Partido ao largo dos longos 68 anos da sua existência a **defesa dos interesses nacionais, a defesa da soberania e da independência nacionais.**

Importa entretanto sublinhá-la na actualidade. E importa sublinhá-la porque com a política de direita, os interesses nacionais e a soberania nacional estão a ser atingidos em aspectos vitais relativos ao desenvolvimento económico, à propriedade portuguesa dos principais meios de produção, aos direitos dos trabalhadores à cultura e à defesa. Na situação actual o combate ao Governo PSD e à sua política, **a defesa do regime democrático e a defesa da independência nacional são inseparáveis.**

Combate ao Governo de direita

Combatemos o pacote laboral que abrindo o poder discricionário de despedimentos colectivos e de despedimentos em empresas com menos de 20 trabalhadores, generalizando o contrato a prazo de forma a atingir particularmente os jovens trabalhadores, pretendendo extinguir o direito ao posto de trabalho, estabelecendo limitações, interdições e medidas repressivas das organizações dos trabalhadores nas empresas, traduz a tentativa do estabelecimento do poder despótico do grande capital nas relações entre o capital e o trabalho.

O pacote laboral tem a marca de classe mais exploradora, do grande capital associado ao capital estrangeiro e a ele submetido, contraria princípios básicos da Constituição da República e ter-se-ia plenamente justificado que na segunda versão, em vez de ter sido promulgado, como foi, pelo Presidente da República, tivesse sido de novo submetido à apreciação do Tribunal Constitucional.

Os trabalhadores certamente apoiam a iniciativa do nosso Partido de impugnar a constitucionalidade do pacote e de chamá-lo a ratificação na Assembleia da República.

Continuamos e continuaremos a luta contra o pacote laboral, inteiramente inaceitável pelos trabalhadores e inconciliável com a vida democrática do país. A luta é dura e difícil, mas tudo faremos para que o pacote laboral acabe por ser derrotado.

Combatemos a degradação das condições de vida do povo laborioso, com os aumentos dos preços dos artigos de consumo corrente e das rendas de casa, com a extinção de numerosos benefícios sociais, com o agravamento dos impostos, com a contenção dos salários e vencimentos e a imposição de tectos salariais ao mesmo tempo que galopa a inflação: 10,3% nos primeiros meses de 1989, o que torna impossível que a inflação em 1989 fique nos 6% que o Governo prometeu e insiste em prometer.

Combatemos a política de liquidação das nacionalizações e do sector empresarial do Estado cada vez mais indispensável, agora com Portugal integrado na CEE, não só para o desenvolvimento económico conforme com os interesses nacionais como para a defesa efectiva da independência nacional. Combatemos a política das privatizações de tudo quanto é rentável, que tem como objectivo entregar de novo (tal como no tempo da ditadura fascista) os principais meios de produção, os recursos naturais do país e as alavancas da economia nacional aos grupos do grande capital monopolista.

Na continuidade de decisões anteriores, a recente decisão de tornar sociedades anónimas a União de Bancos Portugueses, as companhias Tranquilidade e Aliança e a Companhia das Lezírias, essa outra recente decisão de vender 49% das acções da UNICER subavaliada, acusam o perigoso avanço da restauração monopolista, cuja arrogância já vai ao ponto de se anunciar a formação de um novo Banco Espírito Santo dos velhos banqueiros fascistas Espírito Santo que, tal como os Mellos e outros, estão reconstituindo o seu poderio e se preparam para associados às multinacionais de novo assaltarem e se apropriarem dos sectores fundamentais da nossa economia.

Nós combatemos o plano de entrega ao grande capital de sectores vitais dos CTT, dos TLP, assim como da Marconi e combatemos esse plano tanto através da luta de massas com os trabalhadores como através do projecto de lei sobre correios e telecomunicações que o Grupo Parlamentar do nosso Partido apresentou na Assembleia da República.

Combatemos uma chamada política agrícola que consiste em querer liquidar as UCPs/Cooperativas e toda essa extraordinária obra económica e social que é a reforma agrária, indo ao ponto de tirar aos pequenos agricultores para entregar aos grandes agrários as terras que, roubadas às UCPs/Cooperativas, Sá Carneiro e o Governo da AD lhes tinham distribuído proclamando ser essa a verdadeira reforma agrária; **em querer roubar os baldios aos povos, em condenar à ruína os pequenos e médios agricultores**, em sacrificar a agricultura portuguesa aos interesses dos países desenvolvidos da CEE, em cobrir de eucaliptos áreas agrícolas para servir os grandes potentados internacionais da celulose.

Nós combatemos uma política que, anunciando a recuperação e o desenvolvimento económico, mantém o país atrasado, submetido a interesses estrangeiros e com carências no sistema produtivo que se revelam no crescente e preocupante défice da balança comercial — 751 milhões de contos nos primeiros 11 meses de 1988, ou seja, um aumento de 25% em relação a 1987 com uma taxa de cobertura que passou para 64%.

Combatemos uma política dirigida à destruição do poder local democrático que adquiriu recentemente nova expressão na proposta de lei da tutela, contra a qual não só nós lutamos mas se pronunciaram também a Associação Nacional dos Municípios e a Associação Nacional das Freguesias.

Combatemos uma política que procura ludir e ganhar a juventude com intensa demagogia, mas que fere interesses fundamentais da juventude como bem mostra o pacote laboral impondo à juventude o trabalho precário, e como bem mostra agora o estabelecimento de um acesso ainda mais difícil ao ensino superior.

Combatemos uma política de saúde, se política de saúde se pode chamar, que visa a liquidação completa do Serviço Nacional de Saúde e a entrega aos interesses capitalistas dos serviços rentáveis e que desde já se traduz na degradação e extinção de serviços de saúde, no aumento do preço dos medicamentos, na implantação de um sistema que se traduz numa nova divisão social: saúde para os ricos, doença para os pobres.

Combatemos um Governo que não só tomou de assal-

to, monopoliza e manipula sem vergonha a Comunicação Social do Estado, como pretende entregar directamente ao grande capital (ao serviço do qual desgoverna o país) e às suas clientelas políticas, canais de televisão, importantes órgãos de imprensa e as rádios locais cuja distribuição de frequências é mais um atestado dos seus critérios totalitários.

Combatemos um Governo que conduz a política externa a partir de conveniências dos grandes capitalistas e propósitos partidários, não querendo e não sabendo defender os interesses portugueses nas instâncias internacionais (nomeadamente na CEE), falhando, por inépcia, e incuria da condução da sua política externa e sem brio e sem vergonha iniciativas tão significativas como a nomeação de portugueses para altos cargos na UNESCO, na CEE e na NATO, e indo ao ponto de oferecer o deprimente espectáculo de o ministro dos Negócios Estrangeiros falar em inglês num forum internacional, para não pagar a tradução do português que afinal era gratuita.

Combatemos um Governo cuja política de defesa não tem como vector basilar a defesa de Portugal com as suas especificidades e o correspondente equipamento militar das nossas Forças Armadas, antes aceita, mesmo na nova situação internacional caracterizada por importantes passos no sentido do desarmamento e da paz, a submissão a uma estratégia global de carácter agressivo, insistindo (para já não falar dos termos dos acordos das Lajes) em concessões tão perigosas e aviltantes como a da estação de rastreio de mísseis em Almodôvar, o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete e a transferência para Portugal dos voos supersónicos a baixa altitude dos aviões militares da RFA, como já anuncia um ministro desse país, indiciando assim acordos de que o Governo não informa o povo português.

Combatemos uma política caracterizada, não só por uma cruzada de espoliação de bens do Estado necessários ao país para os entregar ao grande capital e às multinacionais, como também pelo jogo da bolsa rapinando e concentrando as pequenas economias, pela especulação em grande escala, por processos delituosos de enriquecimento, pelas isenções e a admissão da fraude fiscal para os grandes e o agravamento e sobrecargas para os pequenos, pela corrida aos negócios ilícitos, pela caça e desvio de milhões da CEE, pela prática do uso do dinheiro que se tem e do que se não tem, e isto a par da atribuição de recursos do Estado à ostentação dos senhores governantes e da clientela, como é o caso (entre muitos outros) dos 640 mil contos que o Governo e a sua ministra Beleza resolveram destinar à compra de automóveis para os administradores hospitalares, num mesmo momento em que se liquidam serviços e se cortam verbas essenciais para os serviços de saúde e a assistência médica em geral.

Combatemos um Governo que enche a boca a falar no «Estado de direito» e que, institui de facto o Estado sem direito, ou seja, um Governo cuja acção é marcada pelo constante e ostensivo afrontamento das instituições, da Assembleia da República, dos Tribunais, pelo afrontamento da lei fundamental do país e da legalidade, afrontamento tão constante e ostensivo em tão numerosos casos que não chegaria um discurso inteiro para enumerá-los mas de que se cita (para que não fique apenas no vago) a tentativa de eliminar o direito das UCPs/Cooperativas da reforma agrária de recorrerem das decisões do Governo e a eliminar o efeito suspensivo das decisões do STA, e essa outra tentativa de regulamentar ilegalmente e administrar ilegalmente a aplicação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional não discutir sequer com as autarquias, nem levando à Assembleia da República o plano que o Governo elaborou sem dar contas a ninguém.

Combatemos um Governo que se prepara, com a colaboração do PS, para conseguir com a revisão da Constituição novos instrumentos para prosseguir e intensificar ainda mais as suas ofensivas antipopulares, antidemocráticas e antinacionais.

Está à vista, camaradas, que o Governo dá sinais crescentes de apodrecimento interno e que o próprio Primeiro-Ministro vai tendo também a sua imagem apodrecida uma vez que revela que o mal não está só nos ministros mas nele próprio.

Seria injustiça negar o «grande sentido de gestão» que Cavaco (segundo as suas próprias palavras) atribui aos seus ministros. Como um dos exemplos mais brilhantes desse «grande sentido de gestão» o sistema que parece ter descoberto o ministro das Finanças para não pagar a sisa de prédios comprados e essa outra prática que a Procuradoria Geral da República já mandou averiguar de utilizar para serviços próprios o pessoal e o material da Guarda Fiscal. Ao tentar



PCP

Intervenção
de **ALVARO CUNHAL**

impedir um inquérito parlamentar sobre o caso, o PSD põe a claro que, se «quem não deve não teme», quem teme é por que alguma coisa deve.

A grande movimentação social

Na continuidade da luta de 68 anos de existência neste nosso firme e decidido combate não são interesses partidários que defendemos, mas interesses vitais do povo português e da pátria portuguesa. Com orgulho podemos afirmar que somos o único grande partido que com firmeza e coerência trava combate contra o Governo de direita e a política de direita.

Entretanto não estamos sós como a propaganda anticomunista propaga. **Ao nível das organizações sociais e ao nível das massas combatem ao nosso lado muitas centenas de milhar de portugueses que, por filiação partidária e pelo seu voto até hoje, se situam noutras áreas políticas.**

Logo após as eleições de 19 de Julho de 1987, no mesmo momento em que Cavaco e o PSD conseguiam a maioria absoluta nas eleições para a Assembleia da República, e em que já muitos inimigos e amigos viam nesse resultado um sólido, duradouro, maioritário e irreversível apoio do povo português à política que Cavaco e o PSD iriam realizar, nesse mesmo momento o Comité Central do nosso Partido adiantou **uma ideia básica acerca da perspectiva da evolução da situação política.**

A política do Governo que acabava de ganhar as eleições (advertiu o Comité Central) será frontalmente contrária aos interesses da grande maioria daqueles que votaram no PSD. O apoio que o Governo Cavaco e o PSD terão para a realização da sua política (afirmou o Comité Central) será extraordinariamente mais restrito que o apoio eleitoral que recebeu em 19 de Julho.

Creio, camaradas, que hoje ninguém contesta (a não ser o próprio Governo e mesmo este sem convicção) que estas perspectivas apontadas pelo PCP se confirmaram inteiramente.

A história está cheia de exemplos em que, em circunstâncias concretas verificáveis, amplas massas apoiam a acção de forças contra-revolucionárias relativamente restritas. Nós não acusámos de contra-revolucionários toda a massa de eleitores que em 1987 votaram no PSD. Mas é precisamente porque a política do PSD é contra-revolucionária, porque está destruindo e visa destruir realidades e conquistas democráticas que interessam a maioria esmagadora da população portuguesa, que se levanta contra ele grande parte daqueles mesmos que nele votaram anteriormente.

A amplitude social da movimentação de massas (greves, manifestações, concentrações) é um sinal seguro desta realidade. É justo destacar a grande jornada de 24 de Fevereiro promovida pela CGTP, em que participou meio milhão de grevistas e se realizaram 3000 plenários nas empresas. É justo fazer referência especial aos trabalhadores dos transportes, da metalurgia, da indústria vidreira, da Portucel, dos CTT, EDP e da reforma agrária, aos trabalhadores da Função Pública, da administração local e judiciais. É justo citar os compartos dos baldios que gritam com razão que «os baldios são do povo». É justo citar os médicos que obrigaram o Governo a negociar, e os músicos em defesa das orquestras. É justo citar a luta da PSP pelo reconhecimento dos seus direitos sindicais e da Polícia Judiciária pelos direitos sociais. É justa uma saudação particularmente calorosa aos jovens do ensino secundário em luta pelo efectivo direito de acesso ao ensino superior, felicitando a novíssima geração pelas grandes, sucessivas e aguerridas manifestações, a que juntamos uma fraternal saudação à JCP com a certeza do pleno sucesso do seu próximo Congresso. É justo citar os professores que se recusam a participar na execução da prova de acesso. É justo destacar que em toda esta grande movimentação social, as mulheres, além das lutas por objectivos específicos e das magníficas iniciativas no 8 de Março, desempenharam um papel de relevo.

A amplitude social crescente das grandes lutas de massas é uma prova evidente e concreta de que a base de apoio à política de Cavaco Silva se restringe dia a dia.

A ilegal requisição civil dos trabalhadores do Metro pelo Governo, para mais não pelo tempo de greve, mas por 30 dias (!) é uma evidente mostra de nervosismo, de incapacidade para resolver problemas, do sentimento de que a influência de que gozou nas eleições de 1987 lhe foge a passos largos.

A vastíssima compreensão que estas lutas têm encontrado na população, mesmo em sectores prejudicados por vezes no imediato na sua vida quotidiana, é mais uma mostra da generalização do descontentamento que a política do Governo PSD está provocando.

A luta não tem sido em vão. As poderosas acções de massas não só criam dificuldades gerais ao avanço da política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo, como «puseram em causa (como sublinhou o nosso Comité Central na sua reunião de 17 de Fevereiro) alguns dos objectivos fundamentais do Governo em matéria de política de rendimentos, saúde, ensino, fiscalidade, direitos e liberdades, obrigando-o, em numerosos casos, a recuar» e infligindo-lhe «importantes derrotas, designadamente ao não conseguir impor os tectos salariais nem utilizar a chamada concertação social como cobertura para a sua política». E a estas derrotas que as massas em luta impuseram ao Governo, outras se somam desde a reunião do Comité Central em que esta situação se verificava. A conquista de salários entre 10 e 15% em centenas de empresas, nomeadamente nas Minas da Panasqueira, Miston, Hotel Astória, Metal Portuguesa. A redução do horário de trabalho de 48 para 44 horas, ainda que insuficiente.

A amplitude social das lutas de massas e a atitude que os partidos tomam em relação aos problemas em causa indicam a necessidade **de promovermos e estimularmos uma reflexão nas mais variadas classes e camadas sociais cujos interesses são gravemente feridos pelo Governo PSD de Cavaco Silva.**

Não se trata só dos trabalhadores, dos compartos dos baldios e de outros pequenos e médios agricultores, dos jovens, das mulheres, dos médicos, dos professores e dos intelectuais em geral, dos reformados e deficientes. Trata-se de **classes, camadas sociais e profissões** que em geral se têm mantido politicamente distantes do PCP, apesar de que nenhum outro partido como o PCP mostra dia a dia e ano após ano defender dedicadamente justos interesses dessas classes, camadas sociais e profissões.

Como exemplos, em que partido senão no PCP encontram apoio constante os guardas da Polícia de Segurança Pública para o reconhecimento legal do seu sindicato? Em que outro partido senão no PCP encontram apoio os construtores civis a braços com os problemas criados pelos cortes nos créditos à habitação e o agravamento das sisas? Em que partido senão no PCP encontram apoio os industriais de calçado (mais de 1000 empresas com mais de 40 mil trabalhadores) ameaçados pelas importações que só em 1988 atingiram 6 milhões de pares?

E assim por diante.

Porventura, quando os procuramos ou quando nos procuram, recusamos apoio porque alguns nos dizem ser (ou sabemos que são) filiados ou eleitores do PS, do PSD e do CDS? Não, não recusamos esse apoio, porque somos um partido que luta em defesa de justos interesses e justas reclamações e não, como outros, em defesa dos interesses de clientelas políticas.

Mas, sendo assim, **é também justo que nós apelemos à reflexão. Reflexão não só para a atitude a tomar no dia-a-dia da vida política e social, mas também para a atitude a tomar quando se realizam eleições.**

De facto, é tempo de sectores do mundo do trabalho e certas classes e camadas sociais, cuja atitude em relação ao PCP tem sido determinada por preconceitos anticomunistas e não pela análise das situações, dos factos, das políticas, olhem, finalmente, as realidades e determinem em conformidade a sua atitude política, **não apenas quando se trata de lutar, mas também quando se trata de votar.**

As eleições de 1989

Os dirigentes do PS parece que consideram como único objectivo eleitoral ganhar votos aos outros partidos democráticos especulando com o «voto útil» da esquerda para depois como tem acontecido praticar uma política de direita.

Seria desejável que todos os partidos democráticos considerassem a batalha eleitoral com critério diferente. Além da natural competição entre partidos democráticos, **o que é indispensável para derrotar a direita e tornar possível e estável uma alternativa democrática é por um lado a convergência**

e a unidade democrática e por outro lado ganhar grande parte dos votos que a direita alcançou e conseguir uma caudalosa corrente de transferência de votos para a esquerda.

O nosso Partido tem sem dúvida **direcções prioritárias na luta pelo voto:** todos aqueles que antes votaram em nós, designadamente os que se abstiveram nas últimas eleições, os votos democráticos em geral, os trabalhadores e todas as classes e camadas laboriosas, a juventude, as mulheres, os reformados. Sem dúvida que nas nossas campanhas **temos de estabelecer critérios de rentabilidade eleitoral na distribuição das nossas forças, dos nossos esforços, dos nossos recursos.**

Mas a par do estabelecimento de direcções prioritárias e de critérios de rentabilidade eleitoral, **as transferências de votos na batalha a travar nas futuras eleições têm de considerar-se num plano global.** O terreno das nossas campanhas eleitorais, não se confina ao nosso eleitorado anterior e ao eleitorado anterior dos outros partidos democráticos, mas alarga-se também a grande parte do que foi em anteriores eleições o eleitorado dos partidos de direita, designadamente do PSD.

Não chegou ainda o momento do apelo ao voto. Mas desde já é necessário conduzir **uma campanha de consciencialização de voto, tendo como principal referência, para as próprias pessoas, para a defesa efectiva dos seus interesses, para o seu futuro, a importância real do voto na CDU, do voto no PCP e nos outros democratas nossos aliados.**

Temos duas eleições à porta, a eleição dos deputados para o Parlamento Europeu e a eleição dos órgãos autárquicos. Eleições importantes pelo que são e pela influência que terão na evolução da situação política.

O Governo e o PSD insistem em afirmar que contam com um apoio maioritário à sua política. Mas que revelam se não medo de futuras eleições, que revelam se não medo do reforço do PCP e da CDU, esses dois **golpes baixos contra eleições democráticas** que são a lei dos símbolos e a lei eleitoral para o Parlamento Europeu considerada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional?

Travamos a luta eleitoral em condições antidemocráticas de desigualdade, com referência especial à escandalosa situação existente na comunicação social, mas vamos travá-la e já começámos a travá-la com decisão, com energia e com confiança, tanto para o Parlamento Europeu, em 18 de Junho, como para as autarquias, nos fins do ano.

A nossa campanha para o Parlamento Europeu tem como ponto-base uma situação objectiva: o PCP é o único partido que assume uma posição clara acerca das consequências da integração. É o único que a tempo apontou os perigos da integração de Portugal na CEE e das consequências da atitude de capitulação nacional como os governos conduziram e conduzem as negociações e a sua política em relação à CEE. É o único que apresenta um plano de actuação nacional: os 25 pontos do PCP para enfrentar 1992.

Ninguém melhor que os deputados do PCP no Parlamento Europeu defende aí os interesses dos portugueses e de Portugal, a nossa agricultura, a nossa indústria, as nossas pescas, os nossos trabalhadores, os nossos emigrantes, a nossa identidade cultural, os nossos interesses nacionais.

Ninguém melhor que os deputados do PCP no Parlamento Europeu faz propostas concretas servindo Portugal e os portugueses. Ninguém melhor que os deputados do PCP no Parlamento Europeu luta para que Portugal beneficie de tudo quanto possa beneficiar dos Fundos da CEE e de quaisquer outras vantagens que possam eventualmente vir da CEE.

Levar ao povo esta verdade, esclarecendo e convencendo, é o nó da nossa campanha que está dando os primeiros passos e que é urgente intensificar.

As eleições para as autarquias terão profunda influência não só no futuro do poder local e da vida das populações, mas na vida política ulterior.

É do reconhecimento geral que os comunistas e seus aliados da CDU, não só tanto quando em maioria como quando em minoria, apresentam na gestão autárquica um balanço de actividade e de realizações que lhes conferem enorme autoridade e prestígio.

A honestidade, o trabalho, a competência, a experiência, o diálogo, a ligação estreita com as populações são traços da gestão autárquica CDU, que dá uma base essencial para a campanha a desenvolver com vistas a alcançarmos o reforço da votação na CDU nas próximas eleições — porque é bem certo que a CDU, com o PCP, **é a única real alternativa democrática à gestão da direita nas autarquias.**

O trabalho já começou. Em muitos casos estão já definidas as linhas programáticas fundamentais e em importantes municípios indicados os cabeças de lista que, pela obra realizada, se tornam quase indiscutíveis, quer para a coligação, quer para as populações.

Esta a linha geral e fundamental da nossa actuação.

Ao mesmo tempo, foi inteiramente justo dar uma atenção particular à situação existente em Lisboa, à qual largamente se referiu o camarada Casanova na sua intervenção, e noutras importantes cidades nas quais a direita conduz uma actividade despótica e desastrosa, apesar de os partidos democráticos, em número de votos e até de lugares, terem a maioria.

Basta fazer contas para concluir que, se os partidos democráticos se unissem nas eleições autárquicas e se o PS, em vez de conluído com a direita, se unisse aos outros partidos democráticos, seria o fim do reinado Abecasis e o fim de outros reinados da direita noutros importantes municípios.

Daí a profunda repercussão e a vastíssima concordância, incluindo no PS e em quadros dirigentes do PS, que suscitaram as propostas que fizemos para um acordo do nosso Partido com os outros partidos democráticos, designadamente com o PS, a fim de pôr fim a tais situações.

PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

Creio que o nosso povo tem fortes razões para lamentar a resposta negativa do PS às nossas propostas tendo como linha de força o acordo e a convergência e abertas a soluções muito diversas a ponderar e a acordar.

Respondendo negativamente à nossa proposta, que perspectiva apresenta o PS para as eleições autárquicas? Esquecendo que o mesmo disse noutras eleições, em que apontou para os 43% e ficou nos 21% de votos, o PS diz ser ele sozinho a única alternativa à direita. E acrescenta estar mesmo disposto a incluir nas suas listas membros de outros partidos. Propõe que nenhum partido democrático mais concorra às eleições e adianta que se todos os democratas votarem no PS, a alternativa à direita está assegurada. Um dirigente do PS diz mesmo que, se o PCP estivesse interessado em derrotar a gestão Abecasis, deveria votar no PS.

É manifesto, camaradas, que estão a sonhar com ladrões!

Além do mais porque a vida já mostrou que os comunistas em oposição à gestão de direita servem melhor as populações que os socialistas concludados com o PSD.

O PS tem o direito de recusar entendimentos com o PCP. Mas é menor o seu direito de não ter em conta a inteligência humana. Porque então, com maior razão poderíamos nós dizer: em Lisboa, por exemplo, nas últimas eleições autárquicas, a CDU obteve 27,5% enquanto o PS obteve 17,9%. A CDU dirige 12 Juntas de Freguesia de Lisboa, o PS nenhuma. Se fosse correcta a forma como o PS coloca as coisas então seríamos nós que teríamos motivo para dizer: **se o PS estivesse interessado em derrotar a gestão Abecasis deveria votar na CDU, deveria votar no PCP.**

E nós não o dizemos. E não o dizemos, por um lado, porque não temos estultas pretensões hegemónicas e, por outro lado, porque, ao fazermos as nossas propostas, queremos realmente derrotar a direita, afastar a gestão Abecasis, assegurar uma gestão democrática no município da nossa capital e noutras terras do País.

Por isso propomos o único caminho: **o entendimento e a unidade das forças democráticas.**

A situação apresenta-se com extrema clareza. Os dados objectivos confirmam que **se os democratas se unissem estariam em condições de pôr fim ao domínio autoritário da direita minoritária.**

Mas, ao mesmo tempo que outros partidos democráticos mostram concordância com esta opinião, a direcção do PS — e socialistas responsáveis em autarquias — continuam voltados para as alianças com o PSD.

Em Setúbal, no Algarve e noutros locais, já o proclamaram. E, para já, um dirigente do PS em conferência de imprensa confirmou anteontem entendimentos com o PSD em Setúbal, Montijo e Vila Real de Santo António. E depois de recusarem frontalmente entender-se com o PCP para as eleições autárquicas, depois de anunciadas novas coligações com o PSD para as mesmas, e depois de fazerem apelo ao voto dos comunistas no PS, vêm dirigentes do PS insistir em atacar o PCP porque o CC do PCP, na sua reunião de 14 de Março, muito justamente considerou encerrada a apresentação de propostas ao PS para coligações nas autarquias em que a direita detém a presidência mas as forças à esquerda do PSD são maioritárias.

É tempo que o eleitorado democrático vá tirando daqui as devidas conclusões relativamente ao voto nas próximas eleições autárquicas.

É uma evidência para todos aqueles que olham a verdade dos factos que o PCP tudo tem feito e continua a fazer para a convergência e a unidade dos democratas, designadamente com o PS na luta contra o PSD. Fizemos propostas concretas à Direcção Nacional e a direcções regionais do PS. Mostramos disponibilidade para as mais variadas soluções. E por muito que mistifiquem e inventem alguns dirigentes do PS, o PCP, na luta contra a direita, continua interessado e aberto ao diálogo com todos os partidos democráticos, incluindo com o PS.

Mas, em relação às eleições autárquicas definiu-se desde já uma orientação.

A atitude do PS indica que nas próximas eleições a **única alternativa à direita em todo o País é o PCP com os seus aliados** — Verdes, ID, democratas independentes — **é a Coligação Democrática Unitária, é a CDU.**

A política do PS de colaboração com a direita

A atitude do PS em relação às eleições autárquicas — recusando convergência com o PCP e aliando-se ao PSD — não é um aspecto isolado da sua política, é sua parte integrante.

Para ser realmente oposição à política de direita, não basta afirmar-se que se é. É necessário sê-lo de facto.

Quando falamos em forças da oposição, falamos de todos os partidos democráticos. Mas importa verificar com rigor quais são na prática os partidos que se opõem à política contra-revolucionária do Governo de direita. E a este respeito é indispensável falar claro ao povo.

Poder-se-á chamar oposição à direita a recusa do PS (que há pouco referimos) de convergência democrática de entendimento com o PCP, convergência que entretanto é o caminho mais seguro para desalojar a direita minoritária da direcção autárquica de importantes cidades incluindo a capital, e uma orientação que aponta em vários casos para novas coligações com o PSD nas eleições autárquicas com o único fim de vedar ao PCP e aos seus aliados o papel a que, pelo apoio das populações, tem pleno direito?

Poder-se-á chamar oposição à direita e, mais do que isso, uma política de esquerda, uma política que consiste em colaborar estreitamente com a direita e dar à direita os votos sem os quais a direita nada poderia fazer nesse subversivo empreendimento antidemocrático em que os acordos PS-PSD estão

a tornar a revisão da Constituição? Uma revisão da Constituição negociada a dois nas costas do povo e procurando ocultar ao povo as consequências, e que aquilo que já se conhecia — privatizações, restauração dos monopólios e latifúndios, comunicação social, entrega ao grande capital e à direita, desfiguração do sistema político — acrescentou recentemente novas alterações tão gravosas como a redução do número de deputados e alteração de leis eleitorais, a redução dos poderes de fiscalização da Assembleia da República e a exigência da simultaneidade da regionalização que constitui de facto a decisão do seu bloqueamento designadamente em relação ao Algarve?

Estes gravíssimos factos mostram que a oposição do PS ao PSD não é tanto uma oposição ao essencial da política do PSD, mas uma oposição ao PSD na partilha do bolo, na partilha do poder, dos lugares, das benesses.

É necessário afirmar com confiança que a pretensão, não apenas de «hegemonizar o campo democrático», mas de reduzir a zero o efectivo pluralismo partidário e por métodos antidemocráticos instituir em Portugal um sistema «dualista» com a «bipolarização» e a «alternância» no poder de forças igualmente ao serviço do capital, está condenada ao fracasso.

Jorge Sampaio (é forçoso citá-lo) proclamou no encerramento do Congresso do PS que «as restantes forças políticas mostram-se incapazes de se renovar e são impotentes para protagonizar uma oposição credível» (DN, 16-1-89).

Mas, bem vistas as coisas, parece que tais acusações de Jorge Sampaio aos outros partidos democráticos servem como uma luva ao Partido Socialista com a orientação que está seguindo e que anuncia continuar. Porque, se o PS leva por diante o seu colaboracionismo com o PSD para a revisão antidemocrática da Constituição, para as eleições autárquicas e noutros domínios, não significará isso mais uma histórica desautorização do PS como partido da esquerda, a confirmação da sua incapacidade de se renovar apesar do seu último Congresso em que tantos depositaram esperanças, e da sua impotência para conduzir uma real política de oposição à direita na situação actualmente existente?

Gostariamos que os factos não nos autorizassem a fazer um tão severo juízo. Mas os factos não são invenção nossa. São os dirigentes do PS que os criam e os confirmam nos actos.

Nós saudamos aqueles partidos e aqueles muitos democratas que tal como nós compreendem a necessidade da unidade democrática para derrotar a direita e assegurar uma alternativa. Saudamos com particular respeito aqueles socialistas que, continuando a ser socialistas e até porque continuam a sê-lo, se pronunciam favoravelmente a um entendimento com o PCP.

E cremos que essa compreensão e essa atitude os conduz a concordar connosco em que, **na situação existente, na luta contra a direita, na defesa dos interesses populares e nacionais, na defesa do regime democrático e da independência nacional, o papel do PCP e a importância da sua força e influência adquirem ainda uma maior dimensão.**

O PCP força essencial da democracia

Sim, camaradas. **Uma vez mais a situação presente comprova com extrema clareza que o PCP é uma força essencial da democracia.**

Que cada qual pense no que seria a situação, onde já não iria o processo contra-revolucionário, onde já não iriam a liquidação das conquistas de Abril e o regime democrático, a exploração dos trabalhadores, a situação dos agricultores e todas as classes e camadas laboriosas, se não fosse a luta constante, firme e indefectível do Partido Comunista Português.

Ao definir as grandes tarefas para o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade, o XII Congresso fê-lo com plena consciência de que **o reforço do PCP é uma condição básica para derrotar a direita, para defender os interesses do povo, do País e do regime democrático, para que se criem as condições indispensáveis para uma alternativa democrática.**

Ao comemorar o seu 68.º aniversário, o nosso Partido está profundamente empenhado na luta de massas, na acção institucional e no seu próprio reforço.

Continuamos a luta pela unidade dos trabalhadores e pela unidade dos democratas, factores essenciais para a vitória da democracia, mas temos justo orgulho na coerência, firmeza e valor da nossa própria acção e do papel essencial que o nosso Partido representa na democracia.

Temos plena consciência (e é necessário despertar essa consciência nas mais vastas massas) de que **na situação actual não é possível uma alternativa democrática sem o PCP, e sem o reforço da sua influência social, política e eleitoral.**

Continuamos a batalha com os objectivos concretos imediatos em todas as frentes, considerando a luta de massas a força decisiva, desenvolvendo ao mesmo tempo a luta institucional e preparando-nos para as próximas eleições cujo resultado terá profunda influência na situação ulterior.

Temos capacidade e força para travar essa batalha porque o nosso Partido está profundamente enraizado na classe operária, nos trabalhadores, nas massas populares, na vida social, política e cultural do País, como parte constitutiva necessária, indispensável e insubstituível da democrática portuguesa.

Temos capacidade e força para travar essa batalha porque continuamos a ser um Partido Comunista digno deste nome heróico e glorioso.

Para nós, comunistas portugueses, é motivo de orgulho comemorarmos o 68.º aniversário do nosso Partido atentos à

vida, à realidade, às novas situações e aos novos fenómenos, definindo criativamente objectivos e actuação em conformidade como fizemos no XII Congresso e podermos ao mesmo tempo afirmar que continuamos a ser, queremos continuar a ser e continuaremos a ser um Partido Comunista fiel ao ideal que determinou a sua criação e que o inspirou ao longo de 68 anos da sua existência e luta.

Na furiosa campanha que se desenvolve contra o nosso Partido, os nossos inimigos e adversários pisam e repisam que o PCP perdeu a noção das realidades nacionais e mundiais, perdeu sobretudo a capacidade de reconhecer a falência do socialismo e a superioridade e triunfo histórico do capitalismo, que o PCP, fora da história, continua a defender um ideal de sociedade que constituiu apenas um passageiro episódio no nosso século. O PCP seria no fim de contas um dos últimos redutos da utopia.

A verdade é que o PCP, ao defender o seu ideal comunista, tem os pés bem assentes nas transformações que se verificaram em Portugal e no mundo e nos ensinamentos da evolução da sociedade humana nos nossos dias.

Ao contrário do que proclama a propaganda imperialista e reaccionária, o capitalismo não mudou a sua natureza exploradora e agressiva nem venceu as suas contradições, nem resolveu nem se mostra capaz de resolver os problemas essenciais que afectam a humanidade.

Nós, os portugueses, temos no nosso próprio país, na experiência dolorosa de 48 anos de ditadura fascista e na política antipopular, antidemocrática e antinacional de governos de direita já depois do 25 de Abril, uma experiência viva do que é e do que significa o capitalismo, designadamente o capitalismo monopolista. E, ao mesmo tempo, assentes nas realidades e nos valores de Abril e tendo em conta a situação nova criada no País, apresentamos ao povo português o Programa de uma democracia avançada no limiar do século XXI, insistimos em afirmar que o capitalismo não serve o povo português nem Portugal e apontamos no horizonte uma sociedade socialista.

Ao contrário do que proclama a propaganda imperialista e reaccionária, a evolução mundial não testemunha no essencial avanço e vitórias do imperialismo, antes atesta o fracasso dos seus planos de hegemonia mundial, de superioridade militar estratégica, de esmagamento da luta libertadora dos povos e de revoluções nacionais, democráticas e progressistas, cujos êxitos e heróica resistência ao imperialismo marcam profundamente a história da humanidade nas últimas dezenas de anos.

Ao contrário do que proclama a propaganda imperialista e reaccionária, a *perestroika* em curso na União Soviética — revivificando e assegurando o poder dos trabalhadores através dos soviets e de novos métodos de gestão descentralizada, estimulando a intervenção criativa das massas populares em todas as áreas da vida social, acelerando o desenvolvimento socioeconómico, considerando a democracia no Estado, no Partido e na sociedade como elementos integrantes da nova sociedade, reforçando o papel de vanguarda do Partido — não é mostra de falência e abandono do ideal socialista e comunista, antes, pelo contrário, assenta nas profundas transformações sociais e na liquidação da exploração do homem pelo homem realizada com a revolução de Outubro e na riqueza ideológica e actualidade do leninismo e rectificando, corrigindo e ultrapassando atrasos, deficiências e erros, tem como concepção inspiradora e como objectivo fazer avançar com completo êxito a construção do socialismo.

Ao contrário do que proclama a propaganda imperialista e reaccionária, o movimento comunista não está condenado a um declínio irreversível e a desaparecer do quadro político universal como se de um acidente histórico se tratasse. Ao contrário. Considerado mundialmente nos seus grandes objectivos sociais transformadores, e tendo em conta a amplitude e irregularidade do seu desenvolvimento, as novas forças revolucionárias que se identificam com muitos dos seus objectivos essenciais e a necessidade de reexaminar os seus limites e composição, o movimento comunista continua a afirmar-se no mundo como uma força política determinante do processo de transformação progressista da sociedade.

E se algum partido comunista acaba por se sentir melhor integrado na social-democracia e na II Internacional, o que isso mostra não é que o movimento comunista perdeu a sua perspectiva de transformar o mundo, mas que tal partido (ou os seus dirigentes) efectivamente perdeu a sua.

Nós, comunistas portugueses, precisamente porque somos comunistas, partido dos trabalhadores, do povo, da causa da libertação de todas as formas de exploração e opressão, e porque baseamos a nossa perspectiva na análise objectiva da evolução social, mantemos bem alto a nossa profunda convicção de que o capitalismo é um sistema historicamente condenado, de que o socialismo e o comunismo são o futuro dos povos, e de que o movimento comunista tem na concretização dessa perspectiva uma responsabilidade histórica que o obriga a reforçar as suas fileiras, a sua solidariedade recíproca e a sua iniciativa, que aliás constituem a base mais sólida para a aproximação, a cooperação e a acção comum com outras forças da democracia, do progresso, da independência nacional e paz.

Aqui estamos no 68.º aniversário do nosso Partido, apresentando ao povo português com inteira clareza e inteira verdade o que somos e o que queremos.

Toda a nossa acção e perspectiva assenta na confiança que o Partido deposita no povo português.

O povo português, informado com verdade dos factos, tem também razão bastante para ter confiança no nosso Partido.

A luta continua e continuará para derrota da direita, para defender o povo e a pátria, por uma alternativa democrática, por uma democracia avançada no limiar do século XXI.

**Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas!
Viva Portugal de Abril!
Viva o Partido Comunista Português!**

PCP

Os comunistas da Guarda atentos às Autárquicas/89

Nas autarquias do distrito em que os comunistas e seus aliados estão presentes a sua intervenção tem contribuído para um melhor funcionamento dos respectivos órgãos, para a realização dum maior número de obras e melhoramentos locais, numa linha de actuação geral caracterizada pela defesa dos interesses das populações e do progresso das suas terras.

A conclusão não é nova mas convém recordá-la agora neste ano de 1989. O exemplo podia vir de qualquer região do País. Este vem da Guarda, onde recentemente teve lugar um encontro distrital de militantes comunistas e outros activistas da CDU, que se detiveram exclusivamente na análise das questões ligadas às batalhas eleitorais deste ano de 1989. Na última semana o «Avante!» abordou a parte relativa às eleições para o PE. Hoje destacamos a matéria relacionada com as autárquicas nesta parcela da Beira Alta.

O encontro realizado na cidade da Guarda concluiu que o alargamento e reforço da CDU nas autarquias do distrito é do interesse das populações e é uma necessidade na luta pelo desenvolvimento e o progresso dos municípios e freguesias da nossa região.

Listas

No âmbito da preparação das eleições, o encontro con-

siderou tarefa imediata e da maior importância a formação das listas de candidatos, tendo definido como objectivos essenciais a apresentação de listas a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e a um número superior de freguesias relativamente a 1985.

Para que este objectivo seja atingido, tornam-se tarefas imediatas:

- Dinamizar a constituição de comissões coordenadoras e comissões locais da CDU, abrindo essas comissões à participação de independentes e outros democratas, às mulheres, aos jovens e agricultores;
- Dinamizar a formação das listas CDU. Alargar estas listas para fora do PCP, chamando independentes, democratas sinceros e influentes, agricultores, jovens e mulheres;
- Organizar e planificar os contactos com os candidatos que integraram as listas em 1985, assim

como outros democratas, assegurando desde já a sua participação nas listas;

- Definir os «cabeças de listas» para os diversos órgãos, assim como iniciar a preparação dos programas eleitorais;
- Intensificar as tomadas de posição pública por parte do Partido e da CDU (comunicados, boletins, etc.) informando as populações sobre o trabalho realizado e pronunciando-se sobre os mais diversos problemas locais.

O Encontro aponta como principais objectivos eleitorais gerais para o Distrito:

- Aumentar a votação nas listas da CDU, em cada concelho e em cada freguesia;
- Manter e reforçar a presença da CDU nos órgãos autárquicos onde já esteja presente (10 Assembleias Municipais, 26 Assembleias de Freguesia);
- Eleger representantes da CDU para novos órgãos (Assembleias Municipais e de Freguesia) assim como trabalhar para eleger vereadores em alguns concelhos e conseguir a maioria CDU em algumas freguesias do distrito.

Maior empenhamento

O encontro considerou que para atingir estes objectivos é necessário uma maior intervenção e dinamismo das diversas organizações do Partido (Comissões Concelhias e de Freguesia, células de empresa e outras).

Apesar das dificuldades, os objectivos políticos e eleitorais definidos para as eleições estão ao nosso alcance. Para isso é necessário um maior empenhamento dos militantes comunistas e outros activistas da CDU na concretização das tarefas definidas.

Também no distrito da Guarda é geral o descontentamento face às consequências negativas da política de direita do Governo de Cavaco Silva.

O encontro saudou a luta dos trabalhadores, dos agricultores, da juventude, dos professores, empregados e outras camadas laboriosas da população do nosso distrito, que através das mais diversas acções de protesto (greves, paralisações, concentrações, plenários, abaixo-assinados, etc.) mostram estarem firmes e determinados a defenderem os seus direitos e lutarem por melhores condições de vida e trabalho.

Freguesias de Valpaços:

«Não queremos ser o eucalipto da CEE»

• PCP condena intervenção violenta e despropositada da GNR

Cerca de duas mil pessoas participaram domingo em Veiga de Ila, a 12 quilómetros de Valpaços, numa acção de protesto contra a plantação indiscriminada de eucaliptos em substituição de nogueiras e oliveiras.

Os populares concentraram-se ao princípio da tarde e, munidos de instrumentos agrícolas, entraram na Quinta do Ermeiro para arrancarem os eucaliptos que desde Maio vêm invadindo a zona. Uma força da GNR — que incluiu homens a cavalo e uma força de choque equipada com gases lacrimogéneos — carregou sobre os populares, não poupou jornalistas que cobriam o acontecimento, chegou mesmo a fazer disparos para o ar e tentou deter um manifestante. Mas, mesmo entre os soldados da GNR, havia sombras de descontentamento: segundo «A Capital» estavam ali «por ordem da hierarquia, desde as 3 horas da manhã, sem comer».

Já há cerca de três semanas se tinha realizado no mesmo local uma acção de arranque de eucaliptos.

Distrital do PCP toma posição

Tomando posição sobre o assunto, a Comissão Distrital de Vila Real do PCP reafirma a sua oposição à plantação indiscriminada de eucaliptos, que se está a verificar por todo o distrito, sacrificando os interesses nacionais à gula

das grandes empresas de celulose.

O Governo do PSD é responsável. Não é por acaso que o ministro da Agricultura Álvaro Barreto, foi administrador e continua a ter interesses numa das empresas de celulose que opera no distrito, a Soporcel, lembra a Distrital do PCP, que acrescenta:

«Cabe um papel importante às autarquias locais, pela força da lei, no impedimento desta indiscriminada plantação».

A Distrital de Vila Real do PCP manifesta total solidariedade às populações das diversas freguesias de Valpaços pela corajosa luta que vêm travando contra a eucaliptização das terras que outrora produziram azeite e amêndoa.

Aquele organismo do PCP condena a intervenção violenta e despropositada da GNR em Valpaços no passado domingo.

«Da nossa parte tudo faremos, através da Assembleia da República, para que se faça o apuramento da responsabilidade por este acto de violência», sublinham os comunistas de Vila Real.

Como se dizia no passado domingo em Valpaços, «não queremos ser o eucalipto da CEE».

O deputado do Parlamento Europeu Barros Moura, incluirá no programa da sua visita ao distrito de Vila Real um encontro com as populações das freguesias de Valpaços, conclui a Distrital do PCP.

Viseu

Organização distrital prepara Assembleia (ext.)

Está a decorrer em toda a organização distrital de Viseu do PCP o trabalho preparatório da 2.ª Assembleia (extraordinária), marcada para 9 de Abril próximo, no auditório da Escola de Enfermagem. No passado dia 12, a Comissão Distrital do Partido aprovou os documentos preparatórios da Assembleia, salientando-se desde já o projecto de plano de actividades para 1989.

Numa breve informação prestada aos jornalistas a SIP distrital refere que aquele projecto explica as razões da realização da Assembleia e do seu carácter extraordinário, analisa a situação política e social em que a Assembleia se realiza e aponta as tarefas presentes dos comunistas do distrito de Viseu, à luz da situação política (nacional e local) e das resoluções do XII Congresso do PCP.

É dado particular destaque às eleições para o Parlamento Europeu e às eleições autárquicas, duas das mais importantes batalhas políticas de 1989.

São apontados os objectivos para estas eleições e as linhas de orientação do trabalho a realizar, bem como as medidas orgânicas que são necessárias à execução destas tarefas.

A Comissão Distrital de Viseu aprovou as propostas de Regulamento a apresentar à Assembleia da Organização

e de composição da Comissão Distrital de Viseu, que será eleita nessa Assembleia, cujo início está previsto para as 9.30 h.

Eleições de Junho

No tocante às eleições para o Parlamento Europeu, em Junho próximo, a Distrital do PCP enquadra assim os objectivos com que os comunistas devem partir para essa batalha:

É forçoso e urgente alargar a unidade dos democratas com e sem filiação partidária em torno da CDU (coligação em que participa além do PCP, o Partido «Os Verdes», a Intervenção Democrática e muitos independentes), ampliando a sua influência no distrito.

São objectivos fundamentais do PCP no distrito nas próximas eleições para o Parlamento Europeu: contribuir para o aumento do número e da percentagem de votos na CDU, o aumento do número de deputados eleitos na lista da CDU e um recuo nas votações e posições de direita naquele órgão da CEE.

Para alcançar estes objectivos, é preciso levar a largos

sectores e camadas sociais do distrito o entendimento de que é o voto na CDU aquele que, por um lado, elege os deputados do Parlamento Europeu capazes de defender os interesses regionais e nacionais e, por outro lado, o voto de protesto contra o prosseguimento da política antipatriótica e antipopular do Governo PSD/Cavaco Silva, e a melhor expressão da vontade de mudança democrática.

Uma pré-campanha e uma campanha eleitorais para o PE, com grande dinâmica e eficácia, fortemente participadas por todo o Partido e seus aliados na CDU, configuram a intervenção eleitoral necessária para alcançar os objectivos definidos.



Imagem do convívio animado que decorreu no passado dia 18, no Caramulo (Tondela) para assinalar o 68.º aniversário do PCP. Entre os 120 presentes, encontrava-se o camarada Carlos Fralão, membro suplente da Comissão Política do Partido

Oeiras

Foi sob o lema «reforçar o Partido, construir o futuro» que os comunistas de Oeiras realizaram há dias a sua 3.ª Assembleia da organização.

Mobilização e luta contra o Governo PSD na perspectiva das eleições autárquicas e eleição da nova Comissão Concelhia foram os dois temas desenvolvidos num debate com larga participação.

Por unanimidade foram aprovados dois documentos de significativa importância para a acção dos comunistas naquele concelho da Grande Lisboa: o relatório de actividades e as linhas de acção para as batalhas eleitorais deste ano de 1989.

A constituição do novo organismos de direcção (44 elementos) foi aprovada por maioria, registando-se duas abstenções.

Com vista à campanha eleitoral para o PE, os delegados presentes na Sociedade Filarmónica Fraternidade/Carnaxide aprovaram, entre outras, as seguintes direcções de trabalho:

- Realizar, até 10 de Abril, plenários de militantes do Partido em todas as freguesias, em todos os Comités Locais e no maior número de localidades, com vista a discutir com eles a importância destas eleições e a necessidade do seu envolvimento nesta batalha eleitoral;

- Que seja elaborado um documento, simples e objectivo, para distribuir aos militantes do Partido nesses plenários e que sirva de instrumento para a activa intervenção de cada militante no esclarecimento a realizar sobre estas eleições;

- Com base neste aprofundamento da discussão no seio do Partido, e tendo em conta o calendário das iniciativas, distritais e nacionais, o plenário da Concelhia e os seus órgãos executivos devem elaborar um plano definitivo de trabalho para o concelho até ao dia 15 de Abril, o mais tardar. Esse plano de trabalho deve ter em conta as propostas, sugestões e opiniões dos delegados presentes na Assembleia;

- Começar a organizar, desde já, a participação dos apoiantes da CDU na Jornada Distrital de Propaganda a realizar nos dias 7, 8 e 9 de Abril.

PCP

Iniciativas em todo o País

Temas de actualidade em debate no 68.º aniversário do PCP

De todas as regiões do País e também de comunidades portuguesas no estrangeiro continuam a chegar à nossa redacção informações sobre festas, convívios e outras iniciativas comemorativas dos 68 anos de vida e luta do PCP.

Por exemplo, na capital da República Popular de Moçambique decorreu recentemente uma sessão comemorativa promovida pelos membros do PCP em missão de cooperação naquele jovem país africano. Meia centena de participantes viveram bons momentos de convívio, houve intervenção política e exibição de um filme. De regresso ao nosso país, a informação é múltipla e variada. Vejamos o caso do **distrito de Aveiro**, onde o camarada **Sérgio Teixeira**, membro suplente da Comissão Política do Partido participou em acções realizadas em **Águeda e Mealhada**.

«O Governo, na sua linha prepotente e surda aos coros de protesto por todo o País, ignorou completamente as autarquias, sindicatos e parceiros sociais e decidiu isoladamente o **Plano de Desenvolvimento Regional**, plano este que envolve todo o território nacional e elevados financiamentos comunitários e mobiliza muitos milhões de contos, ou seja o essencial do investimento do Orçamento de Estado e dos orçamentos das Regiões Autónomas, das autarquias e de outras instituições. Decidir sozinho sobre o que aos outros diz respeito, ignorar o Poder Local em decisões vitais para o futuro das regiões — são estas as "regras democráticas" do Governo», comentou Sérgio Teixeira em Águeda.

Distrito ignorado

Continuando a centrar a sua intervenção sobre o PDR, Sérgio Teixeira afirmou que «do que já se conhece (do PDR) pode concluir-se que o distrito de Aveiro não vê contempladas obras absolutamente decisivas para o seu desenvolvi-

mento, seja em termos gerais, seja na perspectiva de serem enfrentados os desafios do Mercado Único».

E especificando: «Nos chamados **Elxos Prioritários de Acção** o distrito de Aveiro é completamente ignorado. E se já era grave a ausência do Poder Local e das organizações económicas, sociais e científicas do distrito na elaboração do PDR, mais grave ainda se torna a ausência de projectos de realizações concretas.»

«Muito se fala em projectos para o futuro, intensificam-se as visitas de ministros e secretários de Estado mas, no concreto, o que resulta desta questão tão crucial, é que o PDR, no que ao distrito diz respeito, assume contornos de autêntica farsa, resultando também e uma vez mais que o desenvolvimento da região de Aveiro fica sob a tutela das Comissões de Coordenação Regional (CCRs).

Parlamento Europeu

Abordando as questões relacionadas com o Parlamento Europeu e com as propostas

• Intervenções de Sérgio Teixeira sobre o distrito de Aveiro e os problemas do desenvolvimento

dos comunistas, Sérgio Teixeira referiu:

«É necessário elaborar um plano integrado de protecção, utilização e valorização económica e turística da Ria de Aveiro e do Baixo Vouga. Neste plano destaca-se a importância estratégica para o desenvolvimento da região que assume o porto de Aveiro, daí que seja de exigir apoio comunitário e do Poder Central aos projectos apresentados pela JAPA.» E mais adiante, já na esfera do desenvolvimento industrial, «o calçado, os têxteis, a cortiça e as duas rodas são indústrias que, entre outras, necessitam urgentemente de apoios à reestruturação e modernização dos seus equipamentos e linhas de produção».

Na iniciativa realizada em Águeda, Sérgio Teixeira debreu-se em particular sobre as questões decorrentes do dramático incêndio florestal de 1986, que destruiu 6000 ha de floresta, sublinhando, entre outros aspectos que «o projecto que se desenvolve no maciço florestal de Águeda deve evoluir e transformar-se em projecto integrado com os concelhos possuidores de zonas florestais contíguas e englobar também acções de reflorestação adequada que impeçam a progressiva e nociva eucaliptização».

Duas caras

Abordando os diversos aspectos da situação política, Sérgio Teixeira deteve-se por

momentos em referências ao relacionamento entre o PS e o PSD, afirmando que «no combate à política do Governo PSD, o Partido Socialista faz uma política de duas caras — uma dura, outra simpática. Mas como, de acordo com o ditado, quem vê caras não vê corações, é legítimo admitir que o coração do PS esteja com o PSD. Esta conclusão é evidente, porque o PS, embora diga estar 100% contra o PSD, acorda um conjunto de alianças com este partido em autarquias nas quais a CDU é maioritária».

O dirigente comunista prosseguiu a sua intervenção abordando a regionalização e a revisão da Constituição. A propósito da primeira acusou o PS «de se afirmar pela regionalização e de acordar com o PSD normas constitucionais que mantêm processos de bloqueamento real da regionalização». Tendo considerado que o PS e o PSD fabricam alterações profundas à Constituição, prosseguiu: «É um acordo de revisão da Constituição que viabiliza os interesses estratégicos essenciais do PSD e do grande capital, fornecendo-lhes, de mão beijada, instrumentos preciosos para a concretização dos seus objectivos.»

«O PS assume graves responsabilidades se efectivar estes acordos com o PSD, acordos de tal forma graves que levaram um destacado dirigente do PS a afirmar que a revisão, feita nestas condições, é monstruosa.» Sérgio Teixeira deu notícia, a propósito, que este entendimento entre o PS e o PSD levou já à

tomada de posição de centenas de democratas do distrito, ao formular um apelo aos deputados do PS para que impeçam a subversão do regime democrático.

Autárquicas

Já na iniciativa realizada na Mealhada, Sérgio Teixeira dedicou algum tempo mais às eleições autárquicas, afirmando nomeadamente que «existem condições para vermos reforçadas as nossas posições nos órgãos autárquicos do distrito. No trabalho preparatório das listas de candidatos surgem apontamentos e perspectivas que nos dão confiança» e, quanto a objectivos, «vamos concorrer a todos os órgãos municipais do distrito e tudo faremos para concorrer a um maior número de freguesias».

Repudiando «as ideias hegemónicas do PS, que surgem sempre nos períodos eleitorais», Sérgio Teixeira afirmou que o PS, esquecendo rapidamente as promessas eleitorais, não constitui de facto alternativa à gestão de direita, e que tal alternativa «só é possível com a CDU, porque, onde quer que estejam, os eleitos da CDU são exemplo de trabalho, de competência, de capacidade, de diálogo».

Tanta especulação

O PCP foi, naturalmente, objecto das intervenções daquele membro da sua direcção, até porque se tratavam de iniciativas comemorativas do 68.º aniversário. A este respeito foi dito que «muito se

tem falado do PCP, não sobre as resoluções do XII Congresso, mas sim sobre problemas na maioria dos casos "construídos" para escamotear as posições e orientações do Partido. Nenhum outro partido sofre tanta especulação por metro de escrita».

«Não é inocente que tal situação se verifique num período intenso de contestação à política de direita e de alargamento social dessa contestação em resultado do descontentamento por parte das diversas camadas da população.»

«O que se pretende é dar a ideia de que o PCP não é capaz de ser peça decisiva na construção da alternativa à direita. Mas entre o que pretendem os escribas da especulação e a realidade vai um grande fosso, e é exactamente esse o pormenor que os preocupa», sublinhou.

Mário Sacramento

Sérgio Teixeira passou a referir exaustivamente diversos indicadores da actividade e da intervenção do PCP no distrito, referindo as centenas de participações nas diferentes iniciativas comemorativas do 68.º aniversário do Partido e, concluindo a sua intervenção, dedicou atenção à próxima evocação, no dia 27, da passagem de 20 anos sobre a morte de Mário Sacramento, afirmando a propósito:

«Vamos dar corpo a um seu apelo na Carta-Testamento **"Façam um mundo melhor, ouviram?"** é isto que pretendemos fazer, um mundo melhor e mais justo.»

«É sempre com muito orgulho que falando da história do Partido fazemos referência a personalidades de elevado recorte intelectual e moral e cuja referência política é este Partido. Reforçando este Partido, o PCP, construímos o futuro.»

Aveiro

Evocação de Mário Sacramento

Dos grandes portugueses do seu tempo e do nosso tempo, Mário Sacramento, vinte anos após a sua morte, continua paradoxalmente vivo. Como que anda connosco, tão actual é a sua obra e perene o seu exemplo, lembram os comunistas de Aveiro ao anunciarem para o próximo dia 27 (segunda-feira) uma sessão evocativa da personalidade e da obra de Mário Sacramento, por ocasião do 20.º aniversário da sua morte.

A iniciativa, que está a suscitar significativo interesse na região aveirense, decorrerá no salão cultural da Câmara Municipal de Aveiro, a partir das 21.30 h. O professor **Óscar Lopes** será o principal orador desta sessão promovida pela Distrital do PCP que, entretanto, publicou e divulgou um interessante caderno de oito páginas com a carta-testamento deixada por Mário Sacramento, um quadro biográfico do médico, escritor, destacado intelectual e resistente antifascista e um breve texto onde se sublinha a dado passo:

Avesso a torres de marfim, certo de que o diálogo sério, aberto, entre todos os democratas, serviria os ideais da libertação, de justiça, de humanidade, praticou-o e fomentou-o sem cessar. Coerente com

os seus princípios éticos e filosóficos, participou, aqui e ali, num sem-número de diálogos. Desdobrando-se, e a modos de inventor de tempo, proferiu conferências, colaborou em jornais e revistas, pronunciou discursos, escreveu um pequeno brado de volumes, cujas folhas, de tão actuais e vivas, poderão, nestes fins de Março, pedir meça às das árvores.

Empenhada a vida inteira na dignificação e destino do Homem, Mário Sacramento, com veemência e a proverbial lucidez, recomenda na sua Carta-testamento: «Promovam o socialismo, mas promovam-no cientificamente; sem dogmatismos sectários, sem radicalismos pequeno-burgueses! E lembrem-se de que nós, os mortos, iremos, nisso, ao vosso lado! Há milhões de mortos a dizer-vos: avante! E a concluir: «Façam o mundo melhor, ouviram? Não me obriguem a voltar cá?»

Quem se devotou inteiramente aos outros, ao povo, não anda esquecido. Mas, na data em que se completam vinte anos sobre a sua morte, é justo meditá-lo mais profundamente. E levar-lhe, com flores destas terras ribeirinhas, tanto do seu amor, o preito da nossa saudade — e da nossa gratidão.

Assembleia do PCP na freguesia de Campanhã

Com carácter extraordinário, teve lugar recentemente na capital nortenha a 4.ª Assembleia da organização do PCP da populosa freguesia de Campanhã. Presentes 100 delegados eleitos no decurso da actividade preparatória pelas assembleias de bairro e de zona.

As próximas batalhas eleitorais foram tema importante da Assembleia e objecto de uma resolução. No que diz respeito às eleições autárquicas e mais concretamente à freguesia de Campanhã, foi definido um objectivo: **a CDU concorre para ganhar**. A camarada **Helena Medina**, membro do CC, da DORP e do CLP, na sua intervenção, que encerrou a Assembleia, considerou este objectivo realista.

De facto, nas últimas eleições autárquicas a CDU tornou-se a 2.ª força política a 500 votos da 1.ª, o PSD. A concretização deste objectivo, como sublinhou ainda a camarada Helena Medina, exige desde já um intenso

trabalho de abertura da CDU e de contacto com a população. Neste contexto importante é também a questão da passagem de **Azevedo** a freguesia. O grupo parlamentar do PCP apresentou um projecto-lei para a sua concretização, mas PS e PSD na freguesia de Campanhã deram parecer desfavorável. O camarada **David Silva**, da Comissão de Freguesia, garantiu que se a Junta de Campanhã for CDU encabeçará a luta pela passagem de Azevedo a freguesia, satisfazendo assim aspiração antiga da população do lugar.

Interessante referir a propósito que a Assembleia decidiu, no plano da organização do Partido, autonomizar,

com poderes de Comissão de Freguesia, a **Comissão de Zona** de Campanhã.

40 elementos na nova CF

A 4.ª Assembleia aprovou ainda uma resolução sobre a organização local do Partido e elegeu a Comissão de Freguesia. O debate sobre a composição da nova CF foi animado e a proposta aprovada acabou por incluir mais cinco nomes em relação à proposta inicial, num total de 40 camaradas.

No final da Assembleia realizou-se um jantar de confraternização em que interveio o camarada Oliveira Dias, membro suplente do CC e vereador da Câmara do Porto. As eleições para o Parlamento Europeu e as eleições para a Câmara Municipal da cidade dominaram a sua intervenção.

Trabalhadores



Cuidado com a carne! (foto de arquivo)

Tristes indícios

O motivo principal da greve no IROMA é a falta de regulamentação desse Instituto, que emprega 3500 trabalhadores sem segurança, sem garantia de trabalho. Recorde-se que o secretário de Estado da Alimentação, anunciou recentemente o encerramento da maioria dos serviços do IROMA. Há 26 meses que o Instituto está privado de quadro de pessoal e de regulamento. Que há-de pensar-se, quando o próprio secretário de Estado **«afirma, segundo a Federação (FNSFP), que não pensou como resolver o problema da fiscalização sanitária da carne para consumo»?**

A mesma Federação sindical insiste justamente no facto de não ser para admi-

rar **«o aumento registado nos últimos meses»** no que respeita a **«Intoxicações alimentares»**.

E a FNSFP acrescenta: «Portugal é também, entre os países da CEE, aquele que apresenta índices mais elevados de mortalidade infantil e de doenças como a tuberculose, febre tifóide, brucelose, entre outras, já erradicada nos outros países. Perguntamos: será isto a modernização e desenvolvimento tão apregoados pelo Governo?»

Talvez esteja tudo à espera de 1992. Talvez por isso, o secretário de Estado do Ambiente tenha falado no Porto na questão do Mercado Interno. Ficaremos todos à espera dos 320 milhões de consumidores?

Lutas de 17

Quinta e sexta-feira passadas, além das acções e movimentações sindicais ininterruptas nos locais de trabalho e junto das instituições, diversas lutas se destacaram publicamente. Tiveram manifestação na rua, sobretudo em Lisboa, a luta dos **professores**, trabalhadores dos **transportes**, **Policia Judiciária**, trabalhadores do **Chiado**, paralisação na **Setenave** (16), **Estaco** (Coimbra, idem), concentração de apoio à Câmara Municipal do **Barreiro**, trabalhadores de **diagnóstico e terapêutica** (greve de 24 horas) e trabalhadores da **banca**.

Além das já habituais intransigências das entidades patronais e suas associações, à mesa de negociação, quan-

to à revisão dos salários e de outras matérias contratuais, continuam em causa nestas lutas a precariedade sempre crescente do emprego, o desemprego que tende a aumentar, os baixos salários que fazem parte da política governamental, leis injustas e desadequadas, pagamento de retroactivos, salários em atraso, destruição do sector empresarial do Estado.

Os apelos sindicais à solidariedade das populações e dos restantes trabalhadores justifica-se mais do que nunca, porque dificilmente se encontrará um período da história social recente no nosso país onde liberdades e garantias dos sindicatos e do emprego tivessem sido tão

fortemente e profundamente abaladas, como pretende este Governo através da sua actuação legislativa em todos os sectores da actividade, incluindo os próprios trabalhadores com aumentos salariais e com prejuízos nas suas carreiras que os levam a protestar e a adoptar formas de luta em sectores, como a **Policia**, os **bombeiros**, etc., onde era incomum e raríssimo verificar-se a necessidade de reivindicar, pelas formas ultimamente adoptadas, direitos e regalias que só eram atacados noutros sectores e ramos de actividade.

A não haver mudanças substanciais na política social do Governo, esse tipo de lutas continuará.

Consumidor à deriva
IROMA entra em greve

Azeite, leite, carne, peixe, ovos e vinho, mesmo sendo de má qualidade podem circular no mercado sem que ninguém o impeça

«A nossa saúde pode estar em causa». Este aviso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, lançado no segundo dia da greve de uma semana nos matadouros dependentes do IROMA contrasta violentamente com as declarações de Macário Correia, que domingo passado disse no Porto que o próximo Mercado Interno — não estamos a pensar em tantos consumidores esta semana — **«pressupõe uma maior e mais consolidada presença da administração»** (isto é, do Governo) na defesa do consumidor. As declarações do secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais são ainda mais «chocantes» numa altura em que se sabe que os trabalhadores do IROMA se viram obrigados a recorrer à greve, precisamente devido ao desinteresse do Governo e da administração pela defesa do consumidor e pela própria saúde pública.

Esse desinteresse manifestou-se neste caso pela não satisfação por parte do Governo de reivindicações elementares e defendidas há mais de dois anos pelos sindicatos, como seja o direito ao trabalho e o vínculo dos trabalhadores do IROMA à Função Pública.

São 3500 pessoas empregadas no Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas, que se vêem privadas de quadro de pessoal e de um regulamento que lhes permita agir eficazmente junto dos produtores. E recorde-se que o Instituto foi criado há 26 meses.

Nesse lapso de tempo o Governo não conseguiu sequer aplicar «as directivas da CEE para o controlo de qualidade dos produtos alimentares». Segundo a Federação sindical (FNSFP), a administração deixou expirar os prazos para aplicação dessas normas comunitárias, criando assim «o vazio na fiscalização dos produtos que são consumidos, quantas vezes de duvidosa qualidade».

Anteontem, 21 — a greve prolonga-se até amanhã — estavam encerrados os principais locais de trabalho do IROMA em Lisboa, Setúbal, Torres Vedras, Portimão, Lagos, Silves, Faro, Olhão, Monção, Castelo Branco e Vila da Feira. A 90 por cento estava encerrado também o Instituto em Viseu e a 80 por cento em Coimbra e no Porto.

«O consumidor tem o direito de saber o que consome e devia ter confiança no organismo que controla a qualidade dos produtos alimentares», destaca a Federação. Mas produtos essenciais como o azeite, o leite, a carne, peixe, ovos e vinho, embora de má qualidade, podem circular no mercado sem que alguém o impeça.

Agressões

A adesão à greve no IROMA tem atingido os 90 por cento. A própria presidência do Instituto tem sido marginalizada pelo Governo. O projecto de diploma que define o futuro do IROMA estava em

20 do corrente — data do início da greve — há mais de uma semana a aguardar aprovação do Conselho de Ministros. A FNSFP afirmava, entretanto, que «em alguns casos os trabalhadores grevistas têm sido alvo de agressões por parte dos talhantes, o que, por exemplo em Aveiro, motivou a intervenção da PSP a pedido do Sindicato». Recreia-se, por outro lado, como parece ter-se verificado já em Leiria, que haja gado abatido e posto à venda sem fiscalização. O presidente do IROMA ordenava, entretanto, que não fosse permitida a entrada nos locais de trabalho a pessoas estranhas ao serviço, «para

Em luta há 8 semanas

Entre outras reivindicações não atendidas pelo patronato, um subsídio de refeição de 100 escudos diários obriga os trabalhadores da Empresa de Pescas de Aveiro a recorrer a greves parciais de quatro horas diárias — situação que em 14 do corrente se prolongava há oito semanas. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares e de Conservas do Norte, a greve paralisa totalmente a produção.

Em vez dos 100 escudos reivindicados pelos trabalhadores, a entidade patronal não quer ir além dos 50, quando na mesma empresa em Setúbal já paga 90 escudos.

De acordo com o Sindicato,

Greve no Sheraton

A concretizar-se a luta anunciada na última segunda-feira, devem entrar hoje no segundo dia de greve os trabalhadores do Hotel Sheraton em Lisboa. De acordo com os dirigentes da FESHOT (federação sindical do sector), a paralisação de 48 horas naquela multinacional hoteleira deve-se à falta de propostas patronais que «re-

ponham o poder de compra e melhorem as condições de vida e trabalho».

A administração do Sheraton não vai além dos 9,6 por cento nos aumentos salariais e recusa a negociação de todas as outras matérias propostas pelos trabalhadores.

Segundo o anúncio da greve, esta destina-se a obri-

gar a entidade patronal a negociar. A FESHOT, Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal acrescentava, segunda-feira passada, que a greve poderia ser anulada se entretanto surgissem «novas propostas da empresa», respeitando as reivindicações dos trabalhadores.

Defesa do sector público

Um encontro de comissões de trabalhadores do sector público empresarial do Estado foi anunciado para ontem, com início às 14 e 30, nas instalações do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, em Lisboa. Promovido pela **Comissão Central de Trabalhadores (CCT)** da Petrogal, recentemente eleita e que realizou a sua primeira reunião no passado dia 3, o encontro destina-se a discutir e a aprofundar as **«implicações decorrentes do processo de privatizações»**.

Nos objectivos do encontro, que se prevê participado, (não temos ainda notícia de como

decorreu, na altura em que escrevemos) a CCT da Petrogal inclui a «defesa dos postos de trabalho»; a garantia do «emprego efectivo e dos direitos dos trabalhadores»; e, por último, a dinamização do «sector público ao serviço do País».

A CT tem defendido, pelo seu lado, na empresa, o «reforço do controlo de gestão». A mesma organização representativa decidiu pedir audiências urgentes ao ministro da Indústria e Energia, ao Provedor de Justiça e ao Procurador Geral da República, conforme anunciou recentemente.

Metalúrgicos

Nova jornada dia 29

Com a emissão de um pré-aviso de greve, os metalúrgicos voltam às ruas de Lisboa e do Porto no próximo dia 29. Apesar de considerarem os resultados das lutas de 12 e 28 de Janeiro e das greves de 3 e 24 de Fevereiro «altamente positivos e exemplares», com expressão inclusiva em **«importantes actualizações salariais em centenas de empresas»**, os dirigentes da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) voltaram a marcar uma **jornada nacional de luta** para quarta-feira próxima. Além de rejeitar, como sempre, a lei dos despedimentos, como é designado o pacote laboral, o conselho nacional da FSMMMP, que além do Porto e de Lisboa, anuncia acções diversifi-

cadas em todo o País, reclama **«direito ao trabalho e à segurança no emprego»**. Entre os objectivos principais da jornada contam-se ainda a luta contra a política anti-social do Governo, no que respeita à saúde, habitação, impostos, transportes, segurança social e, principalmente, a luta pela **«rápida e justa revisão da contratação colectiva»**. A reposição das perdas salariais relativamente à inflação mal prevista pelo Governo em 1988, a redução do horário de trabalho e a resposta do Governo aos problemas do sector e das empresas contam-se também entre os objectivos da jornada de 29, que pretende contribuir, ou continuar a contribuir, para «o isolamento crescente da política anti-social do Governo», como sublinha a FSMMMP.

Sumário sindical

Sarna. Sete sapadores bombeiros do quartel do Alto de Santo Amaro contrairam sarna nas camaratas. A notícia é confirmada pelo **Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa**. Recorde-se que os bombeiros municipais têm reivindicado a sua sindicalização contra a recusa expressa do presidente da Câmara, Krus Abecasis. Aquele Sindicato refere que «o descontentamento é geral» no Batalhão de Sapadores (BSB) e regista em nota do passado dia 9 as «situações diversas vexatórias que tais infecções (sarna) acarretam, do ponto de vista familiar», para os trabalhadores atingidos pela doença devido à «falta de limpeza dos colchões, mantas, colchas e almofadas».

Futebol. Através do seu Secretariado Nacional, a Fepcos, **Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços** saúda a recém-criada Liga dos Clubes Profissionais de Futebol e declara em nota recente que «responderá positivamente» ao major Valentim Loureiro, presidente da Liga, apresentando uma «proposta de contrato colectivo para todos os trabalhadores dos clubes» — excepto para os atletas profissionais». A base da proposta será a do acordo de empresa (AE) já existente entre o Senn (Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços do Norte) e a direcção do Futebol Clube do Porto.

Habitação. Ao contrário do que afirmou o ministro Cadilhe, quanto à procura de habitação, a CGTP explicou recentemente que não se trata fundamentalmente do aumento da procura. Trata-se apenas de do «sistema produtivo que não responde à procura»; tão-pouco esse aumento «encontra a sua razão fundamental nos salários dos trabalhadores», pois é «incontroverso que o peso da massa salarial tem diminuído no PIB (Produto Interno Bruto), e tem aumentado a desigualdade social no nosso país, nos últimos anos».

Policia. Uma delegação da CGTP recebeu recentemente na sede em Lisboa **«uma delegação do Sindicato da PSP»**. Segundo o departamento de informação da central, «a CGTP-In reafirmou o apoio que desde sempre deu à constituição do Sindicato» e repudiou mais uma vez «a retenção ilegal dos seus estatutos por parte do Ministério do Emprego e Segurança Social».

Filiação. O SNTCT — Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações — acaba de formalizar a sua filiação na CGTP-IN. Com 18 mil filiados, o SNTCT tomou essa atitude depois de uma deliberação em assembleia geral com uma das

maiores participações de sempre. Segundo o departamento de informação da central, aquela filiação constitui «um importante contributo», no âmbito da preparação do VI Congresso da CGTP.

Essas atitudes determinam uma ainda maior firmeza na acção por parte dos trabalhadores e do Sindicato.

maiores participações de sempre. Segundo o departamento de informação da central, aquela filiação constitui «um importante contributo», no âmbito da preparação do VI Congresso da CGTP.

China. Entre 24 do corrente e 2 de Abril, visita a China uma delegação da CGTP-IN. José Luís Judas, da Comissão Executiva, e José Manuel Carinhãs, chefe do departamento internacional, passarão três dias em Macau, onde serão recebidos, na ausência do governador, pelo encarregado do Governo português, Murteira Nabó. A visita à República Popular da China efectua-se a convite da Federação Geral dos Sindicatos daquele país socialista. O regresso da delegação sindical portuguesa está previsto para o próximo dia 4, anuncia o gabinete de imprensa da central.

Aumentos. A exemplo do que sucedeu com a **Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública**, a CGTP protestou contra os aumentos salariais de 8 por cento, impostos pelo Governo aos trabalhadores do Estado. Na realidade esses aumentos situam-se entre os 5,7 e os 7,5 pontos percentuais relativamente ao ano passado. Mantêm-se, assim, «a perda constante que aqueles trabalhadores têm sofrido nos últimos dez anos». A Frente tinha entretanto realirmado que endurceria a luta pelas reivindicações dos TFP.

Rendimentos. Ao considerar grave para o nosso país e para os trabalhadores a situação que se anuncia com os números oficiais sobre a tendência inflacionista, que pode atingir os 14,7 por cento no final deste ano, a CGTP refere-se ao **Índice de preços relativo a Fevereiro** publicado pelo INE, que confirma aquela aceleração. A manter-se essa tendência verificada desde Maio do ano passado, «a taxa média de inflação em 1989 pode vir a atingir 14,7 por cento», pelo que, para a CGTP, «é necessário que o Governo reveja substancialmente as suas orientações de política de rendimentos e se disponha a discutí-las abertamente com os representantes dos trabalhadores».

Espanha. Uma delegação da CGTP, que incluía Manuel Carvalho da Silva, regressou das províncias mineiras das Astúrias, Galiza e León, onde contactou com as comunidades portuguesas emigradas no nordeste espanhol. Houve um comício de amizade, como anunciámos oportunamente.

Inatel. A CGTP reclama junto dos grupos parlamentares da Assembleia da República contra os estatutos do Inatel, que



Os trabalhadores tentaram responder. Aspecto de um encontro em 1986

Um estranho negócio
Governo desbarata
milhões de contos

Considerada uma «negociata» pela Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Farmacêutica (FSTIQF) a «venda» da EPSI e o «aluguer» da CNP, a crer em notícias vindas a público e como tal citadas, constituem a destruição de «um valioso património público» que, segundo alguns especialistas, poderá atingir, em valores actuais, «muitas centenas de milhões de contos».

A crer ainda naquelas notícias referidas pela FSTIQF, a EPSI (Empresa de Polímeros de Sines) «foi vendida por cerca de 40 milhões de contos, menos de metade do custo actual de equipamento e instalações com o mesmo grau de uso». A CNP (Companhia Nacional de Petroquímica) era entretanto alugada «por um prazo de quinze anos».

CNP alugada por 6 milhões

Consoante a mesma nota, a CNP foi alugada pelo Governo por um total de seis milhões de contos/ano. No caso de ter que investir numa instalação semelhante — adianta a FSTIQF — a multinacional gastaria mais de 250 milhões de contos.

Recorde-se que essa quantia equivale em juros a cerca de 40 milhões de contos ao ano.

Trata-se naturalmente de empresas públicas. O «estra-

nho negócio», como lhe chama a Federação sindical, permite que os 40 milhões que o Governo deveria receber sejam trocados pelos encargos de uma dívida de montante igual por parte da CNP.

Repare-se ainda que assim ficarão expostas a grave risco de instabilidade «cerca de 400 empresas com mais de 14 mil trabalhadores», que formam parte importante do sector químico nacional com empresas de média e pequena capacidade.

A alegada criação de 50 novos postos de trabalho resultantes da «transacção» são para a FSTIQF puro humor negro. E tem razão, pois anteriormente e para preparar este estranho negócio tinham desaparecido 700 postos de trabalho.

excluem as associações sindicais da gestão do Instituto. A participação sindical não pode limitar-se ao carácter consultivo.

Custas. Sobre as custas judiciais nos tribunais de trabalho, a CGTP, que se reuniu recentemente com o presidente da comissão revisora do respectivo código, conselheiro Campos Costa, além do desagravamento daquelas taxas, entende necessário que se atenda ao rendimento *per capita* do agregado familiar e, lembrando que as acções judiciais dos trabalhadores têm «as mais das vezes natureza alimentar», refere a circunstância de essa natureza impor que «a justiça do trabalho seja tendencialmente gratuita».

Telecomunicações. Através da **Frente Comum de Defesa da Empresa (FCDE)** os trabalhadores dos CTT, assim como a Federação sindical do sector (FCT), recordam a adesão muito positiva às lutas recentes — 20, 21 e 24 de Fevereiro, designadamente, incluindo a greve nos Correios — e protestam contra a possível aplicação da Lei de Bases de Telecomunicações, que «terá implicações extremamente graves», à semelhança do que sucedeu com os TLP — porta aberta para «a transformação dos CTT em sociedades anónimas», privatizando parte dos Correios (49 por cento); entrega dos serviços rentáveis ao capital especulador, incluindo o recém-criado serviço móvel terrestre; e admitindo 25 por cento de capital estrangeiro.

Músicos. Os trabalhadores da **orquestra sinfónica da RDP-Porto**, que distribuíram um comunicado em 18 do corrente, marcaram uma paralisação para o mesmo dia, na continuação da luta e do protesto público contra a ameaça governamental de extinção das sinfonias de Lisboa e do Porto. Na conclusão do comunicado lê-se: «Os músicos continuam a reclamar a definitiva resolução dos problemas que afectam as orquestras sinfónicas da RDP».

Comércio. Os sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, filiados na **FEPCEs**, designadamente os que têm sede em Lisboa, Coimbra e Setúbal, ao intervirem em várias frentes como é habitual, protestaram recentemente contra a prepotência patronal no supermercado **Inô** (Coimbra); intervieram na situação da **Braz & Braz** (Lisboa) sobre a necessidade urgente de garantir a sua viabilização; contra «os mais de 300 despedimentos sem justa causa» no retalho a sul do Tejo, contra o aumento dos acidentes de trabalho (314 em 1988, 27 deles mortais); contra as infracções nos «16 maiores supermercados do concelho de Almada (41, segundo a IGT, o dobro segundo o Sindicato) e assinaaram (Lisboa) a **revisão do contrato de 45 mil trabalhadores do retalho**: aumentos salariais de 10 por cento a partir de Janeiro.

Assembleia da República

UNICER

— processo de privatização motiva requerimento do PCP

Um requerimento solicitando elementos sobre o processo de privatização de 49 por cento do capital social da UNICER foi entregue na última sexta-feira na Mesa da Assembleia da República. Subscrito por três deputados comunistas, este pedido de informação ao Governo decorre de legítimas dúvidas suscitadas quanto à indispensável transparência de todo o processo.

Em causa estão, designadamente, os critérios que terão sido adoptados no processo de avaliação da empresa e de determinação do preço-base da alienação, quer no que concerne à convergência entre entidade avaliadora da UNICER e entidade directamente interessada na sua aquisição.

Apesar da falta de informação atempada sobre o desenrolar do processo, facto já publicamente denunciado pela Comissão de Trabalhadores da UNICER e comprovadamente responsável pela deterioração do clima social da empresa, não deixam de merecer atenta observação

alguns acontecimentos entretanto vindos a público.

A eles se referem no texto do requerimento os deputados comunistas Ilda Figueiredo, Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira, chamando sobretudo a atenção para a circunstância de a avaliação patrimonial da empresa ter apresentado, ao que se sabe, uma diferença de dois milhões de contos entre os dois estudos para o efeito elaborados, e para o facto de o preço-base de alienação aprovado pelo Governo para efeitos de privatização ser manifestamente inferior ao preço médio ponderado fixado para as indemnizações

das empresas que deram origem à UNICER (CUF Portuguesa, Copeja e Imperial), com base nos valores até agora publicados.

Por outro lado, lembram os deputados do PCP, o BCP (Banco Comercial Português, SA) que integrou uma das entidades encarregues da avaliação da UNICER, manifestou já publicamente a sua intenção de (através do seu conselho delegado e de duas empresas estrangeiras) se candidatar à aquisição de 60 por cento do capital social a privatizar, constituindo-se assim como «núcleo duro» com vista à futura gestão da empresa.

Neste contexto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, os parlamentares do PCP requereram ao Executivo informações sobre os estudos de avaliação da UNICER e sobre os critérios seguidos para efeitos de indemnização e de privatização.

Solicitam-se ainda esclarecimentos quanto ao conteúdo da proposta apresentada pelo conselho de gestão da UNICER ao Governo, quanto aos pareceres ou relatórios que eventualmente tenham sido elaborados pela Comissão de Acompanhamento das Privatizações e quanto à fundamentação do preço-base de alienação.

A posição do Governo face à concorrência numa mesma entidade da função de avaliadora da UNICER, com tudo o que isso significa de conhecimento aprofundado da empresa e do seu efectivo valor, constitui outra das questões pertinentes levantadas no requerimento. Tal facto, na opinião dos deputados comunistas, substancia uma viciação do concurso público a efectuar, uma vez que há concorrentes com informação sobre a UNICER que não está disponível para os restantes interessados.



Atribuição de alvarás Despacho ferido de ilegalidades

Emparceirando com as irregularidades e escândalos que desde o início marcaram todo o processo de licenciamento de estações emissoras de radiodifusão, o despacho governamental que atribui os respectivos alvarás está, também ele, ferido de ilegalidade.

Quem o afirmou, na sequência de uma anterior posição do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP, foi o deputado Jorge Lemos no decorrer de uma intervenção produzida em plenário na qual se refere, nomeadamente, que do despacho não consta o teor dos pareceres da Comissão encarregue de analisar as candidaturas nem qualquer fundamentação do acto governamental.

Tais omissões violam, assim, o disposto no artigo 28.º da Lei n.º 87/88 que regula o exercício da actividade de radiodifusão, o qual determina, recorde-se, que os «actos de licenciamento deverão ser acompanhados de fundamentação expressamente referida aos correspondentes pareceres» (da comissão consultiva).

Depois de ter retirado à Assembleia o poder de definir as regras e critérios numa matéria que é do domínio público, depois de ter constituído, à sua imagem e semelhança, uma comissão de duvidosa composição, num infeliz epílogo, o Governo desrespeitou uma lei que ele próprio produziu e impôs, através dos seus deputados, à Assembleia da República.

Mas no meio deste processo que desde a primeira hora vem suscitando perplexidades e apreensões, causa sobretudo estranheza, como fez notar Jorge Lemos, que as «frequências mais cobiçadas» em Lisboa e Porto hajam sido atribuídas precisamente a entidades elas próprias com representação na Comissão Consultiva.

«Sabendo-se como se sabe que a deliberação final da Comissão não foi consensual, tendo contado com a oposição de vários dos seus membros, incluindo o respectivo presidente, como se pode compreender uma pura e simples assinatura de cruz governamental sem qualquer fundamentação», questionou a propósito o deputado comunista.

Num alerta dirigido sobretudo para aqueles que, «tendo decaído de princípios proclamados em sede de revisão constitucional», aceitam como «conquista irreversível do PSD a governamentalização sem regras do licenciamento de estações de radiodifusão» (leia-se Partido Socialista), Jorge Lemos salientou ainda que estes acontecimentos recentes deveriam pelo menos fazer os socialistas pensar quanto «às eventuais consequências de criação de um órgão alaranjado que disponha a seu bel prazer do espaço radioeléctrico disponível».

É que não se afigura minimamente credível — conclui Jorge Lemos — protestar ao pequeno-almoço contra a hegemonização pelo PSD do espaço audiovisual, para, ao lanche, acordar com o PSD a melhor forma de criar as condições para tal hegemonização.

Natureza conta com novos amigos

Com os votos favoráveis de todos os partidos com assento parlamentar, a Assembleia da República aprovou na semana finda a proposta de resolução que estabelece a adesão do nosso país à Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos.

Criada em 1948, esta União Internacional conta entre os seus objectivos fundamentais a adopção de medidas que encorajem e facilitem a cooperação entre governos, organizações nacionais e internacionais e pessoas interessadas na conservação da natureza e dos seus recursos.

Favorecer por todo o mundo as medidas nacionais e internacionais em prol da conservação da natureza e fomentar a investigação científica neste domínio constituem propósitos igualmente inscritos nos estatutos desta União Internacional.

Saudando a resolução agora aprovada, Cláudio Percheiro, em nome do PCP, sublinhou a importância particular de que ela se reveste para o nosso país, sublinhando a propósito os sucessivos atentados contra o ambiente e o atraso governamental na regulamentação da Lei de Bases do Ambiente, sobretudo naquilo que ela tem de mais importante e fundamental em defesa da conservação da natureza, como é o caso da Lei da Água.

Numa alusão à ausência de medidas eficazes em Portugal que favoreçam a conservação da natureza e dos seus recursos — veja-se o caso da eucaliptização indiscriminada — Cláudio Percheiro referiu ainda que tão importante como o envio à Assembleia da República de convenções como aquela que foi aprovada faz amanhã oito dias é a aplicação do seu conteúdo.

Apoiado por centenas de organizações

PCP defende redução do horário de trabalho

Redução do período semanal de trabalho normal para 40 horas sem prejuízo dos regimes mais favoráveis, tal é no fundamental a principal proposta preconizada no protesto de lei do PCP submetido faz hoje oito dias à apreciação do plenário.

Na agenda, com fins idênticos, estava também um outro projecto, da iniciativa do PS, o qual acabaria por não ser analisado pelos deputados em virtude de não ter ocorrido o necessário debate público prévio em torno do seu conteúdo, tal como sucedera com o projecto do PCP.

Debate público este que constituiria um dos aspectos mais enriquecedores da iniciativa legislativa dos parlamentares comunistas quer pelos contributos recebidos quer de uma forma geral pelo acolhimento extremamente favorável que lhe foi prestado por mais de três centenas de organizações e plenários de trabalhadores.

Este aspecto seria, de resto, realçado por Odete Santos ao assinalar na sua intervenção, a título de exemplo,

o abaixo-assinado de apoio contendo cerca de 13 mil assinaturas de mulheres têxteis recebido na semana anterior na Assembleia da República, facto em si mesmo revelador do êxito e do apoio que a iniciativa legislativa do PCP obteve junto dos trabalhadores.

Apoio que, aliás, nem deverá constituir surpresa se se atender às soluções previstas no articulado do diploma. A elas se referiu detalhadamente Odete Santos ao longo de uma exposição onde des-

montou de igual forma os principais argumentos aduzidos pelos opositores do projecto comunista.

De entre estes, destaque para a posição do CDS que, reconhecendo embora serem merecedores de aplauso os objectivos que se pretendem atingir com a redução do tempo semanal, entendeu por bem, por intermédio de Nara Coissoró, afirmar que a «redução do horário de trabalho semanal não pode ser decretada com a leviandade do PCP nem com a linearidade do PS».

Em sentido idêntico acabou por ir também a posição da bancada que apoia o Governo. Fernandes Marques, depois de sublinhar «não ter dúvidas em afirmar» que o horário de trabalho no nosso País é dos «mais elevados» e de reconhecer um carácter «positivo» à iniciativa do PCP, não foi capaz de ir mais longe, acabando por re-

meter a análise desta problemática para a contratação colectiva e para o Conselho da Concertação Social.

Numa manobra de antecipação e, porventura, com o intuito de esvaziar o debate, nesse mesmo dia, resta referir, o Governo anunciou uma deliberação do Conselho de Ministros no sentido de reduzir o horário semanal de trabalho de 48 para 44 horas.

Medida esta que, no entanto, não retira nem oportunidade nem justeza às soluções adoptadas no projecto do PCP, uma vez que no nosso País a duração média semanal de trabalho — entre as 43 e as 45 horas na generalidade dos sectores — continua a estar mesmo assim muito acima da recomendada pelo OIT e daquela que é praticada em cerca de metade dos países industrializados com economia de mercado, onde esse período não ultrapassa as 40 horas.

Regime de férias e faltas da Função Pública

Ratificação do diploma agendada para Abril

Está já agendado para o próximo dia 4 de Abril, por proposta do PCP, a ratificação do decreto-lei que estabelece o novo regime de férias, feriados e faltas na Função Pública.

Contestado por todas as organizações dos trabalhadores da Função Pública, este novo regime vem retirar direitos adquiridos e penalizar as situações de doença, sem falar nas várias disposições in-

constitucionais de que enferma.

Entre os aspectos negativos contidos no diploma contam-se o aumento do número de situações de faltas justificadas que implicam perda do subsídio de refeição, o descontos dos dias de greve na antiguidade e a redução para metade do número de faltas por conta do período de férias.

A penalização das si-

tuações de doença pelo descontos do vencimento de exercício logo nos primeiros 30 dias de doença (facto que vai atingir inclusive os trabalhadores com suspeita de tuberculose durante o período de exames médicos para estabelecimento do diagnóstico), o adensamento da teia burocrática em torno das situações de doença, sua justificação e verificação, bem como da participação de cada uma das situações de

falta ao serviço, constituem outros tantos aspectos considerados particularmente negativos no articulado do decreto-lei.

Fortemente criticados pelas organizações de trabalhadores são ainda os dispositivos na lei que permitem o reforço do poder discricionário das chefias, e a precarização do vínculo do pessoal provido por contrato em lugar além do quadro.

Assembleia da República

Anúncio de restrições de Cadilhe

É confissão de fracasso

«Confissão implícita do fracasso da política económica e financeira do Governo e das inultrapassáveis incoerências e contradições do seu modelo económico», eis como o deputado comunista Octávio Teixeira caracterizou o pacote de medidas anunciado no final da passada semana pelo ministro das Finanças, Miguel Cadilhe.

Restrições a que o parlamentar do PCP atribuiu ainda um significado político de inegável interesse ao chamar nomeadamente a atenção para o facto de elas constituírem o público reconhecimento por parte do Governo da «gravidade da situação económica-financeira nacional», gravidade que até aqui quer o Primeiro-Ministro quer o ministro das Finanças vinham reiteradamente negando.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, o recente anúncio de medidas feito por Miguel Cadilhe constituiu assim a pública confissão de que o Governo «não soube e não quis gerir da melhor forma — por incompetência, irresponsabilidade e opção de classe — o período das “vacas gordas” e que agora pretende regressar aos já conhecidos períodos de “austeridade”, sacrificando os trabalhadores e outras camadas populares».

«É o ciclo da política do “stop and go” — acentuaria a propósito Octávio Teixeira — em que durante o “go” foram a especulação e os lucros que cobraram os cheques e no “stop” são os trabalhadores a pagar as facturas. É o regresso ao ciclo das restrições cegas ao consumo, do agravamento da inflação, do aumento do desemprego e da diminuição do emprego (como já o mostram os dados do INE relativos ao 4.º trimestre de 1988), da diminuição dos salários reais e dos défices da balança de transacções correntes.»

Lutas justas

Mas as declarações de Cavaco Silva sobre a impossibilidade de atingir as realistas metas governamentalmente fixadas para a inflação, empar-

ceiradas agora com o pacote de medidas para a área económica e financeira, constituem ainda, em si mesmas, na perspectiva da bancada comunista, a confirmação da «justeza» das fortes movimentações e lutas sociais actualmente em curso.

Na declaração política que proferiu terça-feira, primeira reacção no Parlamento ao anúncio de restrições de Cadilhe, Octávio Teixeira deteve-se a analisar em pormenor também esta vasta movimentação social, sublinhando que as lutas e o descontentamento que alastram pelo País, em resultado da política do Governo em múltiplos domínios, «constituem manifestações objectivas do processo de redução da base de apoio do Governo, do próprio Primeiro-Ministro e do PSD».

Octávio Teixeira tratou ainda de comprovar a inadequação que a seu ver existe no modelo de crescimento adoptado pelo Executivo, bem como a sua incapacidade para combater as «causas estruturais dos desequilíbrios

globais e promover o desenvolvimento harmonioso».

A este respeito, depois de analisar circunstanciadamente aspectos como a inflação, a balança comercial e o mercado monetário, concluiu que «não são a economia nacional e o desenvolvimento que são inválveis». É a política do Governo que não serve o País — garantiu — que pela sua natureza se mostra incapaz de promover um crescimento sustentado da economia que beneficie a maioria da população e garanta os equilíbrios macroeconómicos fundamentais».

Verdadeiro escândalo

O deputado comunista exprimiu igualmente a sua convicção de que as medidas agora anunciadas não darão nenhuma solução aos graves problemas estruturais com que o País se defronta, referindo neste contexto como particularmente grave o aumento das taxas de juro e a redução do volume de crédito para a habitação, facto que do seu ponto de vista constitui um «verdadeiro escândalo político, económico e social». «Escândalo social porque — observou — o Governo continua a recusar perceber que a habitação é um grave problema social que afecta centenas de milhar de portugueses. Escândalo económico porque o Governo tenta em considerar a aquisição de habitação como mero consumo corrente quando, na verdade, se trata de efectivo investimento, ele próprio propiciador de aumento da poupança e de contenção do consumo. Escândalo político porque, para além do mais, o Governo persiste em manipular o crédito à habitação ao sabor dos seus calendários eleitoralistas.»

A confissão

O pacote de medidas anunciado por Miguel Cadilhe no final da passada semana constitui, no entendimento do Grupo Parlamentar do PCP, um eloquente atestado do «fracasso da política económica e social do Governo». Fracasso, desde logo, na sua meta de inflação, irrealista desde a primeira hora e já «irremediavelmente ultrapassada».

Na declaração política que proferiu, Octávio Teixeira ocupou-se com algum detalhe a comprovar aquela asserção. E sumariou em seis pontos o que considerou a «confissão» do Governo de Cavaco Silva:

- 1.º — que a crescente deterioração do défice comercial não só não é «virtuosa» como é insustentável;
- 2.º — que não é capaz de inverter a evolução ascensional das taxas de juro;
- 3.º — que vai reduzir, ainda mais, o crédito interno à actividade produtiva;
- 4.º — que o sector da construção de habitações vai entrar em nova crise, e que o desbloqueamento da aquisição de habitação própria terá de esperar pelas próximas eleições legislativas;
- 5.º — que no futuro próximo procederá à elevação da taxa de desvalorização cambial do escudo, pressionando a aceleração da inflação e a degradação do poder de compra dos portugueses;
- 6.º — que os referenciais de inflação que o Governo tentou impor, e em alguns casos conseguiu, para as negociações colectivas, tinham por objectivo único a diminuição dos salários reais.

Conferência de Viena

PCP propõe debate sobre posição portuguesa

O Grupo Parlamentar do PCP vai propor às Comissões Parlamentares de Defesa Nacional e de Negócios Estrangeiros a realização de uma reunião conjunta para informação e análises da posição portuguesa na conferência de Viena.

Realizada muito recentemente, esta conferência sobre a segurança e cooperação europeias, recorde-se, constituiu na perspectiva dos parlamentares comunistas um importante acontecimento a favor da paz e da construção de uma sólida segurança para todos os Estados do continente europeu.

A reunião conjunta das Comissões deverá ainda ser

pública e aberta à comunicação social e nela deverão participar os ministros Eurico de Melo e Deus Pinheiro, de acordo com a proposta que o Grupo Parlamentar do PCP apresentará muito em breve.

Para os deputados comunistas, segundo uma nota do seu gabinete de imprensa, importa ainda que na agenda da reunião seja incluída a análise das incidências na posição portuguesa de recentes desenvolvimentos da política externa e da Defesa, designadamente no que respeita à UEO, às negociações com os EUA (sobre o chamado «acordo das Lajes» e sobre a instalação da estação de rastreio de Almodôvar) e às negociações com a RFA.



Terça-feira crítica para o Governo

Foi uma sessão fértil em críticas ao Governo de Cavaco Silva, a de terça-feira última. Críticas que ocuparam boa parte do período antes da ordem do dia e que visaram sobretudo a política económica e financeira do Executivo, a crescente governamentalização do sistema político e a concentração de poder pelo PSD.

Particularmente verberado foi o recente anúncio de um pacote de medidas restritivas apresentado por Miguel Cadilhe, decisão que a bancada comunista, pela voz do seu deputado Octávio Teixeira, interpretou como uma confissão do fracasso da sua política e das «inultrapassáveis incoerências e contradições do seu modelo económico» (ver nesta página).

Demolidor no seu discurso foi também Basílio Horta (CDS), envolvendo nas suas críticas não apenas o conteúdo das medidas como também a forma «galhofeira» como o ministro das Finanças as anunciou. O mínimo que se exigiria, disse o deputado centrista, era a substituição do ministro.

Alguns distanciamento, intercalado por algumas críticas ao Governo e à maioria, embora de forma menos veemente, deram também algum tom à intervenção do deputado socialista, Jorge Lacão. Um aspecto, porém, diferenciou o seu discurso dos restantes: cerca de dois terços da sua exposição foram gastos numa diatribe contra o PCP. «Velha vocação de imperialismo ideológico», «concepção mecânica de unidade», «estratégia vanguardista da acção política», «visão imobilista e conservadora», apelo ao «modelo do Estado da economia burocrática como paradigma do socialismo e ao modelo do socialismo estatal como paradigma da democracia», foram concretamente alguns dos epítetos dirigidos por Jorge Lacão à bancada comunista. E tudo porquê? Tudo porque o PCP tem alertado o País para os aspectos lesivos que em seu entender decorrem do acordo e da forma como o PS e o PSD têm conduzido o processo de revisão constitucional e por, simultaneamente, insistir no apelo ao PS para que reconsidere a sua posição.

Num protesto por si próprio classificado de «construtivo» e «sereno», Carlos Brito não só refutou todas as acusações lançadas momentos antes pelo deputado socialista como reafirmou as «justas críticas» que o PCP tem dirigido ao acordo de revisão entre o PS e o PSD por o considerar «lesivo para o regime democrático e para as forças democráticas e por favorecer o PSD». Fundamentando a sua afirmação, o líder parlamentar comunista recordou a propósito áreas como a comunicação social, a saúde, as privatizações, os poderes da Assembleia da República ou a lei eleitoral.

Sentindo-se incomodado pelas críticas do PCP, o PS pretende calá-las, tal como pretende calar as críticas dentro do próprio PS, acentuaria ainda Carlos Brito, antes de evocar o testemunho de Tito Morais, prestigiada figura socialista que, ainda recentemente, classificava a revisão como uma «monstruosidade».

Não à eucaliptação indiscriminada

Três projectos de lei (Verdes, PCP e PS) prevendo o condicionamento das plantações de eucaliptos ocuparam, entretanto, a ordem do dia da sessão de terça-feira. Debate sem dúvida oportuno quer por se realizar no dia consagrado à floresta (21 de Março) quer ainda porque no passado domingo se realizou em Valpaços uma acção de protesto da população contra a plantação indiscriminada de eucaliptos, violentamente reprimida por forças da GNR.

Maria Santos (Verdes), a respeito deste incidente, reprovaria o comportamento da força policial, lamentando que ao «espírito empenhado de preservação das condições ambientais demonstrado pelas populações de Valpaços e ecologistas apenas tenha sido possível contrapor a selvática violência de forças da GNR».

Definindo a posição do PCP sobre a matéria em debate, Rogério de Brito ilibaria a árvore de quaisquer responsabilidades pelos problemas que resultam da eucaliptação indiscriminada. No fundo, o eucalipto não tem culpa, afinal, da utilização indevida que o homem lhe dá.

«Erguer o eucalipto como inimigo é desconhecer ou ignorar e desculpabilizar os verdadeiros inimigos e a origem e causa dos problemas», diria Rogério de Brito, para logo acrescentar: o «eucalipto não selecciona os lugares para se instalar», «não arranca olivais para tomar o seu lugar», «não se instala nas pastagens nem tão-pouco nas bacias hidrográficas».

Mas se o eucalipto não tem culpa o mesmo já não se pode dizer dos que «pretendem impor e vêm impondo uma floresta arbitrária e desordenada, particularmente de eucaliptos», sem «atender, ponderar e respeitar as condições ecológicas e económicas e sociais do meio e da região».

«E é aqui que as celulosas e o Governo têm as grandes responsabilidades — asseverou Rogério de Brito — responsabilidades acrescidas para o Governo ao desenvolver uma política florestal e assumir uma postura, no mínimo, permissivas à crescente tendência para a monopolição e sobreexploração dos recursos naturais e florestais pela indústria de celulose».

Parlamento Europeu

Recuperação do Porto

Proposta comunista
reúne consenso

Os deputados do PCP apresentaram na passada quinta-feira no Parlamento Europeu uma proposta para que a Comunidade Económica Europeia, «**com os mecanismos e pelos meios mais adequados, nomeadamente financeiros, apoie as medidas de recuperação e reabilitação da Zona Histórica da Cidade do Porto.**»

Como o «Avante!» noticiou a semana passada, esta proposta foi anunciada pelo deputado Joaquim Miranda durante uma visita de trabalho ao distrito do Porto. De acordo com o que já então havia sido dito, é objectivo dos comunistas reunir na CEE os meios necessários para o efeito, na base de projectos a apresentar pelo respectivo município e em estreita articulação com este e com o Governo português.

A proposta, que chama a atenção para o «alto valor patrimonial, histórico, cultural da Zona Histórica da Cidade do Porto e a relevância económica, e social, e (consequentemente) turística que a mesma assume para a cidade e para Portugal», recolheu apoios bem diversificados. Assim, os deputados Luís Filipe Madeira e Medeiros Ferreira, do PS, Virgílio Pereira, Manuel Machado e Fernando Condesso, do PSD, bem como vários parlamentares comunistas e socialistas de outros países, subscreveram-na, o que não deixa de ser significativo do interesse desta iniciativa dos deputados comunistas.

No texto apresentado pelos camaradas Joaquim Miranda, Aboim Inglês e Barros Moura, salienta-se que «os montantes necessários à recupera-

ção e à reabilitação deste núcleo central do Porto, a urgência que deve ser colocada no combate à degradação profunda e crescente que atinge e, bem assim, o rigor

nacional e por razões diversas, as respostas suficientes». Considerando no entanto «as preocupações manifestadas e as decisões já adoptadas pelo Parlamento Europeu relativamente a algumas situações similares», pareceu oportuno levar a questão àquela instância, que agora analisará o assunto. A receptividade obtida, nesta primeira fase, permite esperar que o Porto venha a ter,

mercado da Comunidade com a Turquia.

A questão foi levantada pela apresentação de um relatório sobre o assunto, a cargo do deputado Carlos Pimenta, do PSD, suscitando a intervenção do camarada Joaquim Miranda cujo objectivo expresso foi o de sublinhar alguns aspectos que, no parecer dos comunistas, não podem deixar de ser tidos em conta.



que deve presidir às obras a efectuar e aos objectivos a atingir na sua concretização, são, no conjunto, incompatíveis para com o orçamento municipal».

Aqueles deputados não deixam de fazer notar que o problema «não tem encontrado, também no orçamento

oportunamente, boas novas do Parlamento Europeu.

O problema turco

O mesmo não se poderá dizer no que respeita aos previsíveis resultados do incremento económico e co-

Em primeiro lugar, há que salientar que a consideração do pedido de adesão apresentado pela Turquia «é inoportuna e desadequada» tanto por razões de ordem política como económica.

Com efeito, como sublinhou Joaquim Miranda, o Parlamento Europeu não pode deixar de ter em consideração a situação que se vive na Turquia, «ainda caracterizada pela falta de liberdades fundamentais, incluindo a prisão e a condenação à morte de dirigentes políticos e sindicais». Uma realidade dificilmente conciliável com a imagem de vivência democrática que a Comunidade pretende dar de si própria, pelo menos do ponto de vista formal.

Por outro lado, há que ter em conta «as relevantes implicações de uma imponderada abertura aos produtos turcos, com particular incidência para alguns países membros, precisamente os de menor desenvolvimento e já confrontados com a necessidade de se prepararem para enfrentar a concretização do mercado interno».

Como é o caso, obviamente, de Portugal.

O eurodeputado comunista lembrou, por outro lado, as práticas de concorrência desleal e de comércio ilícito praticadas pela Turquia, em especial ao nível dos têxteis e da indústria fosforeira, que já provocaram sérios problemas designadamente em Portugal.

Apesar dos alertas, o relatório foi aprovado. O futuro dirá, no que respeita aos interesses nacionais, quais as consequências deste incremento das relações com a Turquia.

Prioridade à coesão
económica e social

«A coesão económica e social deve ser entendida como um objectivo prioritário e deve valer por si própria; não pode ser encarada como uma mera compensação, nem deve ser reduzida ao aumento e nova regulamentação dos fundos estruturais, por muito que os valorizemos» — afirmou o camarada Joaquim Miranda, ao intervir no Parlamento Europeu na continuação do debate sobre o programa da Comissão da CEE.

Na ocasião, Joaquim Miranda defendeu que «a vertente social e em particular o problema do desemprego deviam estar sempre presentes e deverão estar mesmo no cerne das próprias decisões», considerando que «o ritmo apressado e, muito menos, a adopção de medidas cegas, não devem marcar a presente fase de concretização do mercado interno».

Numa fase marcada pela aplicação do Acto Único, os comunistas consideram ser da maior importância o sentido que for concedido pela Comissão às orientações e medidas que preconiza, particularmente em três domínios: «forma e ritmo de concretização do Mercado Interno, importância real concedida à coesão económica e social e respeito efectivo pela dimensão social».

Como disse Joaquim Miranda, «o que deve prevalecer é, antes do mais, a ponderação das exactas implicações das medidas a tomar nos domínios económicos e social, particularmente nas economias de menor desenvolvimento», já que «a não adopção de certas cautelas pode traduzir-se em problemas irreparáveis, designadamente no domínio social».

Para o deputado comunista, é «urgente uma rigorosa análise aos inevitáveis impactos da concretização do mercado interno», uma vez que considera indiscutível «que os instrumentos e os meios para fazer face ao desemprego e às restantes questões sociais se revelam, uma vez mais, insuficientes e desadequadas».

A terminar, Joaquim Miranda defendeu o diálogo social, «não limitado e entendido como uma forma efectiva de participação dos trabalhadores nas decisões da Comunidade».

Apoio à independência
do povo saarai

Os deputados comunistas no PE votaram favoravelmente, na passada quinta-feira, o relatório «Christian-sen» sobre a situação política no Saara Ocidental.

Aboim Inglês, em declaração de voto, considerou «indispensável que seja reconhecido sem subterfúgios o direito do povo saarai à autodeterminação e à independência e assegurado o seu exercício através de um referendo revestido das necessárias garantias de liberdade».

«É indispensável — disse ainda — que se realizem negociações directas entre as partes directamente em confronto, o Reino de Marrocos e a Frente Polisário, em pé de igualdade e lealdade recíproca».

Salientando ser indispensável «que todo o apoio internacional seja dado ao processo de pacificação», Aboim Inglês fez notar que «a solução deste conflito, nas fronteiras da Europa, será sem dúvida também um contributo para o reforço do clima de desanuviamento que se processa em várias frentes e é condição para o progresso social do nosso continente e do mundo».

Conselho da CEE
diz-se incompetente
para impedir voos rasantes

O Conselho de Ministros da CEE considera-se incompetente para intervir no sentido de pôr termo aos voos rasantes por aviões militares em áreas habitadas da Comunidade. Esta posição foi tomada em resposta a uma questão sobre o assunto colocada pelo deputado do PCP, Aboim Inglês.

Na pergunta dirigida ao Conselho, aquele camarada sublinhava «os perigos de tais voos rasantes, comprovados pela multiplicação dos acidentes que se têm verificado» e recordava que «não só a opinião pública tem contestado vigorosamente tais práticas, mas o próprio Parlamento Europeu já se pronunciou contra a realização de voos rasantes no território comunitário».

De referir, a propósito, declarações recentes do ministro da Defesa da RFA, segundo as quais o seu governo pretende reduzir o número de horas de voo de aviões militares, incluindo os rasantes, sobre o território do seu país, passando, em contrapartida, a desenvolver os seus centros de formação da Força Aérea localizados fora da RFA, designadamente em Portugal (base de Beja) e também no Canadá e em Itália.

Ou seja, passar para os outros o que não se quer em casa. E digam lá que não há «incompetências» que vêm por bem...

PDR em Bruxelas
críticas em Lisboa

O ministro Valente de Oliveira foi no início desta semana a Bruxelas para entregar na CEE o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), movido pela ideia fixa — não se sabe se própria se do Governo a que pertence — de ser o primeiro parceiro da Comunidade a fazê-lo.

Quem seguiu as notícias sobre o acontecimento — «fomos os primeiros, fomos os primeiros» — terá tido dificuldade em perceber esta febre de bater recordes, quando o que está em causa não é o calendário (o prazo só expira no fim do mês), mas sim matéria da maior importância para o desenvolvimento do país.

Logo, evidentemente, matéria em que importava acima de tudo recolher a opinião e o parecer, as críticas e as sugestões dos mais diversos sectores políticos, económicos, administrativos e sociais portugueses.

Ora acontece que nada disso aconteceu. Das entidades patronais às organizações sindicais, das autarquias aos partidos políticos, ninguém parece ter tido oportunidade e tempo de se debruçar seriamente sobre a matéria, tal a pressa com que o Governo exigiu uma resposta para as cerca de três centenas de páginas que compõem os dois volumes do PDR que Valente de Oliveira foi, qual maratonista, levar a Bruxelas.

Ao que consta, nem o Conselho de Ministros o aprovou formalmente, como estava previsto, na passada quinta-feira, a pretexto de então ainda não terem sido ouvidos todos os parceiros sociais e políticos.

Face a esta situação, causa perplexidade o burburinho feito com a entrega do dito cujo PDR em Bruxelas, no início desta semana, antes de todos os restantes parceiros da Comunidade, como se em vez do desenvolvimento regional do país o Governo se tivesse empenhado numa corrida de obstáculos.

Pensando bem, no entanto, talvez não haja assim tanto motivo de espanto.

Isolado na sua política, criticado nas suas opções, atacado pelos seus métodos, confrontado com a ineficácia das suas medidas, não é só por fanfarronice que o Governo anuncia «fomos os primeiros». O que pretende com isso é convencer os portugueses de que «somos os melhores».

Desconhece-se qual a reacção dos parceiros comunitários ao PDR que Valente de Oliveira lhes levou; por cá, da CGTP-INT à UGT, da CIP à CAP, do PCP ao PRD, a opinião parece ser muito semelhante: não serve, é uma decepção, está mal elaborado, tem carências, foi feito nas costas das populações.

Os tais obstáculos que o Governo deve ter querido evitar.

Nacional

Manobras do PSD e de um sector do PS desestabilizam CM de Gondomar

Os vereadores da CDU na Câmara de Gondomar foram, a semana passada, confrontados com uma situação insólita: o Presidente da Câmara, Arlindo Neves, do PS, fizera um despacho em que, alegando doença, delegava todas as suas competências no vereador da CDU, António Luís Pimenta Dias.

Esta situação tem antecedentes que o «Avante!» tem acompanhado. Com um decreto de Janeiro de 86, que o Presidente da República não promulgou, o PSD, em ligação com um sector do PS, tentou dissolver a Câmara e, mais tarde, em Julho, levar à perda de mandato Arlindo Neves.

A CDU tomou desde sempre uma posição muito clara em relação aos problemas da Câmara de Gondomar. Uma posição de crítica muito severa à actuação do presidente da Câmara e do PS, responsáveis pelos graves problemas que existem no concelho, pela incompetência e ineficácia da gestão municipal, e pelo compadrio e cor-

rupção que proliferam. Mas a posição da CDU tem sido igualmente de crítica severa às manobras do PSD que, apoiado em elementos do PS, tudo tem feito ao longo dos anos para desestabilizar a autarquia e assumir o seu controlo, à revelia da vontade da população expressa nas eleições.

Disputas partidárias

Em relação aos recentes acontecimentos que conduziram à insólita doença e ao despacho do presidente da Câmara, a CDU «não pode deixar de denunciar vivamente o facto do PS ter decidido transferir para o in-

terior da Câmara as disputas e guerrilhas partidárias entre os grupos que no seu seio disputam o controlo das listas às próximas eleições autárquicas». A CDU denuncia também o papel do PSD que, «aliando-se com os grupos que se degladiam no PS, na realidade procura criar condições para uma futura aliança PSD/PS na autarquia».

Na última sexta-feira, e tal como a CDU havia previamente alertado, consumou-se o acordo entre o PSD e um grupo do PS para assumirem o controlo da Câmara de Gondomar. Os vereadores do PSD e dois vereadores do PS fizeram aprovar a perda de mandato do presidente da Câmara.

Os vereadores da CDU recusaram participar na votação devido ao facto de ter sido realizada em condições flagrantemente ilegais e por-

tanto poder ser declarada nula por qualquer tribunal. A lei exige taxativamente que seja dada ao visado possibilidade de previamente, e perante a Câmara, se defender das acusações de que é alvo, o que não aconteceu. Por isso a CDU de Gondomar tornou público que «só tomará posição desde que rigorosamente cumpridos todos os requisitos legais, e que possa fazer o seu juízo próprio sobre as razões aduzidas na proposta de perda do mandato, depois de ouvidas ambas as partes».

A CDU considerou «no mínimo indecoroso no plano político» que 24 horas depois da votação ilegal, e antes de expirado o prazo de recurso para os tribunais, o vereador do PS instalado pelo PSD na presidência da Câmara tivesse dado longa entrevista à comunicação social com o plano de actividades para o seu «mandato».

Falso advogado na CM de Paços de Ferreira

A notícia apareceu nos primeiros dias deste mês num semanário: a Câmara de Paços de Ferreira tem sido assistida juridicamente por um estudante que passa por advogado. Esperava-se naturalmente um desmentido ou um esclarecimento por parte da Câmara. A espera foi em vão.

A CDU local tomou posição considerando o facto tanto mais grave quanto o falso advogado é genro do Dr. Fernando Vasconcelos, ex-Presidente da Câmara, pelo PSD,

e actual governador civil do distrito do Porto.

Para a CDU de Paços de Ferreira o comportamento de quem se fez passar falsamente como advogado é um problema que compete à Ordem dos Advogados, ao Ministério Público e aos Tribunais. Mas esta questão comporta factos políticos, e aí a CDU exige o apuramento de responsabilidades e considera urgente o esclarecimento, por parte da Câmara, de alguns factos, nomeadamente: que processo foi seguido

para a selecção do escritório onde trabalha o falso advogado; em que data foi estabelecida a avença com o dito escritório; a Câmara conhecia ou não que o referido indivíduo não tinha qualificação legal para o exercício de funções forenses; o que fez a Câmara desde que tomou conhecimento da denúncia pública desta situação.

Na opinião da CDU, se a Câmara não vier rapidamente dar cabais esclarecimentos públicos «torna-se responsá-

vel pela cobertura a um falso advogado» e «ré da suspeição de agir com compadrio e nepotismo». Neste caso não se tratará só de um problema político grave, mas também de um caso para a Alta Autoridade contra a Corrupção.

No seu comunicado a CDU de Paços de Ferreira compromete-se a «fazer as diligências necessárias junto de diversas entidades para que a situação seja completamente esclarecida e se faça justiça».

MECLA reafirma: «Suspensão imediata!»

O Movimento de Estudantes Contra a Lei de Acesso ao Ensino Superior (MECLA) reafirma num parecer enviado ao Ministério da Educação o pedido de suspensão imediata do DL 354/88 para discussão pública, defendendo que, «apenas este ano, seja aplicado o regime anterior» de provas de aferição.

O parecer resultou de uma reunião que a coordenadora daquele movimento realizou no passado dia 15, em Lisboa, com a participação de escolas de Caladas da Rainha, Espinho, Aveiro, Lisboa, Marinha Grande e Leiria — segundo o «Europeu» de anteontem.

O MECLA justifica a sua posição por entender que «seria ainda mais injusto» aplicar o novo regime de acesso nos moldes em que está formulado, «profundamente desligado da realidade que é o sistema de ensino», e por considerar «preferível ter uma lei injusta por mais

um ano, mas conseguir aprovar um outro regime de acesso mais justo, adaptado à realidade, e que corresponda aos legítimos interesses e direitos dos estudantes».

Mantendo as objecções antes levantadas à forma como a lei foi aprovada e ao seu conteúdo, o MECLA recorda que «há um consenso alargado» exigindo a suspensão do diploma, citando as posições do Conselho Nacional de Juventude, do Conse-

lho Nacional de Educação, da Confederação Nacional das Associações de Pais, de todos os sindicatos dos professores, da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes, de estudantes do ensino secundário e do superior.

No parecer do MECLA acusa-se o Ministério de querer, «a qualquer preço, impor esta lei». O ME, «passados quatro meses sobre a publicação do decreto, vem pedir

as contribuições dos estudantes», mas antes «nunca se preocupou em fazê-lo. Além disso — afirma o Movimento —, não foi constituída, «nem há perspectivas de que tal aconteça», comissão alguma dos interessados, quer com o objectivo de promover a análise e a revisão do presente diploma, quer para criar uma homogeneidade de critérios na avaliação da prova geral de acesso criada pelo Ministério.



Uma «sentença exemplar»

Sete meses de prisão por não cumprir a Lei dos Baldios

O presidente da Junta de Freguesia de Queirã foi condenado a sete meses de prisão como autor de um crime de denegação de justiça, por se ter recusado a dar resposta a um requerimento da população de Loumão solicitando a convocação da 1.ª assembleia de compartes dos baldios desta localidade.

A informação foi divulgada pelo secretariado dos baldios do distrito de Viseu, que considera a sentença do juiz da comarca de Vouzela «verdadeiramente exemplar» e afirma mesmo que ela «irá por certo fazer parte da história dos baldios e do seu regime jurídico».

O julgamento, realizado a 16 de Março, foi «muito concorde e didáctico», afirma o secretariado dos baldios de Viseu: «O meritíssimo juiz da comarca de Vouzela aproveitou para esclarecer o arguido e todos os presentes que a Lei dos Baldios (dec.-lei 39/76 e 40/76) está em vigor e, portanto, tem de ser cumprida», acrescentando ainda que o dec.-lei 34/87 «veio punir criminalmente a falta de actuação dos titulares de cargos políticos, exactamente para evitar que atitudes como as deste presidente de Junta se pudessem continuar a praticar sem quaisquer consequências para os infractores».

Ao Governo Civil de Viseu será remetida, para procedimento criminal ou disciplinar, uma certidão dos depoimentos do arguido e de uma testemunha de defesa, que afirmaram ter o secretário do Governador Civil, Dr. Meneses, informado o presidente da Junta de que a Lei dos Baldios estava para ser revogada e não valia a pena cumprir o requerimento.

«Ao longo destes anos foram dezenas e dezenas, só no distrito de Viseu», os casos em que presidentes de juntas se recusaram a convocar as primeiras assembleias de compartes com vista à devolução da administração dos baldios às comunidades locais, recorda o secretariado, congratulando-se por ter sido feita justiça aos povos serranos.

E os 4 milhões dos agricultores?

Dirigentes das organizações da lavoura do Norte e Centro de Portugal, reunidos no passado domingo no Porto, para debater as consequências das chuvas de Maio/Julho do ano transacto, «querem saber onde param os 4 milhões de contos que a CEE deu como ajuda para subsidiar os agricultores atingidos pelos prejuízos das intempéries e não para o reforço da linha de crédito como o MAPA quer fazer crer». A urgente implementação da atribuição dos subsídios a fundo perdido, a participação na definição de critérios de distribuição da referida verba e na discussão e elaboração de um verdadeiro Seguro de Colheitas são as principais reclamações aprovadas no decorrer do encontro, promovido pela Confederação Nacional da Agricultura.

Numa retrospectiva de toda a acção desenvolvida junto dos órgãos do poder na defesa das reclamações dos agricultores, as organizações presentes criticaram a actuação dos responsáveis do MAPA pela falta de resposta aos milhares de declarações individuais de prejuízos entregues em tempo oportuno, e pelo facto de «ter prometido aos agricultores uma linha de crédito a 6 ou 7% de juro, para mais tarde aplicar uma taxa de juro mais elevada, mesmo nos dois primeiros anos, e progressiva, pelo que no sexto ano atinge a taxa normal de juro».

Alguns números que foram avançados na Conferência de Imprensa realizada no fim da reunião dão imagem da situação crítica em que ficaram milhares de agricultores: o prejuízo, só no concelho de

Amarante, foi de 9254 pipas de vinho verde; a ADADB — Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga, em cerca de 10 000 agricultores inquiridos, calculou em um milhão e duzentos mil contos o prejuízo, que no distrito de Viana do Castelo chegou a cerca de um milhão e trezentos mil.

Marn-Beiras recebido na AR

Esta questão foi também abordada na reunião que uma delegação do Marn-Beiras, integrando um representante da Junta de Freguesia de São João do Campo, teve com a comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República. Os representantes dos agricultores apresentaram ainda outros problemas.

Em relação ao arranque das vinhas para substituição da cultura ou para reestruturação, os deputados membros da comissão parlamentar — de acordo com uma nota de dia 20 do Marn-Beiras — «sublinharam que, após uma primeira fase de arranque de mil hectares, o processo foi paralisado pelo Governo, que negociou o subsídio sem nenhuma contrapartida (protecção à cultura a instalar, por exemplo) e está agora a verificar ter feito um mau negócio».

A delegação do Marn-Beiras transmitiu ainda à comissão parlamentar a sua preocupação pelos níveis de poluição registados no vale do Mondego, e à plantação indiscriminada de choupos e eucaliptos na região.

Internacional

BRASIL

Dois dias de greve geral

Em São Paulo, nenhum autocarro circulou; em São Salvador de Baía e Recife, o ambiente foi o de um dia feriado; no Rio de Janeiro, a paralisação de transportes foi total e o funcionamento da banca e comércio, muito parcial. Estes alguns elementos dispersos do que foi a greve geral de dois dias no Brasil, convocada por duas centrais sindicais — a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores. Dias 14 e 15, uma larga maioria dos trabalhadores brasileiros paralisou o país. Segundo os dados dos sindicatos, a adesão à greve foi no primeiro dia da ordem dos 70%, tendo-se ampliado ainda no segundo dia de greve. E isto apesar da presença massiva da polícia e de forças militares nas ruas das cidades.

A greve dos trabalhadores brasileiros assume-se como um grande protesto colectivo contra o plano do presidente Sarney, o «Plano de Verão», que se propõe como objectivo o combate à elevada taxa de inflação (que tende a ultrapassar a cadência de 1% ao dia) à custa dos trabalhadores.

Segundo os sindicatos, a aplicação do plano governamental levaria a perdas salariais oscilando entre os 31 e os 41%.

A verdade é que um país com um excepcional potencial agrícola, importantes jazigos de quase todos os minerais existentes no planeta e um desenvolvimento industrial apreciável — os trabalhadores vivem uma situação bem difícil. É sobre eles que pesa particularmente a inflação. Dos 57 milhões de pessoas economicamente activas, 15 milhões estão no desemprego.

De um nordeste votado ao mais profundo atraso, às favelas, bairros de lata na periferia das grandes cidades — estão as claras marcas de uma história de ditaduras antipopulares, a que hoje se acrescenta uma política que não defende os interesses dos trabalhadores.

Política a que se sobrepõe todo o peso de uma realidade económica internacional que redundará numa desenfreada exploração dos povos do chamado terceiro-mundo.

Pelo seu produto interno bruto (PIB), o Brasil ocupa o oitavo lugar no mundo capitalista. Entretanto, a maior parte das receitas do país vai para o reembolso da dívida externa, que ronda actualmente pelos 140 biliões de dólares.

Uma situação partilhada por toda a América Latina, com consequências económicas e sociais desastrosas.

Actualmente a dívida da

América Latina ultrapassa os 400 mil milhões de dólares. Um fardo que significa, por exemplo, diminuição dos ritmos de crescimento económico, de 6% ao ano entre 1964 e 1980, e hoje de apenas 0,3%. Em 1988, o produto nacional bruto *per capita* foi inferior ao de 1980 em praticamente todos os países latino-americanos. Em 1987, o volume de serviços e mercadorias na América Latina foi de apenas 87,5% do nível alcançado em 1980.

No plano político

Data de há poucos dias a decisão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de ruptura com o governo de Sarney. Uma decisão tomada na Convenção Nacional do partido, realizada em Brasília, em simultâneo com o afastamento de elementos conservadores da direcção.

Esta posição do PMDB terá de imediato algumas consequências práticas. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, sublinhou que a



Nordeste brasileiro, zona cronicamente atrasada do Brasil. O seu desenvolvimento é impossível com uma política antipopular

partir de agora os ministros desse partido que integram o governo federal (7 ministros) não representam o partido, pelo que se esperava que apresentassem a sua demissão.

Mas para além das consequências imediatas, esta decisão do PMDB reflecte sem dúvida o isolamento do governo, o reforço da esquerda, o impacto da luta dos trabalhadores, na perspectiva das eleições presidenciais, a realizar em Março de 1990. As primeiras eleições presidenciais directas, fruto da grande batalha popular pelas «directas».

Os indícios da perda clara de popularidade do governo, e da subida da esquerda, ressaltaram quando das eleições municipais de 15 de Novembro do ano passado.

Então o PMDB — cujo

presidente de honra é o próprio José Sarney, de quem agora o próprio movimento se demarca — perdeu nas principais cidades do país.

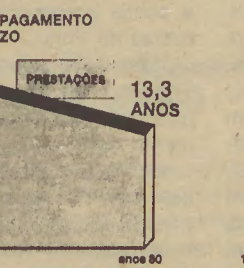
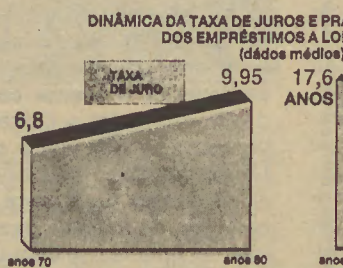
Em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores (PT) de Inácio da Silva (Lula), impôs-se com a eleição para o cargo de perfeito de Luiza Erundina, do Estado nordestino da Paraíba.

O PT ganhou ainda, nessas eleições, importantes cidades, como Campinas e a região operária de São Bernardo, e ainda em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Por seu lado, os sociais-democratas brasileiros (PDT), de Leonel Brizola, angariaram também resultados significativos. O PDT ganhou posições no Rio de Janeiro e em Volta Redonda, onde se localiza uma das maiores

concentrações operárias do Brasil, por se tratar do maior centro sirúrgico nacional. Foi em Volta Redonda, que o governo mandou reprimir brutalmente uma greve dos trabalhadores da siderurgia, tendo então o exército provocado pelo menos três mortos (oficialmente reconhecidos).

O actual quadro político e social do Brasil, como a sua dura realidade económica traduz, quer as imposições de uma realidade económica internacional dominada pelo grande capital internacional, quer as posições de um governo que responde (ou corresponde) a essas imposições com uma política antipopular. O crescimento da luta dos trabalhadores e dos resultados eleitorais de organizações de esquerda — dão nota da resistência popular a tal política.



Por toda a América Latina, a dívida é factor de subdesenvolvimento. Uma verdade que o é igualmente para o Brasil

PCP — Actividade internacional

Encontro PCP/PCE sobre questões económicas

No âmbito das relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PCE realizou-se dia 15, em Lisboa, um encontro de trabalho entre representantes das Comissões Económicas dos dois partidos.

A delegação do PCE era dirigida por Salvador Jove, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e integrava ainda José Barragan.

A delegação do PCP era dirigida por Carlos Carvalhas, membro da Comissão Política e integrava ainda Octávio Teixeira membro do CC.

Neste encontro foi analisada a situação económica de Portugal e de Espanha e as questões relacionadas com a integração na CEE e a criação do Mercado Único.

Foram consideradas formas de cooperação entre os dois partidos nesta área, nomeadamente a realização próxima de encontros sobre desenvolvimento de regiões transfronteiriças.

Foi também considerada a realização de encontros regulares, com vista ao aprofundamento de temas económicos de interesse comum.

Congresso do PCI

Realiza-se nestes dias, em Roma, de 18 a 22, o XVII Congresso do Partido Comunista Italiano.

O PCP faz-se representar neste Congresso pelo camarada Albano Nunes, membro suplente do Secretariado do CC.

Na mensagem enviada pelo CC do PCP ao CC do PCI, sublinha-se: «O PCI, partido de honrosas tradições revolucionárias e força indispensável à defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, é um grande partido nacional, cuja contribuição é indispensável para resolver os problemas da Itália contemporânea.

Uma alternativa democrática e progressista passa necessariamente do PCI. Fazemos votos para que as decisões do vosso Congresso contribuam para o reforço do papel do PCI na vida italiana e simultaneamente para o fortalecimento da amizade e cooperação dos comunistas italianos com os comunistas da Europa e de todo o mundo. Pelo seu lado, o PCP continuará a agir para que as tradicionais relações de amizade com o PCI se desenvolvam no interesse recíproco e da causa comum do socialismo e da paz».

A concluir, diz-se na mensagem: «Na opinião do PCP, a evolução mundial confirma o papel determinante do movimento comunista internacional. A *perestroika* na URSS, com a qual o PCP é inteiramente solidário, aponta para o reforço do socialismo e do poder de atracção dos seus ideais libertadores. Ao mesmo tempo colocam-se perante os comunistas problemas novos cuja solução exige um exame aprofundado. Consideramos por isso da maior importância a troca de experiências e opiniões, franca e fraternal entre partidos comunistas, no plano bilateral, regional e mundial».

Congresso PCB

O 26.º Congresso do Partido Comunista da Bélgica, teve lugar nos dias 18 e 19. O PCP fez-se representar neste Congresso pelo camarada Martins Coelho, membro do CC.

Na mensagem enviada pelo CC do PCP ao CC do PCB, diz-se nomeadamente: «O PCP segue com atenção a luta do PCB em defesa dos interesses da classe operária e das massas populares, pelo progresso económico e social, por uma política de segurança e cooperação pacífica na Europa, pelo desanuviamento e a paz. Fazendo votos pelo sucesso dos trabalhos do vosso Congresso, queremos mais uma vez manifestar a nossa vontade de que se desenvolvam e reforcem cada vez mais os laços de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos.

«Na situação internacional, em resultado das inovadoras iniciativas da União Soviética conjugadas com a luta dos trabalhadores e dos povos, tem-se verificado importantes desenvolvimentos no sentido do desanuviamento e da paz. Para o aprofundamento das mudanças positivas até agora verificadas e para encontrar soluções conjuntas para os grandes problemas dos trabalhadores, dos povos e da humanidade, o PCP considera necessário, antes do mais, o reforço da solidariedade e cooperação entre os partidos comunistas através de iniciativas conjuntas, quer bilaterais quer multinacionais. O PCP continua a considerar que o reforço da unidade do movimento comunista internacional é condição essencial para se alcançar o mais amplo entendimento e cooperação das forças sociais e políticas progressistas e amantes da paz e todo o mundo».

Telegrama ao CC do Partido Suíço do Trabalho

Por ocasião da morte do presidente honorário do PCT, o CC do PCP enviou aos camaradas suíços o telegrama que transcrevemos: «Queridos camaradas, expressando profundo pesar falecimento camarada Jean Vincent enviamos nossas sentidas condolências sentimentos fraternal solidariedade».

Congresso do PC Dominicano

Realizou-se de 16 a 18 de Março o IV Congresso do Partido Comunista Dominicano.

Assinalando o evento, o CC do PCP enviou ao CC do PCD uma saudação reafirmando a solidariedade dos comunistas portugueses «com a luta dos comunistas dominicanos, contra a política de submissão ao imperialismo e à oligarquia local, em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, pela justiça social, as liberdades democráticas, a independência nacional e a paz».

Internacional

URSS

A perestroika nos campos

«Tudo aquilo a que assistimos agora dá-nos o direito de afirmar que estamos no caminho certo e que a nossa opção é correcta», disse Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do PCUS, em entrevista concedida à televisão soviética, num intervalo dos trabalhos do plenário do CC do PCUS, sublinhando entretanto também que «às vezes erramos, mas isso não impede o principal: estamos a avançar pelo caminho certo».

Nos dias 15 e 16, o plenário do CC do PCUS reuniu para decidir e concretizar de outros passos nesse mesmo caminho. O plenário elegeu os 100 candidatos a deputados reservados ao Partido Comunista no novo Congresso de Deputados do Povo. E simultaneamente debateu o relatório apresentado por Gorbatchov sobre política agrícola e aprovou uma resolução com um «programa de criação de novas relações económicas nas zonas rurais».

Os 100 deputados agora eleitos como representantes do PCUS ao Congresso do Povo, foram escolhidos a partir de uma lista de candidatos que, no início, reuniu 31 500 nomes sugeridos por 105 mil organizações do Partido.

Entre os 100 candidatos eleitos, e de que o cabeça de lista é Gorbatchov, contam-se 26 operários e 7 camponeses, num total de 47 trabalhadores da esfera de produção material, 22 intelectuais e 21 funcionários do Partido, entre os quais 12 membros efectivos e suplentes do Bureau Político e secretários do CC do PCUS. Figuram na lista representantes de todas as Repúblicas Federais, oriundos de 23 nacionalidades.

Hoje, dia 23, e de acordo com o calendário previsto, todos os deputados pelas organizações deverão estar eleitos. As eleições gerais pelas circunscrições nacionais e territoriais vão realizar-se neste próximo domingo, dia 26.

A apresentação do relatório sobre política agrícola, por Gorbatchov, e o amplo debate em torno desta questão, com aprovação de uma nova política do PCUS nesse importante domínio — foi entretanto o conteúdo fundamental deste plenário.

De seguida reproduzimos alguns breves extractos do relatório do secretário-geral do PCUS, relatório fortemente crítico em relação à política praticada neste domínio. Aqui limitamo-nos a destacar a afirmação da necessidade de concretização de uma peres-

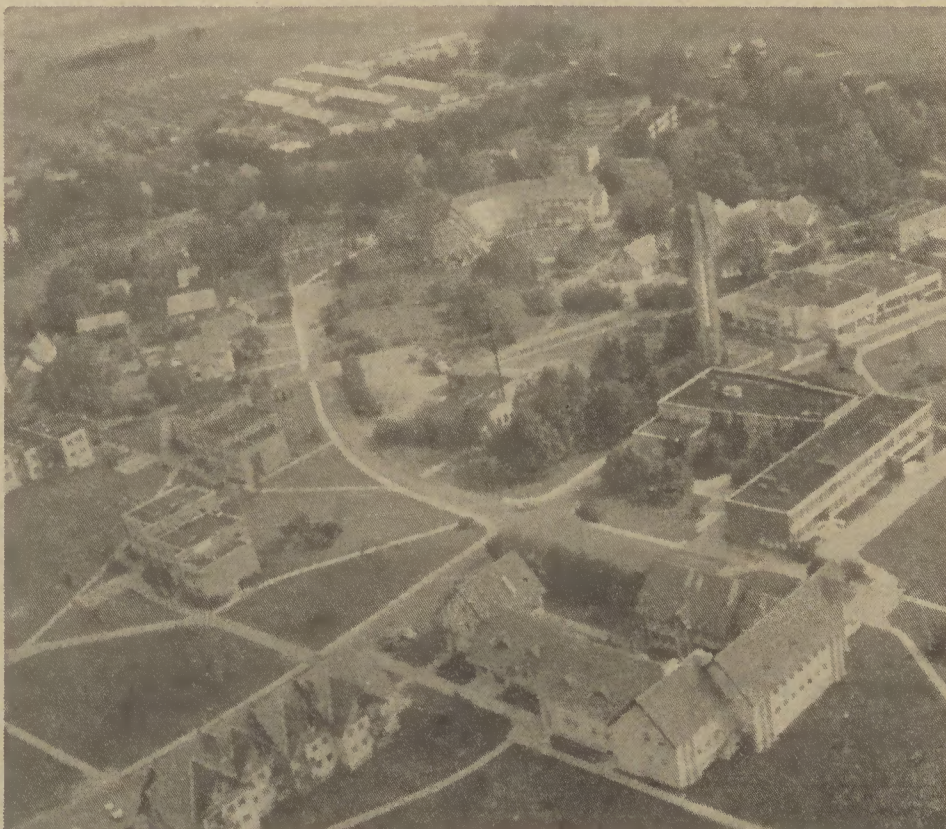
troika nos campos, no quadro de uma redefinição do conteúdo e formas da propriedade socialista.

po, bem como no próprio campo, visando resolver o problema alimentar o mais depressa possível. Simultaneamente, as transformações no sector agrícola são inseparáveis das reformas políticas e económicas em curso, destinadas a satisfazer diversas necessidades do Homem, a encorajar o empenho laboral e social dos cidadãos. É impossível alcançar uma elevada eficácia no sector agrícola sem a renovação revolucionária de todas as esferas da vida da sociedade, sem a democratização global e novas ideias na área da gestão, do mesmo modo que a

teoria e na prática — os pontos de vista existentes sobre a propriedade socialista. A divisão tradicional em formas superiores e inferiores, socialistas por completo e só em parte — definiu, em grande medida, as abordagens dogmáticas da escolha de formas de administração e de gestão e levou ao surgimento de grandes defeitos.

«Há que reconhecer a igualdade das formas de propriedade socialista dos meios de produção e dos modos de produção baseados nessas formas.

«Temos de abrir caminho



A resolução do problema da habitação no campo é uma das prioridades na abordagem social da realidade camponesa

troika nos campos, no quadro de uma redefinição do conteúdo e formas da propriedade socialista.

A perestroika nos campos

«A política agrícola é um conjunto de ideias, objectivos, meios e métodos de formação e regulamentação das relações entre a cidade e o cam-

transformação radical do campo é uma condição imprescindível para o progresso económico e social do nosso país (...). A elaboração de uma nova política agrícola é inseparável, em última instância, da formação de novos conceitos sobre o socialismo e das suas perspectivas económicas».

A propriedade socialista

«As transformações económicas no campo devem, em primeiro lugar, proporcionar aos camponeses amplas possibilidades de evidenciar autonomia, empreendimento e iniciativa. Devemos superar o alheamento dos trabalhadores rurais (aliás como de todos os trabalhadores) em relação à propriedade que só lhes pertence, por enquanto, formalmente. Há que modificar radicalmente as formas de exercício dos direitos do proprietário socialista através do amplo emprego de diferentes formas de gestão e de relações assentes na autogestão.

«A reestruturação das relações económicas no campo exige que sejam revistos — na

ao desenvolvimento das formas mais diversas de produção agrícola: kolkhozes, sovkozes, firmas agrícolas, empresas combinadas, explorações individuais, granjas anexas a fábricas, empresas de construção civil e outras não agrícolas, de produção auxiliar, etc.

«Conforme acontece nas cooperativas, há que restituir os direitos aos camponeses que produzem géneros para o mercado com o seu trabalho e o trabalho dos familiares. O mesmo se pode dizer dos trabalhadores, quer industriais quer agrícolas, que mantêm explorações individuais.

«Todas as formas de produção podem coexistir nas estruturas socio-económicas da nossa sociedade em estreita cooperação e concorrência, completando-se umas às outras e confirmando a sua eficiência através de resultados concretos.

«O principal é aproveitar os novos mecanismos económicos, as cooperativas e o arrendamento para pôr em acção o enorme potencial dos kolkhozes e sovkhozes, levar à prática as ideias que originariamente estiveram nos alicerces da passagem ao trabalho colectivo».

Visita à Hungria e Bulgária

Com o objectivo de acordar a cooperação para o ano em curso, entre o PCP e o Partido Operário Socialista Húngaro (POSH) e o Partido Comunista Búlgaro (PCB), deslocou-se recentemente à Hungria e à Bulgária, a camarada Manuela Bernardino, membro suplente do Comité Central, da Secção Internacional.

Na Hungria realizaram-se vários encontros que permitiram colher informações sobre aspectos da actual reforma política.

Na Bulgária, realizou-se um encontro com o camarada B. Dimitrov, membro do Comité Central do PCB e da Secção Internacional que informou sobre o desenvolvimento do processo de reestruturação em curso na Bulgária.

Em ambos os países foi dada uma informação sobre a actividade do PCP e aspectos essenciais da situação política portuguesa.

Delegação do PCP em Espanha

Uma delegação da DORA do PCP desloca-se à Andaluzia e à Estremadura, entre 27 e 29, a convite das organizações comunistas respectivas, para aprofundamento da temática do desenvolvimento das regiões fronteiriças Portugal/Espanha, no contexto da integração de Portugal e Espanha no quadro da CEE.

Afeganistão, intervenção militar

Os factos indicam que se pode falar neste momento, não apenas de um — decisivo — apoio do Paquistão aos bandos armados afegãos, sediados em território paquistanês, mas mesmo de uma intervenção militar directa por parte do Paquistão. De acordo com as declarações do vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Yuli Vorontsov, embaixador da URSS em Cabul, «tropas paquistanesas combatem em solo afegão». A 18.ª divisão de Infantaria do Paquistão participa inclusive nos combates com a sua artilharia de longo alcance, bombardeando Jalalabad.

Recorde-se ainda que, na batalha que se trava em redor de Jalalabad, o exército afegão abateu quatro norte-americanos e um saudita.

Nas suas declarações, Vorontsov sublinhou que se fosse posto termo à ingerência, «o "problema afegão" pertenceria há muito à História».

Realçando o papel da ONU, o diplomata soviético considerou que a ONU não pode ficar à margem, sobretudo agora que, na ordem do dia, estão questões tão importantes como a paz no Afeganistão, o fim da matança de milhares de inocentes e a prevenção de uma guerra na região.

Eleições em França

Os grandes derrotados da segunda volta das eleições municipais em França, foram os gaulistas do RPR, que perderam 16 grandes cidades. Os socialistas franceses retomaram à direita 23 das grandes cidades do país. Os comunistas perderam 5 das 53 grandes cidades que governavam, em parte na sequência dos acordos eleitorais com o PS.

Pierre Mauroy, primeiro-secretário do PS, que conduziu as negociações pré-eleitorais com o PCF, declarou que os resultados obtidos são «a vitória da união de esquerda, decidida pela direcção do PS e amplificada pela abertura política».

De relembra aqui, que os comunistas franceses conduziram uma grande batalha por listas conjuntas com os socialistas, que só parcialmente foram aceites pelo PS.

Na sequência da divulgação dos resultados eleitorais, «L'Humanité» comentava que o PCF «fez tudo para unir a esquerda a fim de bater a direita e a extrema-direita», mas essa vontade «não foi igual da parte dos nossos parceiros socialistas, que estiveram frequentemente desejosos de criar dificuldades a um presidente de Câmara comunista mais do que em conter o poder do RPR ou da UDF».

China, situação económica e social em debate

O chefe do governo chinês, Li Peng, na intervenção de abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Popular, fez uma extensa análise da situação socioeconómica do país, e também da sua política externa. Li Peng sublinhou que a China «não adoptará a propriedade privada, negando o sistema socialista».

Li Peng referiu-se ainda à Região Autónoma do Tibete, como «parte inalienável do território chinês», voltando a propor negociações com o Dalai Lama, desde que este «deixe de reivindicar a independência do Tibete».

Por outro lado, e de acordo com informações de um porta-voz do departamento das relações internacionais do CC do PC Chinês, a cimeira soviético-chinesa marcada para Maio próximo, no âmbito da visita de Gorbachov à China, significará a normalização das relações entre os partidos comunistas dos dois países e ainda o início da normalização das relações entre a URSS e a China.

Não esquecer Lénine

«O esquecimento da Ideia de Lénine de que o socialismo é a criação viva das massas causou enormes prejuízos à causa socialista. A nova sociedade é construída em nome dos interesses dos trabalhadores e pelos próprios trabalhadores. Tal implica uma ampla participação do povo em todas as transformações, o desenvolvimento multilateral da democracia, a propagação dos princípios da autogestão. Nenhuma transformação social pode ser efectuada em detrimento dos interesses das massas e sem a participação directa destas, por mais bombásticas que sejam os slogans com que se encubra.»

Internacional

Sam Nujoma em Lisboa

Apelo à fiscalização internacional da independência da Namíbia

Sam Nujoma, presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), apelou no domingo em Lisboa à mobilização internacional de todas as forças democráticas para fiscalizar, na Namíbia, o processo de transição deste território para a independência, de forma a impedir quaisquer tentativas de intervenção da África do Sul.

O apelo foi feito durante o Encontro Internacional de Emergência para uma Independência Genuína da Namíbia efectuado na capital portuguesa por iniciativa do Conselho Português para a Paz e a Cooperação e o Movimento Português contra o *Apartheid*, com o apoio de uma série de Organizações Não Governamentais da Europa e de África.

O evento revestiu-se de particular importância dada a proximidade da data de 1 de Abril, acordada para o início do processo de transição definido com base na resolução 435/76 das Nações Unidas.

Como afirmou a propósito o general Ramalho Eanes, que presidiu à sessão de abertura do Encontro, ao salientar a importância da «mobilização da opinião pública para esta última fase, importante e complexa, do processo de libertação e independência da Namíbia», vive-se agora uma «fase crucial» da aplicação dos acordos de Nova Iorque.

A crucialidade da situação, disse Ramalho Eanes, deriva sobretudo de comportamentos e práticas habituais, factos e estratégias da África do Sul, que «justificam suspeitas e legítimas tensões» quanto à possibilidade de não serem respeitadas as condições necessárias para uma democracia e livre expressão da vontade do povo namibiano.

«Também é necessário, salientou, não falsear as eleições e as suas consequências, e que a África do

Sul seja coagida a ter um comportamento globalmente correcto e adequadamente fiscalizado», pois «só assim o regime do Estado namibiano, independente e soberano poderá ser considerado legítimo por todos».

Ramalho Eanes, que na sua intervenção prestou homenagem a Sam Nujoma e ao povo namibiano «pela coragem e pela determinação demonstradas na luta pela sua dignidade e pela afirmação do seu direito à independência e soberania», expressou ainda a esperança de que «a Namíbia independente, recordando a sua luta e os seus sacrifícios, nos ajude também a fazer com que a comunidade internacional devolva ao povo de Timor o seu direito pleno à escolha livre do seu próprio destino».

A importância da solidariedade e do apoio da comunidade internacional à resolução pacífica dos conflitos seria igualmente abordada pelo embaixador angolano, Manuel Pedro Pacavira, que participou no Encontro de Lisboa em representação do



Conselho das Nações Unidas para a Namíbia.

Segundo salientou, a «comunidade internacional deverá prestar uma atenção especial à evolução do processo de transição para a independência da Namíbia», de forma a assegurar a implementação do plano das Nações Unidas na sua forma original e final, sem introdução de novos elementos estranhos e intimidação das populações.

Um alerta que se justifica plenamente, pois como disse o diplomata «as informações que chegam de Nova Iorque sobre a situação na Namíbia não podem senão causar preocupação, na medida em que não reflectem os progressos registados no domínio diplomático».

Acusações a Pretória

Das razões que motivam as dúvidas quanto à seriedade e verdadeiros designios da África do Sul neste processo,

falou mais detalhadamente o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, após salientar na sua intervenção que Pretória se viu forçada a aceitar sentar-se à mesa das negociações devido à derrota militar sofrida em Cuito Cuana-vale, Caluege, Chipa e outras localidades do sul de Angola.

Segundo Nujoma, a África do Sul encontra-se hoje «desesperada», procurando atingir por outras vias o que não conseguiu na frente de batalha, ou seja, impedir uma efectiva libertação e independência da Namíbia.

A título de exemplo, Sam Nujoma lembrou que o governador colonial sul-africano na Namíbia, Louis Piennar, defende o direito de voto de todos os estrangeiros que tenham vivido em território namibiano pelo período de um ano, o que, salientou, «visa dar aos bandidos da Unita e a dezenas de milhares de soldados sul-africanos, agora concentrados na Namíbia, a possibilidade de despir os seus uniformes registando-se

como eleitores contra a SWAPO».

De acordo com informações disponíveis, estima-se que cerca de quarenta mil elementos da Unita possuem já cartões de identidade namibianos para servir esse fim.

Ainda segundo Nujoma, «contrariamente ao acordo de Nova Iorque, o governo da África do Sul continua a obrigar a juventude namibiana a alistar-se na chamada força territorial do sudoeste de África, o que é também uma contravenção da carta e do espírito do plano para a Namíbia, que exige a desmobilização de tais instituições e o desmantelamento das suas estruturas».

«Ninguém pode ter a certeza absoluta — alertou — de que Pretória não tente instigar as suas unidades militares de comando, na Namíbia, para boicotar o processo». A propósito o dirigente da SWAPO lembrou que o presidente da facção namibiana do Partido Nacionalista (sul-africano) declarou, no passado dia 1, que ele e os seus seguidores estão dispostos a pegar em armas para lutar em defesa dos privilégios da minoria branca, rejeitando a lei da maioria.

«O que é mais preocupante», disse Sam Nujoma, «é a informação de que o exército sul-africano de ocupação esconde depósitos de armas em vários locais por toda a Namíbia», destinadas a servir «uma insurreição militar durante ou depois do período eleitoral, para impor ao povo namibiano um regime neocolonial».

«É com o objectivo de impedir uma tal situação que a SWAPO, apoiada pelos Estados da Linha da Frente, a OUA, o Movimento dos Países Não-Alinhados e outros, tem estado a pedir que as Nações Unidas mandem à Namíbia uma força adequada de manutenção da paz».

Neste contexto, Sam Nujoma convidou, em nome da SWAPO, todas as forças democráticas, incluindo membros do parlamento, representantes, deputados, congressistas, senadores, jornalistas, a ir à Namíbia observar e testemunhar o processo de transição e as eleições, na convicção de que um elevado número de observadores internacionais serão a melhor garantia da não intervenção sul-africana e o maior obstáculo à campanha de terror e intimidação dos votantes pelas forças sul-africanas.

Em Lisboa, o apelo foi ouvido. A partir da iniciativa do passado domingo, um vasto movimento europeu e mundial de envio de observadores à Namíbia será despoletado. Desde o próximo dia 1 de Abril até às eleições de Novembro, o povo namibiano não deixará de sentir a solidariedade internacional e o maior apoio ao seu legítimo direito a uma independência genuína.

ANO 241 - N.º 11 - 11 - OUTUBRO DE 1989 - PREÇO 1500
Avante!
 ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Após uma importante luta, os empregados bancários conseguiram impor a revisão do seu Contrato Colectivo. Em duas assembleias gerais com mais de mil associados em cada uma delas e com delegados do Porto e Coimbra, os empregados bancários, pela firmeza e unidade que puseram na luta, fizeram fracassar as manobras do Grémio e das entidades patronais, que queriam que os aumentos pedidos fossem compensados pela intensificação dos ritmos de trabalho, assim como não consentiram na divisão que os patrões pretendiam criar entre os trabalhadores de Lisboa e os da província.

Os empregados bancários, no fim desta poderosa luta, vieram satisfeitos as suas principais reivindicações, alcançando com isso uma importante vitória.»

(«Vitória dos bancários» — **«Avante!», VI série, n.º 339, Março 1964)**

AVANTE!

«Nos fins de Dezembro, 195 assalariados agrícolas foram despedidos das obras nas estradas, para os agrários poderem dispor pelo preço que lhes conviesse de pessoal para os trabalhos que se avizinhavam. Apercibendo-se desta manobra, os trabalhadores não se consideraram despedidos. Concentraram-se todos na Casa do Povo exigindo o regresso ao trabalho, diziam que iriam buscar comer onde o houvesse e que fariam a marcha da fome até Beja.

Temendo que as coisas se complicassem as autoridades de Beja deram ordem para irem trabalhar 50 homens. Todos a uma não aceitaram esta tentativa de os dividir. Perante tal firmeza e unidade, as autoridades propuseram o emprego imediato de 100 — 50 iriam trabalhar no dia 9 de Janeiro e os restantes até ao dia 16, o que foi aceite pelos assalariados.

(«Grande exemplo de luta contra o desemprego» — **«Avante!», VI série, n.º 250, 1.ª quinzena Março 1958)**

VI SÉRIE - N.º 11 - 11 - OUTUBRO DE 1989 - PREÇO 1500
Avante!
 ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Numa fábrica de calçado o patrão, por ocasião do Natal, deu aos operários alguns quilos de castanhas e outros géneros. Passado o Natal, o mesmo patrão aumentou meia hora por dia no trabalho, sem qualquer remuneração, procurando cobrar assim o valor que tinha oferecido aos operários.

Estes também não estiveram pelos ajustes. Combinaram que à hora regulamentar parariam o trabalho e assim fizeram. Chegada a hora, nem um só trabalhou.

Ante a admiração do patrão pela sua atitude, os operários perguntaram-lhe se ele queria com meia hora a mais de trabalho cobrar as castanhas que lhes tinha oferecido. Perante a resolução firme e unida dos trabalhadores, o explorador resolveu restabelecer o horário normal.»

(«Exploração infame!» — **«Avante!», VI série, n.º 8, Março 1942)**

El Salvador

Poucos votos, muitos tiros

O candidato do partido de extrema-direita ARENA, Alfredo Cristiani, proclamou-se segunda-feira vencedor da farsa eleitoral de domingo em El Salvador, caracterizada pela escassez de eleitores e a profusão de combates.

A exemplo de anteriores escrutínios, as últimas eleições presidenciais salvadorenhas apenas serviram para fazer aumentar o número de vítimas da guerra civil que dilacera o país há vários anos, a agudizar as contradições internas e a tornar mais problemáticas as possibilidades de uma solução política do conflito.

Recorda-se que a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), que há cerca de uma década lidera a insurreição armada contra o governo pró-americano que transformou El Salvador num dos países mais pobres da América Central e onde mais se violam os direitos humanos, havia proposto o adiamento das eleições para Setembro, num âmbito de um plano visando a restauração da democracia e da paz.

Sublinhando a impossibilidade de realização de eleições livres e democráticas nas condições de terror impostas pelos militares e pelas forças para-militares de que são expoente os tenebrosos «esquadrões da morte», a FMLN apresentou em Janeiro ao governo de Napoleon Duarte uma proposta que permitiria criar as condições essenciais para a sua participação, em condições de igualdade com as restantes forças, no acto eleitoral.

Um mês depois, o presidente Duarte (com a cooperação e

o apoio do Departamento de Estado norte-americano), apresentou uma contraproposta em que não se fazia referência à maior parte das condições apresentadas pela FMLN; entretanto, quer o governo quer a Assembleia Legislativa ignoraram as propostas dos guerrilheiros, enquanto os comandos militares ameaçavam com intervenções armadas caso as eleições viessem a ser adiadas. Apesar de tudo isso, a FMLN voltou a fazer novos esforços de paz, tendo mesmo chegado a efectuar-se uma reunião entre representantes seus e dos diferentes partidos políticos, no México, onde a possibilidade de adiamento das eleições não foi recusada.

Mas as autoridades salvadorenhas acabaram por esgotar o tempo útil de que dispunham para dar alguma credibilidade ao acto eleitoral, sem tomar qualquer iniciativa concreta para o efeito. Assim, a FMLN fez um apelo ao boicote das eleições e o encerramento da «campanha eleitoral» foi assinalado por um dos mais espectaculares ataques da guerrilha na capital, ao próprio palácio presidencial, bem como de inúmeras acções por todo o país que se prolongaram até ao dia das eleições.

O exército, como de costume, fez retaliações contra a população, de que resultaram vários mortos, incluindo um jornalista holandês, o que forçou já a apresentação oficial de «desculpas».

Segundo as estimativas, as abstenções ultrapassaram os quarenta por cento. O que não impediu o candidato da ARENA, partido promotor dos «esquadrões da morte» e responsável pelo assassinato, entre outros, de monsenhor Romero, de proclamar a sua «vitória». O que não augura nada de bom para o futuro de El Salvador nem para as perspectivas de paz para a América Central.

Em Foco

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 795

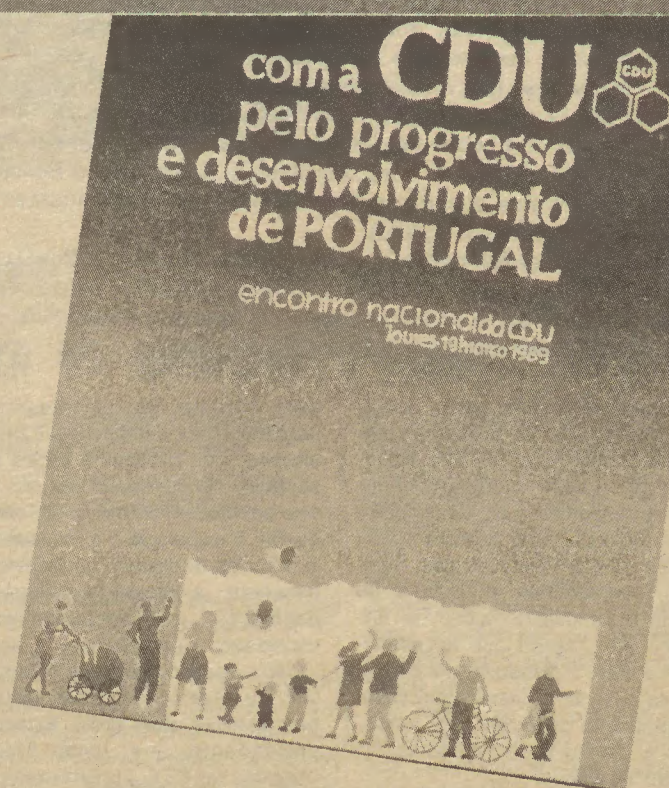
23 de Março de 1989

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Grande Encontro Nacional da CDU, em Loures

As eleições preparam-se com a análise dos problemas



Com o objectivo de preparar a sua participação nas eleições para o Parlamento Europeu e para as Autarquias, a Coligação Democrática Unitária reuniu o domingo passado no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, num **Encontro Nacional** que contou com a presença de cerca de 1000 participantes, entre quadros políticos, autárquicos e técnicos das diversas forças que integram a CDU, para além de numerosos independentes que, como se sabe, são uma das vertentes mais significativas desta coligação.

No **Manifesto ao Povo Português** aprovado por aclamação no final dos trabalhos (e que condensamos nas páginas seguintes), a CDU proclama «a sua determinação em se empenhar intensa e energeticamente nestas batalhas políticas, que considera da maior importância para a evolução da vida política nacional», acrescentando: «ao fazê-lo, dirigimo-nos também a todos os que se interrogam sobre a melhor forma de intervir nas próximas eleições, de modo a contribuírem

realmente para a consolidação da democracia, para a defesa das suas aspirações, para a criação de uma alternativa ao Governo PSD/Cavaco Silva, para a defesa dos interesses do País, do seu desenvolvimento e progresso».

O Encontro funcionou em duas sessões plenárias — a primeira durante a manhã e a segunda à tarde, para encerramento — realizando-se das 15.00 às 18.00 o trabalho em sete Secções, abordando os seguintes temas: 1 — **Projecto de Desenvolvimento para Portugal no Quadro da Integração**; 2 — **Política Social e Direitos dos trabalhadores**; 3 — **Desenvolvimento Regional e Regionalização**; 4 — **Ambiente e Questões Ecológicas**; 5 — **Juventude**; 6 — **Educação, Cultura e Desporto**; 7 — **Intervenção Eleitoral — Técnicas e Meios**.

Uma das notas salientes deste Encontro Nacional da CDU foi a presença maciça de quadros autárquicos, técnicos e políticos de todo o País, trazendo o seu contributo altamente especializado, os seus conhecimentos profundos das realidades locais e

nacionais e concomitantemente, levando da iniciativa o produto de uma vasta discussão com muitas dezenas de intervenções e uma abordagem riquíssima quer dos problemas, quer do modo de os enfrentar na perspectiva da CDU, o que constitui um referencial dinamizador para as batalhas eleitorais que se aproximam.

Resultou também deste Encontro uma apreciação aprofundada dos problemas locais e regionais, bem como das grandes questões nacionais com implicações directas nas populações, nos meios ambiente e social e no quotidiano de todos, enquadrando-a numa discussão que, em certa medida e sem medo de exageros, constituiu uma radiografia dos problemas com que o Povo e o País se debatem.

Um Encontro, afinal, que ao redimensionar os problemas o faz, não na perspectiva meramente eleitoralista, mas enquadrando-os em propostas de solução exequíveis, apelando ao empenhamento de todos e sempre na perspectiva do trabalho honesto e competente, ao serviço das populações e do interesse nacional. ■



Encontro Nacional da CDU

Mil pessoas é muita gente... mas passaram lá muitas mais!

Foram produzidas largas dezenas de intervenções no Encontro Nacional da CDU, tanto nas duas sessões plenárias como nas sete Secções que funcionaram à tarde. Além disso aprovou-se (por unanimidade e aclamação) o «Manifesto ao Povo Português», documento que explicita algumas linhas de força saídas do Encontro e que condensamos ao lado, a par das intervenções de abertura (a cargo de Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP) e de encerramento (proferidas por representantes das forças que integram a CDU).

No texto que se segue damos conta do que se passou no plenário da manhã, nomeadamente citando os diversos oradores nele intervenientes e dando assim uma ideia da riqueza e diversidade de temas em análise nesta iniciativa da CDU.

Mil pessoas é muita gente, sobretudo quando são esmagadoramente quadros autárquicos, políticos e técnicos que lidam quotidianamente com os problemas e as questões locais e regionais. Mas passaram muito mais de 1000 pessoas pelo magnífico Pavilhão Paz e Amizade de Loures e às sete Secções do Encontro, num vaivém que foi permanente e deu, à geografia do Encontro, um certo ar de movimento contínuo enquanto os locais onde funcionava a iniciativa se apresentavam sempre ocupados.

Detendo-nos apenas no Pavilhão, durante a sessão plenária da manhã e após a intervenção de abertura, vamos encontrar um painel de abordagens aos mais diversos temas que, por si, dão nota das ricas contribuições que chegaram ao Encontro.

Por exemplo **Carlos Carvalho**, do CC do PCP. Abordando a questão do Mercado Único de 1992, cujo «proteccionismo económico não

será abolido mas simplesmente transferido do campo das barreiras alfandegárias técnicas e fiscais para campos menos acessíveis aos países em desenvolvimento (a investigação, a tecnologia e a inovação, as economias de escala, os recursos financeiros, a influência política nas decisões)», o dirigente comunista considerou a dado passo:

«No quadro negocial, Portugal tem de fazer valer todas as suas prerrogativas, quer como Estado Independente, quer como Estado-membro da CEE. Importa ainda que se reforce a cooperação com os chamados países do Sul, nomeadamente nas negociações de reformas de políticas estruturais em curso (PAC) de interesse comum a estes países. Mas não basta uma estratégia negocial externa que muitas vezes ultrapassa a dicotomia simplista e redutora da clivagem Norte/Sul, é necessário também que internamente o Governo informe e procure consensos, o que não tem feito, nomea-



No último domingo, em Loures, o Pavilhão da Paz e Amizade encheu-se de gente que pauta a sua actividade pela defesa dos interesses das populações e pela vontade de contribuir para a resolução dos problemas nacionais. Ao longo do dia, nas sete secções e nas duas sessões plenárias em que decorreu o Encontro Nacional da CDU, os quadros autárquicos, políticos e técnicos presentes revelaram uma vez mais a sua profunda ligação e conhecimento das questões locais e regionais.

damente no plano institucional — Assembleia da República e Parlamento Europeu — de modo a potenciar o seu poder de negociação.» E acrescentou, mais adiante:

«A preparação para o embate de 1992 não passa por uma grave regressão social, tal como se desenha nas medidas do Governo.

«**Nós recusamos modelos de crescimento** que ao lado da maior opulência e esbanjamento de recursos fazem conviver a mais profunda miséria, excluindo milhões de cidadãos da cultura, de um emprego digno, da fruição de bens essenciais.»

CEE em foco

As questões da CEE estiveram, aliás, bastante em foco, ligando-se com diversos problemas. **Abel Inglês**, do CC do PCP e deputado comunista no Parlamento Europeu (PE), referiu assim a tão apregoada (e nunca concretizada) Regionalização:

«Contrariando a Constituição da República, que exige a implementação das regiões no Continente, mas desmentindo também as próprias instâncias da CEE, aí está o Primeiro-Ministro Cavaco Silva a dizer **não** à regionalização» acusou o deputado comunista, que acrescentou: «Segundo Cavaco Silva, a regionalização seria incompatível com o desenvolvimento... Contrariando todo o espírito democrático da Constituição da República, mas também as indicações das próprias instâncias da CEE, o Governo Cavaco Silva atreve-se despidoradamente a elaborar um Plano Integrado de Desenvolvimento (PDR) que vai absorver por completo todos os fundos estruturais comunitários durante quatro anos e determinar em grande medida o rumo do País no futuro, sem ouvir as autarquias, sem ouvir a Assembleia da República».

Outro deputado comunista ao PE, **Joaquim Miranda**, passou em revista o trabalho activo e produtivo dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, recordando nomeadamente «a intervenção permanente no plenário e nas comissões sobre questões directamente relacionadas com Portugal, a elaboração de rela-

tórios-pareceres, de alcance significativo como o dos abonos de família para os filhos de emigrantes, a intervenção marcante em relatórios como actualmente um sobre as Regiões Autónomas da Madeira e Açores, a apresentação de propostas de resolução que tiveram tradução em relatório de particular significado para Portugal», etc., enquanto **Barros Moura**, igualmente deputado comunista ao PE, abordava a questão dos direitos dos trabalhadores na Comunidade: «É por isso — afirmou — que reclamamos uma harmonização social no progresso. É por isso que colocamos o combate ao desemprego como primeira prioridade da política económica. Contra a desregulamentação social e o nivelamento por baixo, exigimos uma Carta Europeia dos direitos sociais fundamentais. Com os sindicatos (a CES, a CGTP-IN, as CCOO) nós defendemos que ela tenha força vinculativa para que os trabalhadores possam, se necessário, fazer valer os seus direitos junto de um tribunal das CE que, até agora, quase só tem curado dos interesses das empresas, do capital».

Agricultura e pescas

Blasco Hugo Fernandes, presidente da Intervenção Democrática (ID), falou também de questões ligadas à CEE, nomeadamente sobre o impacto do Mercado Único na nossa agricultura.

«A medida que se avança em direcção ao pleno funcionamento do Mercado Único (1993) — disse — a nossa **dependência económica** tem tendência para se acentuar. A completa liberalização das trocas comerciais traduzir-se-á num aumento das importações, apesar do regime transitório que nos foi concedido relativamente à eliminação dos direitos aduaneiros. As previsíveis e dificilmente evitáveis dificuldades de adaptação a uma Comunidade cujo centro de gravidade é desde o seu início, o norte da Europa, consti-

Os aliados do PCP

Antes de Domingos Abrantes, que encerrou os trabalhos do Encontro, usaram da palavra representantes dos aliados dos comunistas na CDU. Citamos algumas passagens dessas intervenções pela ordem em que foram proferidas.

Anselmo Aníbal (Independente)

(...) Uma nota sobre a estratégia de inteligência e de abertura ao debate que é base essencial do envolvimento na campanha: urge que consigamos ser portadores de futuro, sublinhar o que entendemos como correcto. Em relação às Comunidades urge sublinhar as disparidades e assimetrias e centralizar um projecto com o eleitorado que jogue profundamente os problemas de viabilização de permanência de emprego, de efectiva agregação dos fundos comunitários às intenções de investimento público e privado, de entidades portuguesas e recursos humanos e em capital fixo, em formas muito diversificadas de intervenção financeira. A nível autárquico importa, designadamente nas grandes cidades, sublinhar a cooperação institucional do Município com entidades da Administração Central, potenciar a feitura de obras que «domestiquem» o futuro, que projectem um novo «tempo de cidade» e tragam uma nova ideia de cidade. Julgamos que muitos e muitas que não têm estado connosco aceitarão participar nesta estratégia de futuro.

Para tudo isto será necessário a cooperação alargada e o envolvimento de muitos e muitas que aqui não estão, mas que importa possam dar à CDU o valor da sua presença. É também com esta esperança que aqui estamos.

Luís Catarino (ID)

(...) O País vive suspenso de dois acontecimentos políticos de grande incidência na nossa vida colectiva: a integração na CEE e a revisão constitucional, cuja manipulação pelo actual Governo e por outras forças políticas, mesmo do campo democrático, pode conduzir à ruptura da nossa ordem constitucional e à substituição do suporte jurídico da sociedade democrática por um conjunto de normas e, sobretudo de procedimentos de facto, que destruirão, até ao fim, o projecto de Abril.

Devemos assumir, sem complexos, a nossa integração nas comunidades e no mercado único que a Europa pretende construir. É uma realidade irrecusável da nossa vida nacional. Tão importante que condiciona toda a actividade política e social do País e serve de justificativo para as estratégias do actual Governo e de outras forças políticas.

Mas a Europa nunca foi uma ideia mobilizadora da nação! De um lado, os que entendem a nossa integração como usufruição de bem-estar, nível de vida e segurança social próprios de um grande espaço económico, científico e cultural altamente desenvolvido; de outro lado, os que entendem a nossa integração como um erro histórico grave, que levará à perda de um projecto nacional, pelo domínio dos grandes interesses económicos estrangeiros e a

supranacionalidade das decisões dos órgãos comunitários.

Os próprios governantes e vários outros defensores da integração na CEE, têm alimentado o equívoco, ora exaltando arrebatadamente o novo destino europeu, ora, lançando o pânico com o anúncio de um terramoto económico e social em 1992 (...)

Maria Santos («Os Verdes»)

(...) A elaboração do PDR é bem exemplar da ausência de democracia e de clara defesa dos interesses nacionais, do estilo arrogante e incompetente, do sectarismo do Governo. Cerca de 10 000 milhões de contos terão por base projectos ditos integrados, criados em cerca de dois meses!!!

Se a bombagem de fundos que caracterizaram este período de transição, aliada a uma conjuntura económica internacional extremamente favorável, ajudaram a criar a ilusão de que, com a entrada de Portugal na CEE, entrámos numa fase de desenvolvimento, são vários os exemplos que mostram claramente que não caminhamos nesse sentido e que, na divisão do trabalho e tarefas que caracteriza a comunidade, que se irão agravar a partir de 1993, nos cabe um papel marginal, de país «periférico».

Para Portugal está previsto o papel de fornecedor de matéria-prima (principalmente de floresta de produção para as indústrias de celulose), de suporte de indústrias poluidoras (celuloses e químicas) e de outras que não exigem uma formação profissional elevada, de forma a tirar partido da mão-de-obra barata (...)



tuem, um dos importantes factores de persistência ou de agravamento desta situação», advertiu.

João Andrade Santos, economista, falou por seu lado sobre as pescas e a CEE, afirmando a dada altura:

«A exemplo da actividade já desenvolvida pelos nossos deputados no Parlamento Europeu, que tomaram posição dura e enérgica em defesa dos interesses da indústria portuguesa de conservas de peixe, contra a concorrência de interesses franceses veiculada pela indústria de Marrocos, impõe-se-nos utilizar todos os meios à nossa disposição nas instâncias comunitárias para apoiar a modernização das nossas frotas e da nossa indústria transformadora, criando condições para que as pescas nacionais possam enfrentar o Mercado Único em posição favorável».

Critério: servir as populações

Mas nem só de CEE se falou no Encontro. João Amaral, membro do CC do PCP e deputado na AR, falou da «importante e significativa batalha política» que as próximas eleições autárquicas constituem para a CDU, que «parte para essa batalha com um critério fundamental: o do serviço das populações, razão de ser da intervenção da CDU e da sua acção, em maioria ou minoria, nos órgãos autárquicos» onde tem representação. E apontou as linhas centrais com que a CDU prepara a sua intervenção eleitoral: «prestando contas às populações, confiantes nas provas dadas em sucessivos mandatos, reforçando e

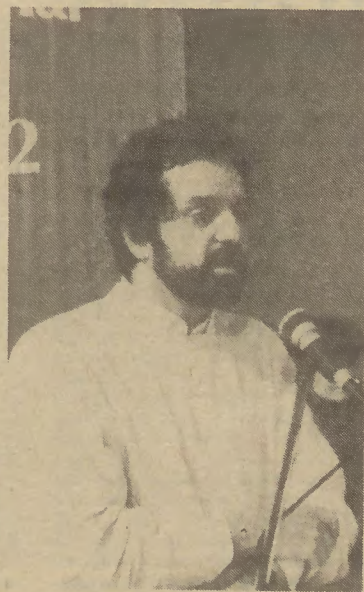
aprofundando o trabalho concreto em resposta às aspirações das populações e ampliando o conhecimento dos problemas e carências, assumindo, em programa, os compromissos que honraremos».

Já Helena Bastos, do CC do PCP, abordou um assunto bem diferente: a situação da Mulher em Portugal. «Devemos assumir cada vez mais — afirmou — a responsabilidade de sermos porta-voz dos anseios e aspirações das mulheres e de darmos resposta aos seus problemas. Devemos denunciar as discriminações que persistem, e tendencialmente virão a agravar-se com a política do Governo de Cavaco Silva e pelo impacto do Mercado Único. Devemos apresentar projectos de lei, de regulamentação e fiscalização da aplicação da legislação vigente. Devemos introduzir, sempre que necessário, propostas de acções positivas com o objectivo de atenuar, as discriminações existentes nas diversas esferas da vida, designadamente nas áreas de formação e de criação de empregos. Devemos pugnar, pela aplicação de directivas comunitárias, sempre que estas visem a defesa dos direitos das mulheres.»

André Martins, de «Os Verdes», considerou a dada altura que «o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do nosso País passa, necessariamente, pela atribuição de maior poder de participação e de intervenção às populações e aos órgãos democráticos que as representam», enunciando de seguida um vasto conjunto de problemas habitacionais e ambientais que afectam gravemente o nosso País, enquanto Sérgio Ribeiro, economista e professor universitário, desenvolvia o tema «reflexões para a luta por menos desemprego e mais e melhor emprego». ■

Intervenções de abertura e encerramento

Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, encerrou o Encontro Nacional da CDU com uma intervenção que condensamos a seguir, tal como o faremos para o discurso de Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP, que abriu os trabalhos no domingo de manhã.



Luís Sá

Nas próximas eleições vamos falar, mas não seremos os únicos, de patriotismo, de prioridade ao cidadão, de prioridade às regiões mais atrasadas. Não seremos os únicos a invocar as promessas de uma Europa solidária, da coesão económica e social, da democracia económica, da protecção social, do diálogo e da participação, da tolerância e da liberdade, da paz e da segurança, da cooperação Norte-Sul, da protecção do ambiente e de uma Europa habitável, designadamente face a fenómenos como as mudanças climáticas e de protecção da camada de ozono.

São temas de que todos vão falar, e nós também. Mas a verdade é que esses não são os objectivos de outros partidos. É já uma grande vitória que as outras forças políticas conduzam as suas campanhas não com base nas suas reais intenções, mas proclamando objectivos que só poderiam ser nossos. É por isso que é necessário apelar à análise dos comportamentos políticos passados mais do que às palavras da próxima campanha eleitoral. A verdade é que os objectivos de solidariedade e progresso só podem ser realizados com um grande fortalecimento das forças da democracia, do progresso e do trabalho. Esta questão é particularmente importante em face da mítica meta de 1992, que alguns apresentam como esbatendo as diferenças políticas, ideológicas e de classe.

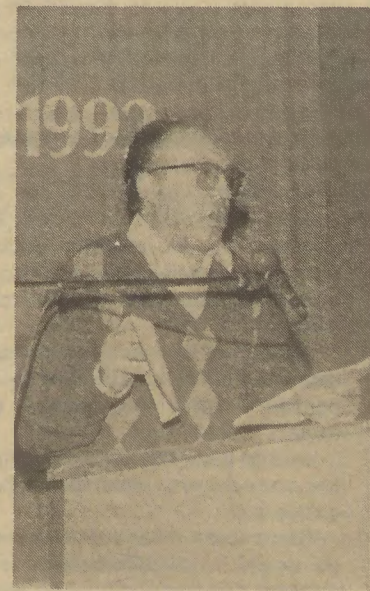
Mas a verdade é que 1992 pode representar a perspectiva de mais liberdades para o mundo dos negócios por cima da fronteira dos Estados e o fortalecimento da capacidade das empresas transnacionais.

(...) Face a esta situação, nós não só não cruzamos os braços como consideramos 1992 como um

combate importante para as forças da democracia, do progresso e do trabalho.

Nenhum avanço em matéria de direitos sociais, em particular dos trabalhadores, dos jovens e das mulheres, nenhuma medida favorável às regiões e países mais atrasados ou de protecção do ambiente nos será concedida por caridade. Tudo terá que ser conquistado duramente através da luta. E, no imediato, a forma de luta mais urgente é a intervenção eleitoral.

(...) Nas próximas eleições temos que penalizar o PSD e a direita que difundem a ideia de modernidade mas pretendem apagar tudo o que é moderno e avançado no plano da democracia política e económica e dos direitos sociais, não adoptam um projecto e um ritmo de desenvolvimento à altura das possibilidades e necessidades nacionais, difundem a ideologia do consumismo mas estrangulam o consumo de largas massas da população e reduzem a parte do trabalho no rendimento nacional, falam de desenvolvimento regional mas bloqueiam a regionalização e a mobilização das populações e agentes económicos para superar atrasos e distorções como acaba de demonstrar o triste episódio do Plano de Desenvolvimento Regional.



Domingos Abrantes

(...) Chegamos a este Encontro com um trabalho significativo. Nos últimos meses realizaram-se dezenas de iniciativas de esclarecimento sobre os problemas da integração na CEE.

O balanço da actividade dos nossos deputados no PE de que esta manhã nos falou o camarada Joaquim Miranda e que devemos divul-

gar e valorizar, é igualmente muito importante para o esclarecimento do eleitorado. Este balanço ajudará a esclarecer a razão por que nos apresentamos às eleições como uma voz firme na defesa dos interesses nacionais na CEE e a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e significado do conjunto das medidas que apresentamos para enfrentar 1992.

A divulgação da obra notável realizada pela CDU nas autarquias sob sua administração em matéria de necessidades básicas das populações e para melhorar as suas condições de vida materiais e culturais, deverá merecer uma particular atenção no trabalho de esclarecimento.

(...) A Juventude pelo dinamismo, confiança e entusiasmo que imprime às campanhas eleitorais deverá merecer da nossa parte uma atenção cuidada. Na secção dedicada à juventude foi levantada a necessidade de se dinamizar a juventude CDU e se criarem as condições para que possa desempenhar um papel activo nas campanhas eleitorais que se avizinham. É uma proposta importante que saudamos e a que devemos dar corpo desde já, tomando as medidas orgânicas que possibilitem a sua intervenção específica.

(...) Conscientes da gravidade da situação política e social que se vive, da importância política dos próximos actos eleitorais, do dever imperioso de tudo fazermos para derrotar a direita e do papel insubstituível da CDU e das forças que a compõem para se alcançar uma alternativa democrática, fixamos objectivos precisos e claros para as próximas batalhas eleitorais de acordo com essa realidade. Esses objectivos — aumentar as votações na CDU, eleger um maior número de deputados ao Parlamento Europeu e conquistar mais Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia — são necessários, mas são igualmente possíveis.

Necessários, porque o reforço da CDU e das forças que a compõem é, pelos seus projectos políticos, pela acção coerente e consequente em defesa das conquistas democráticas e dos interesses nacionais, indispensável para que se criem condições capazes de viabilizar uma alternativa democrática à política e ao governo de direita.

Necessários porque mais deputados no Parlamento Europeu eleitos pelas listas da CDU, serão mais vozes consequentes defensoras dos interesses nacionais junto da CEE e no combate às medidas lesivas da nossa economia.

Necessários porque mais autarquias CDU significará um importante contributo para o prestígio e a defesa do Poder Local democrático, para o prosseguimento e o alargamento de uma actuação consequente, empenhada na resolução dos problemas das populações, apesar dos boicotes e dos ataques que o Governo PSD/Cavaco Silva move contra as autarquias. (...) ■

RTP — nem assim...

A CDU, ao realizar o seu Encontro Nacional, convocou para o Pavilhão da Paz e Amizade de Loures a expressão daquilo que é — uma das principais forças políticas deste país que, como tal, tem capacidade para reunir cerca de 1000 pessoas altamente especializadas a discutir os problemas nacionais no quadro eleitoral em que este ano vivemos.

Basta comparar uma iniciativa desta envergadura com as produzidas, similantemente, pelas outras forças políticas, para se ter objectivamente uma ideia da capacidade de intervenção de cada uma delas. Daí ser um lugar-comum dizer-se (e reconhecer-se) que a actividade da CDU não tem paralelo no panorama político português, usando-se mesmo esse facto irrecusável para «ironizar» com a eficácia do PCP e seus aliados, apelidando-a de «máquina» e outros mimos mais ou menos mecânicos.

Sendo a CDU o que é — e goste-se ou não disso — ela representa uma importante fatia do eleitorado português, tem um peso significativo na opinião pública e a sua actividade é impressiva, no panorama político nacional. Fazer a cobertura jornalística duma iniciativa como este Encontro Nacional é estrita obrigação informativa de qualquer órgão da Comunicação Social.

Pois nem assim a RTP — o mais importante órgão da CS, estatizado e pago com o dinheiro dos contribuintes — achou necessário cobrir este acontecimento. O escândalo foi devidamente denunciado pelo Encontro, que canalizou o protesto para as entidades responsáveis.

Por trás da incompetência primária que este acto revela em si mesmo, recorta-se a censura política deliberada, o enfeudamento partidário-governamental dos responsáveis pela informação televisiva e a torpeza informativa que campeia no principal órgão de Comunicação Social do País. ■

76 milhões de contos

Os comunistas da Madeira abordam com realismo

o grave problema da dívida da Região

O Governo vai apresentar até meados do mês de Abril um programa extraordinário para o saneamento das finanças da Região Autónoma da Madeira — destacava na primeira página do seu suplemento de **Economia** a edição do passado dia 13 do matutino lisboeta «Diário de Notícias».

Tal decisão, ainda segundo o mesmo jornal, que contactou fontes no Ministério de Cadilhe, teria sido tomada recentemente após o Governo central ter verificado que o Protocolo de Reequilíbrio Financeiro, assinado em 1986, não contribuiu para a redução da dívida já elevada — escreve o DN — naquela Região. Antes pelo contrário, aumentou de cerca de 26 milhões de contos para se situar em 76 milhões — e continuamos a citar o jornal dirigido por Dinis de Abreu, que acrescenta:

Segundo o vice-presidente do Governo Regional, Miguel Sousa, o Gabinete para Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas (GAFEPP) é que está a preparar o projecto de programa extraordinário, «acompanhado nisso por um grupo de trabalho da Madeira». Para Lisboa é óbvio que o plano aprovado há três anos atrás **fracassou** e que a ilha não está em condições de «gerir os recursos necessários à satisfação do serviço da dívida».

Por isso, impõe-se agora a adopção de uma solução rápida que permita o reequilíbrio financeiro da região no médio prazo.

Os factos estão à vista. E nesse ângulo a peça do DN é esclarecedora. Só que sobre uma dívida de 76 milhões de contos haverá certamente algo mais a dizer. Por exemplo: sobre as **responsabilidades** e as **consequências** do problema. O Executivo Regional do PCP agarra essas questões, mostrando à opinião pública um resumo das soluções que o Partido defende para esse grave problema e alertando também para a necessidade de garantir uma saída que feche a porta à repetição do problema no futuro.

«É necessária uma política que intensifique os investimentos nos sectores sociais e ao mesmo tempo invista nos sectores produtivos», sublinham os comunistas.

A pesar das tentativas feitas pelo PSD através dos seus Governos de Cavaco e Alberto João Jardim, em negociações de gabinete de que resultou o célebre Programa de Reequilíbrio Financeiro da RA Madeira em Janeiro de 1986, a dívida acumulada da região é actualmente de cerca de 76 milhões de contos. Trata-se, sem dúvida, de um dos principais problemas com que a região se defronta já que tal situação condicionou todo o desenvolvimento regional com consequências gravosas para os trabalhadores e a maioria da população. Pela sua importância impõe-se que a organização do PCP na região tenha uma posição clara quanto a este problema e às soluções necessárias para o resolver, pelo que o Executivo regional apresentou à DORAM uma proposta de resolução que já de seguida vamos abordar com todo o pormenor.

Diário de Notícias

Economia

DIRECTOR DINIS DE ABREU DIRECTORES-ADJUTOS BEATRIZ MARQUES - M. BETHENCOURT REZENDES

Dívida da Madeira no banco dos réus

O Governo vai apresentar até meados do mês de Abril um programa extraordinário para o saneamento das finanças da Região Autónoma da Madeira, soube o DN junto do Ministério das Finanças. A decisão foi tomada recentemente, após o Governo central ter verificado que o Protocolo de Reequilíbrio Financeiro, assinado em 1986, não contribuiu para a redução da dívida já elevada naquela região. Antes pelo contrário, «aumentou de cerca de 26 milhões de contos», para se situar em 76 milhões.

Segundo o vice-presidente do

Governo Regional, Miguel Sousa, contactado pelo DN, o Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas (GAFEPP) é quem está a preparar o projecto de programa extraordinário, «acompanhado nisso por um grupo de trabalho da Madeira». Para Lisboa, é óbvio que o plano aprovado há três anos atrás **fracassou**, e que a ilha não está em condições de «gerir os recursos necessários à satisfação do serviço da dívida». Por isso, impõe-se agora a adopção de uma solução rápida que permita o reequilíbrio financeiro da região no médio prazo.

A responsabilidade

A organização do PSD na região e o seu Governo têm procurado atribuir a responsabilidade da dívida à resolução dos problemas das populações (abastecimento de água, electricidade, estradas, etc.). Sem deixarmos de reconhecer os passos dados para resolução desses importantes problemas, muitos dos quais ainda estão longe de serem resolvidos, não podemos aceitar que a principal causa da brutal dívida existente seja essa, sublinha a DORAM do PCP, que acrescenta:

A situação muito difícil a que se chegou é resultado da política de satisfação dos interesses do grande patronato da região, da má gestão e abusiva utilização dos dinheiros públicos.

Muitos milhões de contos foram dados a título de subsídios de fundo perdido e outros no pagamento de auares;

Grande parte das obras foram feitas com custos muito acima dos custos reais;

Obras foram feitas sem o mínimo de exigência de qualidade o que motivou arranjos posteriores, com consequentes custos;

Assistiu-se à contratação de empréstimos por parte do Governo Regional com juros elevadíssimos, quando se poderia ter contratado empréstimos com juros bonificados;

Regista-se o abandono quase total de investimentos em sectores produtivos, agravando a dependência da região face ao exterior;

É notório o aproveitamento quase nulo dos fundos de pré-adesão e dos fundos estruturais da CEE.

Por outro lado, existem ainda res-

pensabilidades do PSD, pela política de obediência que impôs na A. Regional, o que levou a que o principal órgão da região nunca exercesse o seu papel fiscalizador em relação ao Governo Regional, ao ponto de entre 1983 e 1987 o Governo não ter apresentado contas à Assembleia.

As responsabilidades dos sucessivos Governos da República em que o PS, PSD e CDS têm estado, bem como da A. República também existem e devem-se à falta de definição legal do cumprimento do Artigo 231 da Constituição da República



Como noutras questões de âmbito nacional, regional ou local, os comunistas têm uma palavra a dizer sobre o problema da dívida da Madeira. E, como noutras situações, não se limitam a caracterizar e a apontar responsáveis. Avançam também soluções realistas e propostas concretas



Porto Santo, a ilha da areia dourada. Os fundos da CEE também ali são aguardados com expectativa. Ou será que os dirigentes regionais do PSD não estão nisso interessados?

Portuguesa — nomeadamente quanto à necessidade de assegurar a cooperação entre os órgãos de soberania e os órgãos do Governo Regional para o desenvolvimento económico e social das Regiões Autónomas, visando, em especial, a correcção das desigualdades derivadas da insularidade.

Como conclusão, pensamos ser de afirmar que as principais responsabilidades cabem aos órgãos do Governo próprio da região, existindo também responsabilidades dos órgãos de soberania, assinala a DORAM.

As consequências

O brutal endividamento da região — esclarecem os comunistas — tem tido consequências graves particularmente para os trabalhadores e a

maioria da população da RAM, das quais se salientam:

- A redução dos investimentos na área social, que têm sido nos últimos anos bastante inferiores ao orçamento pelo Governo, o que significa que a solução de muitos problemas que afectam as populações continua a ser adiada;

- A quase inexistência de investimentos em sectores produtivos, o que significa o aumento do custo de vida, redução do emprego e aumento do desemprego e da precariedade do trabalho;

- A perda de acesso a fundos estruturais da CEE, por falta de verbas próprias que a região é obrigada a deter para cobrir a sua parte nos projectos financiados pela CEE.

- A perda, na prática, de poderes autonómicos consignados na Constituição, que foram impostos nas negociações do «Programa de Reequilíbrio Financeiro da RAM».

As soluções que o PCP defende

Neste momento, impõe-se definir uma proposta política, na base da qual se definirão as formas e montantes da dívida a pagar.

Assim, o Executivo da DORAM DO PCP avança estas ideias:

- A dívida deverá ser resolvida de acordo com as responsabilidades dos órgãos do Governo próprio da região e dos órgãos de soberania;

- A solução deverá ser global, de forma a libertar definitivamente a região do estrangulamento em que está, e sem quaisquer condicionamentos aos poderes autonómicos consignados na Constituição;

- A solução deverá ser tomada pela Assembleia da República, através de iniciativa legislativa, e não em novas negociações de gabinete;

- A solução deverá ser acompanhada da definição legal das responsabilidades dos órgãos de soberania para com as Regiões Autónomas.

A solução da dívida e o futuro

Solucionar o estrangulamento existente é, sem dúvida, uma necessidade urgente para a região, os seus trabalhadores e a maioria da população. Mas isso, só por si, não será suficiente para que no futuro tal situação não se volte a repetir.

Resolver agora a grave situação que o PSD através do seu Governo criou, sem uma alteração significativa da política aventureirista que tem sido praticada, pode levar a que a médio prazo a região seja confrontada com situação idêntica.

Por isso, paralelamente à solução desta grave situação, é necessária uma política que intensifique os investimentos nos sectores sociais e ao mesmo tempo invista nos sectores produtivos, que acabe de vez com os subsídios para aumentar



Nem a Zona Franca da Madeira — empreendimento em que Alberto João Jardim tanto insistiu — consegue encobrir a gravidade da situação económico-financeira da Região Autónoma da Madeira. Os números estão aí — 76 milhões. Tanto em Lisboa como no Funchal, os homens do PSD já não conseguem «disfarçar» e expressões como fracasso ouvem-se com frequência nos corredores e nos gabinetes oficiais

contas bancárias e pagamento de auares, que combata a especulação em todos os sectores nomeadamente

te nas obras públicas, rentabilize ao máximo os fundos estruturais da CEE. Numa palavra, uma política

que tenha por objectivo a satisfação das necessidades dos trabalhadores e da maioria da população. ■

A DORAM e as eleições deste ano

Parlamento Europeu ⁽¹⁾

Neste mês de Março de 1989 o Executivo regional do PCP apresentou à DORAM propostas objectivas para a intervenção dos comunistas do arquipélago e do conjunto da organização nas difíceis batalhas eleitorais de Junho (Parlamento Europeu) e Dezembro (autarquias). Hoje deixamos à apreciação dos nossos leitores algumas das passagens mais significativas da proposta de resolução sobre o acto eleitoral para o PE. A caracterização da actualidade e a definição de objectivos e tarefas são aí postos em relevo. Na nossa próxima edição abordaremos a documentação do Executivo regional sobre as autarquias e as responsabilidades dos militantes comunistas da Madeira e Porto Santo.

A importância das eleições para a Região

Estas eleições assumem para a Região Autónoma da Madeira uma grande importância já que se impõe defender os interesses regionais no quadro da integração europeia.

Independentemente das consequências negativas da adesão, Portugal está na CEE e é dentro desse quadro que se impõe lutar para defender os interesses da Região.

Nos próximos anos impõe-se lutar pela Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) da Região, bem como pela garantia de escoamento

dos produtos tradicionais da Madeira — banana, bordados, vinho, vimes — no quadro do Mercado Único.

As especificidades das eleições

Importa também ter em atenção as especificidades nacionais e regionais destas eleições, as quais poderão influenciar negativamente o comportamento do eleitorado.

É a primeira vez que se realizam eleições isoladas para o Parlamento Europeu, um círculo único com listas únicas a nível nacional, o que pode contribuir para a abstenção, particularmente na nossa área.

Por outro lado, se algum candidato da Região integrar uma lista (PS ou PSD) temos uma campanha de concretização de votos nessa lista para eleger um madeirense, o que dificultará ainda mais a nossa tarefa.

Os objectivos da ORAM

Os objectivos da ORAM inserem-se nos objectivos nacionais e deverão contribuir para o reforço da votação e das posições dos comunistas e seus aliados no Parlamento Europeu, condição indispensável para aí defender os interesses da Região. Impõe-se, pois, trabalhar para: aumentar a votação da CDU no arquipélago, ganhando todos os votos da CDU; e ganhar para a CDU todos os votos possíveis de forças políticas cujas votações nacionais não permitem eleger deputados para o Parlamento Europeu.

Não é tarefa fácil conseguir tais objectivos mas com o empenhamento da organização do Partido e dos seus aliados, centrando a campanha nos aspectos essenciais para a Região, é possível alcançar os objectivos propostos.

As principais direcções para a batalha eleitoral

Considerando os objectivos e as especificidades destas eleições, consideram-se como direcções essenciais para a batalha eleitoral:

- Valorizar a actuação dos deputados comunistas no Parlamento Europeu em relação a aspectos essenciais para a Região, particularmente em relação ao relatório do Grupo Comunista e Afins sobre as Regiões Autónomas da Madeira e Açores;
- Combater tendências para transformar as eleições num debate sobre a posição do partido contra a integração de Portugal na CEE;
- Demonstrar que o PSD através do Governo Regional, não só não tem aproveitado todas as possibilidades que as diversas formas de financiamento dos fundos estruturais possibilitam, como não se tem empenhado na divulgação das formas de acesso junto dos agentes económicos da Região;

- Combater «tendências» de que a melhor forma de defender os interesses da Região no Parlamento Europeu é eleger um madeirense independentemente do Partido em que está inserido;
- Assumir para com a população da Região o compromisso dos candidatos da CDU, em relação a questões regionais a levantar e a defender no Parlamento Europeu;
- Demonstrar a inutilidade de votar no PS, partido cujos deputados nada fizeram para defesa dos interesses da Região, opondo-se mesmo a propostas concretas dos comunistas aquando da discussão do relatório do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu.
- Combater apelos a voto útil, já que todos os votos contam para eleger, pois trata-se de listas nacionais;
- Demonstrar a inutilidade de votos em partidos pequenos cujas votações nacionais têm sido em todas as eleições bastante inferiores a 4%, percentagem mínima com possibilidades de eleger deputados. ■

Sebolido

— e o sonho vai-se tornando realidade

Sebolido, na margem direita do rio Douro, a 30 km da cidade do Porto e a 28 km da sua sede de concelho, Penafiel, conheceu durante muitos anos o atraso no desenvolvimento e o abandono por parte do poder instituído. Com o 25 de Abril e, em particular a partir de 1979, com a gestão da autarquia por comunistas e outros democratas, a freguesia conheceu uma vida nova e a esperança renasceu. Em 1984, fruto da luta das populações, o lugar de Rio Mau, que constituía parte importante de Sebolido, é elevado a freguesia. Uma nova realidade foi criada — duas jovens freguesias de maioria CDU que continuaram a tradição de luta pela resolução dos problemas da anterior gestão. Fomos a Sebolido e Rio Mau, passados quase quatro anos de «autonomia», ver os resultados. Falámos com eleitos das respectivas Juntas de Freguesia e ficou muito para contar. Esta semana, fica o testemunho recolhido em Sebolido. Numa próxima, será Rio Mau que virá ao «Em Foco».

Chegados a Sebolido, uma obra pontifica na encosta da serra da Boneca, com largas vistas sobre o Douro — é o Núcleo de Cultura e Desporto, em cujo edifício principal, concebido para uma polivalência, irá funcionar de futuro a sede da Junta. Esta construção é o sonho da população de Sebolido que se vai tornando realidade e foi o ponto de partida para a conversa que tivemos com o Presidente da Junta, camarada Manuel Pinheiro, e o seu Tesoureiro, camarada Albano Barbosa. «Estamos a trabalhar num quarto que nos foi cedido pelo Centro de Cultura e Recreio, uma colectividade da freguesia», disseram-nos logo, «mas a necessidade de termos rapidamente pronta esta obra por administração directa da nossa Junta não se circunscreve apenas a este aspecto. Aqui vai funcionar, no rés-do-chão, um Posto de Atendimento Médico, ainda este ano, assim o esperamos». Neste momento, é possível ver já o terreno terraplanado e preparado para a construção do polidesportivo, um rinque que permitirá a prática de várias modalidades. É possível imaginar, vendo a maquete, o anfiteatro ao ar livre que se desenvolverá pela encosta do monte. «Tem-se feito trabalho voluntário, a população já contribuiu com mais de duzentos mil escudos, para o Posto Médico, o Centro de Cultura e Recreio deu, logo de início, colaboração, mas continuamos a lutar com falta de verbas para concretizar o projecto integralmente», disse-nos o camarada Manuel Pinheiro. «Por isso, fizemos um pedido à AEDOC, de financiamento em 400 contos para novo arranque da construção do rinque, onde nos defrontamos com dificuldades no terreno que vão encarecer mais a obra. Para o edifício da Junta temos a primeira pres-

tação da MAI, mas quanto ao projecto global temos de recorrer a subsídios suplementares e, muito, ao trabalho voluntário da população. Uma das nossas prioridades é, sem dúvida, criar as condições para que já no próximo Verão, com o apoio da juventude, tenhamos a funcionar, mesmo que não totalmente acaba-



O que tem mudado. A pavimentação de milhares de metros quadrados de arruamentos é um exemplo da actividade da Junta. O parque infantil foi oferta da AECOD e dos trabalhadores da Lisnave

do, o polidesportivo. E, se voltarmos a ser Junta, estamos cientes que conseguiremos ter toda a obra acabada durante o próximo ano».

Água para os próximos vinte anos

Uma freguesia com 718 eleitores e cerca de dois mil habitantes, com carências graves de infra-estruturas implica outras prioridades, de que nos falaram também os camaradas de Sebolido.

Com a concretização do Plano de Actividades deste ano ficam em con-

dições os principais arruamentos da freguesia — são milhares de metros quadrados nestes pouco mais de três anos de mandato. Quanto à iluminação pública, também este ano serão colocadas, segundo compromisso oficial com a EDP, cerca de 70 lâmpadas em ruas da freguesia.

O abastecimento de água é outro problema que, segundo nos confirmaram os camaradas, «ficará resolvido para os próximos vinte anos, com o arranque do funcionamento dos novos filtros que estão a ser colocados teremos um caudal total de 5000 litros/hora». E vale a pena contar, mesmo que resumidamente a «história» da água na freguesia de Sebolido. Não há muitos anos, até

79, havia apenas duas fontes para toda a população. Na altura, quando chegava o mês de Maio e começava a chover menos, quem queria água tinha de ir para à «bicha», às duas da manhã! «As pessoas não podiam sequer abrir poços nos seus quintais porque a Junta (isto no tempo do fascismo) dizia que os «fundos» lhe pertenciam». Tudo isto acabou em 1980, com a abertura do primeiro furo artesiano. Com muita luta conseguiu-se que a Câmara apoiasse a construção de um depósito de água. Mais tarde, fez-se novo furo e, de novo, com a insistência da Junta, a Câmara participava na captação de água do Rio Douro para o lavadouro. Agora, com a elevação da água desta captação até ao depósito teremos água suficiente e em condições de ser utilizada no período de Verão. Ficam, assim, no fundamental, resolvidos os problemas de abastecimento ao domicílio de água potável — e foi com justo orgulho que os camaradas de Sebolido o salientaram.

Em suma, arruamentos, iluminação, água, começam a ser questões com que a Junta pode progressivamente deixar de se preocupar para, como nos referiu o camarada Manuel Pinheiro, «ficar mais disponível para as necessidades de carácter social e recreativo, outro sector com grandes carências na nossa freguesia».

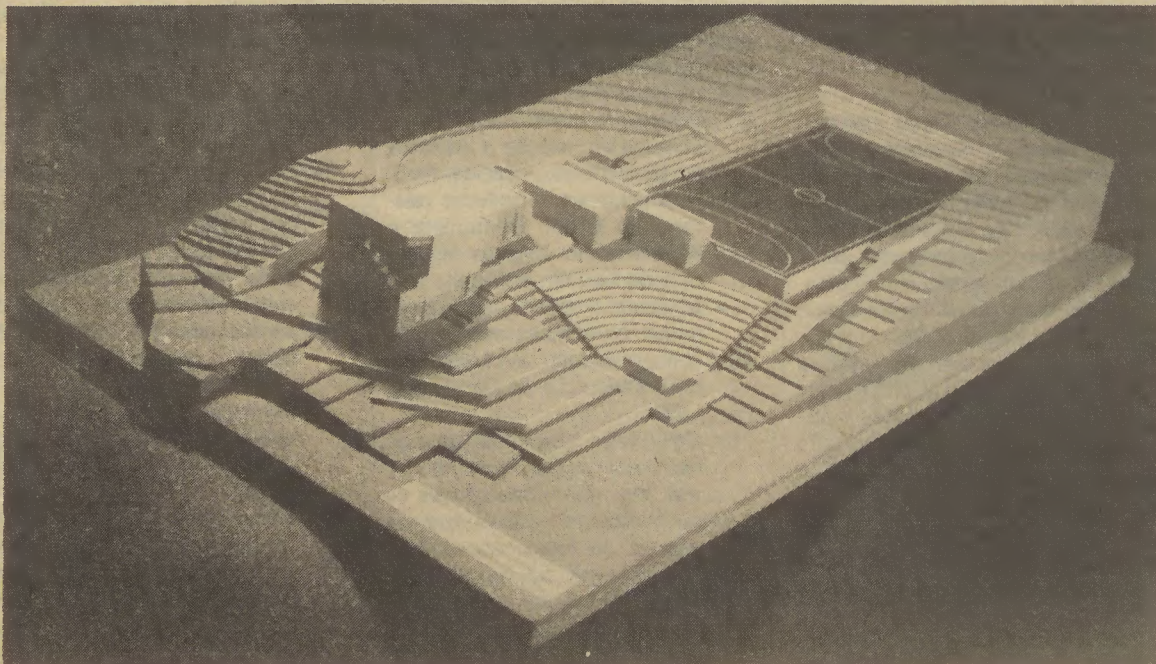
Desenvolvimento

E falou-se então do futuro, das preocupações que sentem as populações da região pelo eventual encerramento da Empresa Carbonífera do Douro/Minas do Pejão. É que, sendo Sebolido na margem direita

do Douro, mais de uma centena dos seus moradores atravessam o rio para ir trabalhar nas Minas. É o desemprego para os mineiros, mas também é o reduzir de perspectivas de emprego para os jovens. Manuel Pinheiro falou-nos do Plano que, em conjunto com a Junta de Freguesia de Rio Mau, foi apresentado à CCRN/Comissão Coordenadora da Região Norte com vista à candidatura ao FEDER. Um plano que apresentava um conjunto de propostas de desenvolvimento tendo em vista o aproveitamento dos recursos naturais para fins de trabalho, e a criação de condições mínimas propícias à fixação de residentes. Piscinas naturais, parques de campismo, mas também o lançamento de uma rede mínima de esgotos, a urbanização de zonas para residência permanente ou de fim-de-semana, a construção de um sistema de rega, são algumas das ideias que, apesar de consideradas como «um contributo notável» pela própria CCRN, não obtiveram qualquer resposta.

Não desistir é a decisão que nos manifestou o Presidente da Junta de Freguesia de Sebolido. «Mesmo quando vemos, numa primeira leitura do Programa Preliminar para o Plano Director do município de Penafiel, que pouco ou nada contempla a zona baixa do concelho, apondo, no fundamental para a criação aqui em Sebolido de uma reserva de caça, que ainda por cima é fechada à população». «Querem-nos como criados para lavar os pés», denunciou Manuel Pinheiro, «mas sempre recusámos e continuaremos a lutar contra o propósito de impedir o porgresso da nossa terra».

■ **Júlia Lima**



É esta a maquete do Núcleo de Cultura e Desporto de Sebolido. A imagem de uma realidade a construir

Xira-Jovem Marque já lugar pró ano!

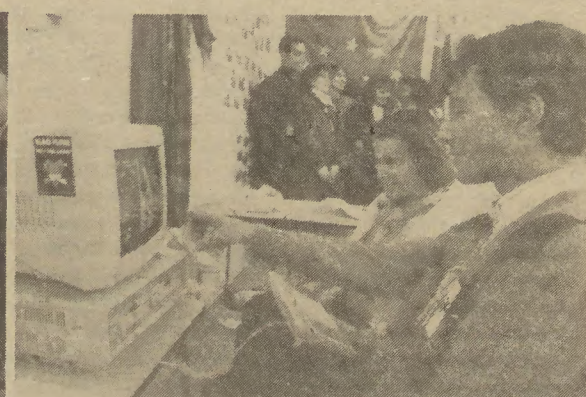
Quem, no passado fim-de-semana, se deslocasse ao pavilhão do Cevadeiro em Vila Franca de Xira, percebia em primeiro lugar que tinha «aterrado» no meio da juventude. Rapazes e raparigas às centenas (mesmo aos milhares, nos momentos dos grandes espectáculos) puseram mais uma vez de pé a «Xira-Jovem», iniciativa estreada o ano passado pelo Grupo Dinamizador da Juventude deste município e de novo realizada nos passados dias 17, 18 e 19 de Março.

Dizer que foram os jovens que puseram de pé esta iniciativa não é figuração nem exagero, como de resto nos sublinhou o vereador **Carmo**, responsável pelo pelouro que patrocinou a iniciativa. O grande mérito da Câmara Municipal em relação à «Xira-Jovem» está no talento com que dinamizou a juventude do concelho para a concretização do certame, sensibilizando mais de 30 organizações juvenis locais para a iniciativa e pondo-lhes ao mesmo tempo à disposição os necessários apoios, técnicos, materiais e logísticos. O êxito do certame esteve na própria presença maciça dos jovens que, com a criatividade proverbial, encheram o pavilhão do Cevadeiro com múltiplas exposições e iniciativas. Era agradável ver lado a lado expositores da JCP e da JSD, de organizações católicas e de associações de estudantes, de grupos culturais e de amantes do vídeo, de «trapologia» e de desporto, a par de espaços reservados para a disputa de matraquilhos ou de xadrez, de espectáculos teatrais ou de música ao vivo, passando por estilismo e animação diversa.

O município de Vila Franca de Xira está duplamente de parabéns: pelos jovens que tem e pela sua capacidade em os dinamizar. Dá gosto ver uma autarquia assim. Dá, sobretudo, gosto fruir um certame como o «Xira-Jovem» que, recomendamos já, não deve perder no próximo ano! ■



Matraquilhos, vídeo ou xadrez, era só escolher no que toca a jogos!



Grandes espaços de convívio sempre habitados e fruidos por milhares de jovens, eis a grande característica da «Xira-Jovem»



Dava gosto ver, lado a lado, expositores da JCP e da JSD, de associações de estudantes ou organizações religiosas, de trapologia ou de desporto

Os grupos musicais ou a animação teatral ao vivo foram uma constante no certame

Os equívocos de Lopes Cardoso

Em conferência de Imprensa realizada no passado dia 16, o dirigente do PS **Lopes Cardoso** baseou-se numa ostensiva deturpação e mistificação de recentes tomadas de posição do PCP para falar aos jornalistas. O antigo líder da extinta UEDS foi ao ponto de, como refere uma nota do gabinete de Imprensa do PCP, publicada no mesmo dia, atribuir aos comunistas uma decisão apontada à ruptura do diálogo e de «corte de quaisquer perspectivas de evolução positiva no relacionamento entre os dois partidos» (são palavras de L.C.). Aqui é que a porca torce o rabo. Ou, se preferirem, a verdade é outra e muito diferente. Vamos por partes:

1.

Depois de um período de insistentes e prolongadas diligências e de propostas do PCP ao PS para o estabelecimento de coligações para bater a direita (que, como facilmente se compreende, são a única forma de cooperação eleitoral possível entre dois grandes partidos) e das sucessivas recusas do PS, o CC do PCP o que veio naturalmente declarar foi que o PCP «considera encerrada a apresentação de propostas ao PS para coligações nas autarquias em que a direita detém a presidência, mas as forças à esquerda do PSD são maioritárias». O fundamento desta decisão é compreensível: tendo o PS recusado tais coligações,

quando não só não as recusa como as admite expressamente com a direita, não faria qualquer sentido consentir em que se mantivessem expectativas que as orientações estratégicas do PS claramente inviabilizam e negam.

2.

Recorde-se também que o CC do PCP reafirmou ao mesmo tempo «a disponibilidade dos comunistas para reforçar a acção conjunta contra a política antipopular e antidemocrática do Governo, os planos de concentração do poder pelo PSD e a favor de uma alternativa democrática». Como se vê, é um absurdo que o PS atribua ao PCP qualquer decisão de ruptura ou desistência da cooperação entre as forças democráticas.

3.

As declarações de Lopes Cardoso procuram, através de sofismas e mistificações, escamotear três factos essenciais:

- Que o PS recusa coligações com o PCP, mas admite e prepara coligações com a direita;
- Que as «outras formas de entendimento» que o PS se gaba de ter admitido mais não são do que formas de concretização das pretensões hegemónicas do PS, desrespeitadoras da identidade e do peso das outras forças democráticas, e inseridas na ambição do PS de protagonizar uma espécie de unicidade partidária no campo democrático;
- Que o PS, para além de outras áreas, está

Pontos Cardeais

manifestamente em activa convergência e em diálogo — esse sim produtivo e com consequências — com o PSD na revisão constitucional, onde os dois partidos já acordaram um vasto conjunto de propostas conducentes à mutilação e desfiguração do regime democrático-constitucional.

Conclusão

Neste contexto, é ridícula a acusação feita pelo PS de que o PCP o estaria a tomar «como alvo principal dos seus ataques em vez de contribuir para a derrota do PSD».

Trata-se de uma invenção que o PS sempre ressuscita quando pretende garantir impunidade para as suas alianças com a direita. O PCP reafirma o seu empenho de sempre na cooperação e convergência com as outras forças democráticas para derrotar a direita e dotar o País de uma nova política e de uma alternativa democrática. O PCP lamenta que o PS recuse a sua participação neste indispensável processo mantendo em questões essenciais orientações de compromisso com a direita.

A medalha

«O que é que o homem fez a bem do concelho para merecer uma medalha?» A interrogação ainda corre a esta hora nas ruas e nos cafés de Santo Tirso. É que

a Câmara Municipal decidiu atribuir a **medalha de honra e ouro** do concelho ao vice-Primeiro-Ministro de Cavaco, **Eurico de Melo**, homem forte do PSD, um dos grandes responsáveis pelos graves problemas que diferentes camadas sociais estão presentemente a enfrentar... em Santo Tirso e no resto do País. O escândalo já de si é volumoso. Mas não fica por aqui... É que a Câmara Municipal de Santo Tirso tem maioria **socialista!** É bom que os portugueses tirem as suas conclusões...

«Excesso»

O Primeiro-Ministro afirmou na segunda-feira, no Porto, que as medidas restritivas anunciadas ao País pelo seu ministro das Finanças Miguel Cadilhe estão relacionadas com o «exagerado consumo dos portugueses» e com «o excesso de entrada de capitais estrangeiros» em Portugal, os quais, «convertidos em escudos, provocam algum desequilíbrio na nossa economia». No meio desses **excessos** todos Cavaco Silva só não explicou aos jornalistas é porque é que nas campanhas eleitorais o partido do Governo se farta de bater na tecla de que com a sua política (de direita) os investidores nacionais e estrangeiros até formam bicha para criar «desenvolvimento»... Em que é que ficamos?

«Gostaríamos de ir mais longe...» (aqui se fala da TAP)

A propósito da última (?) reestruturação da Direcção Geral Comercial (da empresa transportadora nacional) o seu responsável escrevia ao presidente (do conselho de gerência), João de Lencastre: «**Gostaríamos de ter ido mais longe na redução de efectivos, mas há algumas razões que de momento o impedem**». O responsável da DGC estava ingenuamente a pensar que o presidente da TAP seria sensível à argumentação... Só que as empresas consultoras de organizações **James Martin, Int. Consultant, PA Consult Gr** (empresa ligada ao secretário de Estado de Leonor Beleza, Costa Martins), **Indevo, Price Waterhouse e Codindustria**, a quem a TAP já pagou mais de 250 mil contos, têm instruções para indicarem onde podem reduzir pessoal. É, aliás, essa a sua principal função, já que a TAP tem capacidade própria para reestruturar o que quiser e, inclusive, ensinar a outras empresas como se faz. A ideia fundamental é entregar à privada sectores da TAP com baixos custos de pessoal, mesmo que para isso seja necessário despedir.

(Passagem de um comunicado recente da célula do PCP na TAP-Air Portugal)

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

O fado da piscina

Dizem os jornais agora como notícia importante mandou (na casa em que mora enquanto for governante)

mandou Cavaco fazer coisa boa, coisa fina: deixou a água correr e abriu uma piscina...

Eu acho que é muito bom. Digo com sinceridade. Sim, sempre dá outro tom de acordo com a dignidade...

Quando um mergulho apetece para as águas sossegadas até a inflação esquece depois de algumas braçadas...

E as greves que estão na pista? Zut!, esquecem na gasosa porque nada há que resista ao *crawl* e à mariposa...

Diz-lhe a Beleza, no assédio tão próprio de uma carraça: — **Vá nadar que é bom remédio e inda por cima, de graça...**

Aos seus ministros doutores prontos a afiar a moca diz Cavaco: — **Meus senhores, já tomaram a banhoca?**

Uma piscina? Porquê? Porque até parecia mal estarmos na CEE e sem dela haver sinal...

Mas... e as pessoas sem lar ou com o lar mais doente? Isso pode-se adiar. A piscina é que é urgente...

Piscina aberta e pranchada o Cavaco lá se arranja pra mudar a água azulada em água cor de laranja...

Se alguém, junto desta peça sua crítica derrama Cavaco dirá: — **Homessa, já estava no meu programa,**

e o sufrágio popular dá-me a mim todo o poder para eu domiciliar as piscinas que eu quiser...

Pois a piscina lá está como símbolo ideal e há quem diga que será monumento nacional...

É o perfume no sovaco aquela piscina. A gente vê que nas mãos de Cavaco nem a água é transparente.



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 795

23 de Março de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Quinta

• LOUSÃ

1.ª Assembleia da Organização Concelhia — a partir das 21.00, no Centro de Trabalho da Lousã.

• PÓVOA DE SANTA IRIA

Plenário de militantes das zonas e bairros da Póvoa, preparatório da 2.ª Assembleia da Organização da freguesia — às 21.00, no Centro de Trabalho.

Sábado

• ALMADA

Baile da Pinha, enquadrado na campanha de fundos para o novo CT da DORS, promovido pela Comissão de Freguesia de Almada. A partir das 22.00, no Centro de Trabalho de Almada.

Domingo

• AVEIRO

Evocação de Mário Sacramento no 20.º aniversário da sua morte. No Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro, às 21.30, com participação e intervenção de Óscar Lopes.

Encontro Regional da

Reforma Agrária

em Évora

No Rossio de S. Brás
com início às 10 horas

Promovido pela FENCA,
Secretariados das UCP's/
Cooperativas e Sindicatos
dos Trabalhadores Agrícolas
dos três distritos do
Alentejo



Comício

PCP/PC da China

A delegação do Partido Comunista da China, que chega a Portugal no próximo domingo e visitará o nosso país de 26 a 31 de Março, a convite do PCP, participará no dia 29, quarta-feira, num comício de amizade que terá lugar às 21.30 horas, nos «Penicheiros», no Barreiro.

EVOCAÇÃO DE MÁRIO SACRAMENTO

nos 20 anos da sua morte

Aveiro

Salão Cultural da Câmara
27.3.1989 • 21.30 h



PALOMO, México, in «O Quarto Reich»
editado por «Publicações Dom Quixote» — Outubro 1982

CDU
nas
autarquias

uma
obra realizada
um
projecto de futuro

TV O Programa

Quinta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique (84.º epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Ilha da Fantasia (22.º epis.)
14.15 – SAJ – Serviço de Auxílio aos Jovens (série, 1.º epis.)
14.40 – No Mundo da Ciência
15.05 – Hanna Barbera
16.35 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Testamento – A Bíblia e a História (5.º epis.)
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Sassaricando (4.º epis.)
21.10 – Mobil nos Caminhos de Portugal



21.25 – Os Heróis da Esquadilha (série, 1.º epis.)
22.25 – Concerto de Rock a Favor das Vítimas do Terramoto da Arménia
23.40 – 24 Horas
00.X5 – Remate

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas (178.º epis.)
15.25 – A Casa de Irene
15.45 – Magazine Cinema
16.30 – Quem Sai aos Seus...
16.55 – Sinhá Moça (telenovela, 24.º epis.)
17.40 – Andebol (Taça Latina)
19.55 – Os Intocáveis (17.º epis.)
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude (89.º epis.)
21.55 – Sinais do Tempo
22.55 – Hitchcock Apresenta...

Sexta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Sexta-Feira Santa
15.25 – A Paixão Segundo Raphael (Bordalo Pinheiro)
16.00 – Cinema «A Túnica»

18.20 – Testamento – A Bíblia e a História
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.15 – Via Sacra (transmissão directa)
21.30 – Documentário sobre «Missa a Rossini»
22.00 – Missa a Rossini

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha!



16.55 – Sinhá Moça
17.40 – Andebol (Taça Latina)
20.00 – Os Intocáveis
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude
21.55 – Café Central
22.50 – Os Prazeres e as Sombras (9.º epis.)

Sábado

RTP1

09.00 – Juventude e Família (A família Robinson, Desporto e ciência, Era uma vez a vida, O safari do João Valentão, O grande pagode, Sebastião na CEE, Get Smart)
11.55 – Programa Musical
13.00 – Notícias
13.10 – Concerto nas Nações Unidas
14.10 – Documentário



14.40 – Sessão da Tarde «As Aventuras Secretas de Tom Sawyer e Huck Finn», real. Dick Lowry (EUA/1983, 96 min.)
16.15 – Bach Bem Temperado

18.15 – Testamento – A Bíblia e a História
19.10 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.30 – Concerto nos Jerónimos – Missa de Stravinsky
22.00 – Vigília Pascal

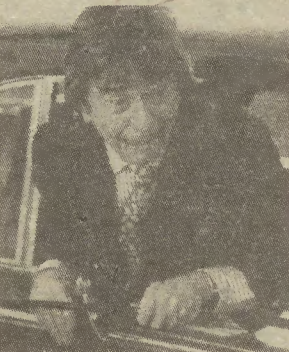
RTP2

09.00 – Compacto Music Box
11.45 – A Nossa Turma
13.00 – Compacto Brega e Chique
16.00 – Estádio
19.30 – Magazine de Cinema
20.00 – Music Box
20.50 – Elogio da Leitura
21.15 – Cinema «Volta ao Mundo em Oitenta Dias»

Domingo

RTP1

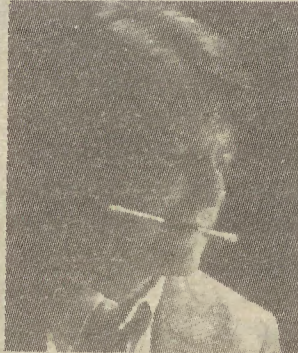
08.30 – Missa de Páscoa e Bênção «Urbi et Orbi»
10.40 – 70x7
11.05 – Juventude e Família
13.00 – Notícias
13.20 – Bailado
15.40 – A Magia de Paul Daniel
16.30 – Clube de Amigos Disney
19.00 – Duarte & C.
20.00 – Jornal de Domingo
20.50 – Alf, Uma Coisa do Outro Mundo



21.25 – Cinema «Arthur, o Alegre Conquistador», real. Steve Gordon (EUA/1981, 97 min.)
22.10 – Filmezinho
22.15 – Domingo Desportivo

RTP2

09.00 – Music Box
10.00 – Troféu
13.00 – Caminhos
13.30 – Novos Horizontes
13.50 – Veterinário da Província
15.05 – Ideias e Negócios
16.00 – Troféu
18.45 – Século XX («A História de Hollywood» – 3.º epis.)
19.30 – Primeiro Andamento – Elsa Saque



20.15 – Quem Sai aos Seus...
20.40 – Artes e Letras – Sidney Pollack



21.35 – Cineclube «Herança de Honra», real. Douglas Sirk (EUA/1954, 79 min.)
23.00 – Som da Surpresa

Segunda

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – O Império de Carson (33.º epis.)
14.15 – A Brigada Falcão (série, 2.º epis.)
14.40 – Animais
15.05 – Musical – Julian Lenon



16.00 – Os Roberts (série, 1.º epis.)
16.35 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Sassaricando



21.15 – Nancy Wake (série, 1.º epis.)
23.00 – A Grande Aventura (7.º epis.)
23.55 – 24 Horas
00.25 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas (165.º epis.)
15.25 – Agora Escolha
16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Os amigos são para as ocasiões (telefilme)
19.00 – Music Box especial
19.55 – Os Intocáveis
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude
21.55 – Teatro Estrangeiro – «Entre a verdade e a mentira», de Marivaux, encenação de Patrice Chéreau.

Filmes

«A Túnica» – 6.ª, 16.00, RTP-1
«As Aventuras Secretas de Tom Sawyer e Huck Finn» – sáb., 14.40, RTP-1
«Volta ao Mundo em 80 Dias» – sáb., 21.15, RTP-1
«Arthur, o Alegre Conquistador» – dom., 21.25, RTP-1
«Herança de Honra» – dom., 21.30, RTP-2
«O Príncipe Bárbaro» – 3.ª, 21.55, RTP-2
«O Grande Magnate» – 4.ª, 21.35, RTP-1

Música

Sexta

14.00, RTP-1: Missa Solene de Beethoven
22.00, RTP-1: Missa a Rossini

Sábado

09.00, RTP-2: Compacto Music Box
20.00, RTP-2: Music Box
21.30, RTP-1: Missa de Stravinsky

Domingo

09.00, RTP-2: Music Box
19.30, RTP-2: Primeiro Andamento
22.55, RTP-2: Jazz

Segunda

19.00, RTP-2: Music Box Especial

Terça

15.50, RTP-2: Primeiro Andamento
18.00, RTP-2: Music Box

Quarta

19.00, RTP-2: Music Box
23.35, RTP-2: Magazine Musical

Desporto

Remate – RTP-2, 5.ª (00.15), 3.ª, (23.40), 4.ª (00.25)
Troféu – RTP-2, sáb. (16.00) e dom. (10.00 e 16.00)
Domingo Desportivo – RTP-1 (22.15)
Basquetebol – RTP-2, sáb. (24.00)
Andebol – RTP-2, 5.ª (17.40) e 6.ª (17.40)



Terça

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Dallas (1.º epis.)
14.15 – Os Super Gatos
14.40 – Que Profissão? – «Fotógrafo»
15.10 – Programa Musical
16.05 – Os Roberts
16.35 – Ponto por Ponto



17.30 – Brinca Brincando
18.20 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.13 – Falar Português
20.20 – Sassaricando
21.15 – Modelo e Detective
22.10 – Primeira Página
23.10 – 24 Horas
23.40 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Elogio da Leitura
15.50 – Primeiro Andamento
16.30 – Lá em Casa Tudo Bem
16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Music Box (Via rápida)
19.00 – Music Box (Off the wall)
19.55 – Os Intocáveis
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude 60.º epis.)

22.00 – Cinemadois – «O Príncipe Bárbaro», real. Pierre Koralnik (Suíça/1988, 90 min.).

Quarta

RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – As Dez
12.15 – Brega e Chique
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Fama (37.º epis.)
14.15 – A minha família e outros animais (últ. epis.)
14.40 – Festival de Gastronomia de Santarém
15.05 – Programa Musical
16.00 – Os Roberts
16.35 – Ponto por Ponto
17.30 – Brinca Brincando
18.30 – Lugar de Encontro
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.10 – Falar Português
20.20 – Sassaricando
21.15 – Vamos jogar no Totobola
21.35 – Lotação esgotada – «O Grande Magnata», real. Elia Kazan (EUA/1976, 128 min.)
23.55 – 24 Horas
00.25 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, escolha
16.55 – Sinhá Moça
17.35 – Trinta Minutos Com...
18.00 – O Aparecimento do Homem (série, 2.º epis.)
19.55 – Os Intocáveis
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude



21.55 – O Grande Sertão: Veredas (4.º epis.)
22.40 – Magazine Musical.

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Clube Estefânia, R.
Alexandre Braga, 24-A. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 18.00; dom. às 16.00. **Per-versões**, de David Mamet, enc. Miguel Guilherme e José Pedro Gomes.

Mosteiro dos Jerónimos. 3.ª, 4.ª, 5.ª, sáb. e dom. às 15.00; 6.ª e sáb. às 21.30. **Lusitânia**, adaptação de textos de Gil Vicente, enc. Guilherme Filipe, pelo grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Pijama para Seis**, de Marc Camoletti, enc. Carlos César.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.45, sáb. e dom. também às 17.00. **A Voz Humana**, de Jean Cocteau, enc. Rogério de Carvalho intérprete Isabel de Castro. (Até 26/3).

Teatro Politeama, R. Portas Santo António. Às 19.00. **Final de Samuel Beckett**, enc. Mário Viegas.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova do Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Vasco Santana, Av. República/Entre Campos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Corpus**, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nenê**, de Alfonso Paso, enc. Francisco Nicholson.

• Para Crianças

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). Sáb. e dom. às 16.00. **Pierrot e Arlequim**, de Almada Negreiros, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha – Sala 2. 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Caracas, Pedro I, Príncipe Bezerro**, enc. João Brites, pelo Grupo de Teatro O Bando.

TIL (R. Leão de Oliveira, 1 – ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Queria Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

• PORTO

Os Comediantes, R. Gonçalo Cristóvão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Pos-sessos de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

Teatro do Campo Alegre. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses Cruz, pelo Seiva Trupe.

TEP – Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 3.ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Le-ôncio e Lena**, de G. Buchner, enc. Roberto Merino.

• ESTORIL

Casino (Pr. J. Teodoro dos Santos). 5.ª e 6.ª às 21.30, dom. às 17.00. **Plaf**, de Pam Gems, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Os Acusados	—	—	—	★★★★
B	Gente Estranha	★★★★	—	—	★★★★
C	A Luz	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	A Minha Bela Lavandaria	—	★★★	★★★	★★★
E	Uma Outra Mulher	★★★★★	—	★★★★★	★★★★★
F	Um Peixe Chamado Wanda	—	★★★	★★★	★★★
G	Tucker	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jonathan Kaplan — **Alfa Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Amoreiras** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00); **S. Jorge/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Lisboa**.
 B — Real. Andrei Konchalovsky — **King/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — **Lisboa**.
 C — Real. Souleymane Cissé — **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) **Lisboa**.
 D — Real. Stephen Frears — **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
 E — Real. Woody Allen — **Hollywood** (14.00, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — **Lisboa**.
 F — Real. Charles Crichton — **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Amoreiras/8** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 00.15); **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
 G — Real. F.F. Coppola — **Amoreiras/4** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) — **Lisboa**.

Exposições

• LISBOA

António Botelho — «Em Lisboa, os automóveis», pintura, Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 31/3).

«A Aventura Humana» — Museu de Etnologia (Av. Ilha da Madeira). Das 10 às 12.30 e das 14 às 17. Até 31/3.

Blanchette Nolasco — Pintura. Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª das 10 às 20 (até 28/3).

Carlos Barroso — Pintura. Gal. Novo Século. R. Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20. (Até 23/3).

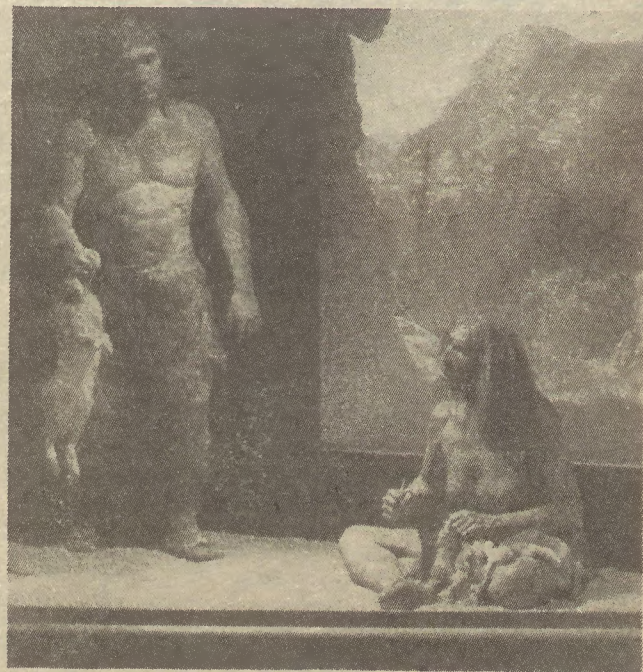
Cerveira Pinto — Desenhos. Loja do Desenho. R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 1/4).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Ena Berta — Pintura. Clube 50, R.S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20; sáb. das 15 às 20 (Até 5/4).

F. L. Simecek (Checoslováquia) — Escultura. Gal. das Exposições Temporárias da Gulbenkian. (Até 23/6).



A Aventura Humana, uma exposição obrigatória: só até 31 de Março no Museu de Etnologia

Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15 às 19.30. Até 6/4.

Imagens no Tempo — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga (Rua das Janelas Verdes). Até Março.

João Vilhena — Fotografia. Foto Galeria, Costa do Castelo, 12-A (Até 31/3).

Joaquim Bravo — Pintura. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. Das 15 às 19 (até 31/3).

Seis Décadas de Arte Moderna Brasileira (col. Roberto Marinho) — Pintura de Di Cavalcanti, Portinari, Guignard, Cícero Dias, entre outros. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª das 10 às 17; sáb. e dom. das 14 às 17 (até 2/4).

Colectiva (Colecção Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Traje popular nos arredores de Braga — Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4.

Antoni Tàpies — Artes gráficas. Até 24/3 ALMANSIL.

Jean Capiche — Escultura e desenho. Museu Nogueira da Silva-Galeria da Universidade (até 29/3) BRAGA.

Maria Keil — Pintura (anos 40-80). Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 16/4) COLARES.

Margarida Santos — Desenho, pintura e escultura. Gal. Múltiplo (junto ao C.C. Solmar). De 3.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 23/3) ESPINHO.

José Zagallo — Pintura, escultura em cartão. Até 29/3, Junta Freguesia do FEIJÓ.

Louro Artur — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE.

Luis Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

«Silves no Passado» — Cerâmicas-secs. VIII a XVIII. Até 25/3, Junta de Freguesia de S. BARTOLOMEU DE MESSINES.

Fátima Cruz Neves — Pintura. Casa de Bodega/Galeria Municipal. De 2.ª a 6.ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 15 às 18 (até 31/3) SETÚBAL.

Edições de arte — gravuras de Vítor Pomar e fotografias de Jorge Martins. Casa-museu Álvaro de Campos, de 3.ª a sáb. das 15 às 19. Até 20/3. TAVIRA.

Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

• PORTO

Espiga Pinto — Pintura e escultura. Gal. Nasoni, Rua Galeria de Paris, 68. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30 (até 29/3).

Jorge Ulisses — Escultura. Coop. Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1 (até 29/3).

José Luís Sardinha — Pintura. Coop. Árvore (até 29/3).

Maria do Carmo Vieira — Fotografia. Coop. Árvore (até 29/3).

Pedro Maia — Pintura e serigrafia. Módulo-Centro Difusor de Arte, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 29/3).

Tàpies — Pintura, gravura, litografia, Gal. Fluxus, R. Rosário, 125-129 (até 13/4).

Vieira da Silva e Arpad Szenes — Retrospectiva anos 30 a 80. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20 (Até 2/4).

Zélia Roque — Pintura. Inter-Atrium, Av. Boavista, 1471 (até 2/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

«Dos Modernistas aos anos sessenta» — colectiva de desenhos de Viana, Sousa Cardoso, Carvalhais, Mantá, Almada, Barradas,

«Edições de arte — gravuras de Vítor Pomar e fotografias de Jorge Martins. Casa-museu Álvaro de Campos, de 3.ª a sáb. das 15 às 19. Até 20/3. TAVIRA.

Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

...e ainda

Música, debates, etc.

CDIAG

O CDIAG — Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett estreia em **Alhandra** no próximo dia 27, Dia Municipal do Teatro, a primeira das duas produções teatrais que

tem em preparação. Trata-se da célebre peça de Goldoni **A Estalajadeira**, encenada por Mário Barradas, cenografada por Catarina Amaro e interpretada por Raquel Maria, José Eduardo, João Lagarto, Cremil-

da Gil, Waldemar de Sousa, Jorge Silva e Rosa André.

A primeira série de espectáculos terá lugar na Sociedade Euterpe Alhandrense, todos os dias às 21.30 e no domingo também às 16.00, até 5 de Abril. Posteriormente (de 6 a 9 de Abril), «A Estalajadeira» será apresentada no Ateu Vilafraquense.

O outro espectáculo do CDIAG presta a estrear é «Olavo e Alberto», de Heinrich Henkel, em cena no Teatro da Trindade em Lisboa a partir de 30 de Março.

Mais teatro

Para uma curta série de espectáculos no Porto está no Novo Grupo, que representará até dia 31, no Auditório Nacional Carlos Alberto, **Romeu e Julieta** de Shakespeare, com encenação de João Lourenço.

Também até 31 mas na zona de Lisboa prossegue a representação de duas outras peças: **Auto de St.º António**, de José Maria Braz da Silva no Teatro de Carnide, e a **Vida do Grande D. Quixote de la Mancha** e do **Gordo Sancho Pança**, de Antó-

nio José da Silva no Teatro Art'Imagem.

Cinema da URSS

Um ciclo de cinema soviético dos anos 80 vai decorrer de 31 de Março a 6 de Abril no cinema Quarteto, em Lisboa, por iniciativa da Associação Portuguesa-URSS.

São sete os filmes a apresentar: «Meu Amigo Ivan Lapachine», de Alexei Guerman; «O Espantalho», de Rolan Bikov; «Voos entre Sonhos e Realidade», de Roman Balaine; «O Comboio Parou», de Vadim Abrandachitov; «Cálidos do Céu», de Natalia Troschenko; «Mulheres Procuram Relacionar-se», de Viatcheslav Christofovitch e «A Lenda da Floresta de Surame», de Serguei Paradjanov.

Mais cinema

Após pausa da Páscoa a Cinemateca Portuguesa prossegue na terça-feira, 28, o ciclo **Ingmar Bergman** exibindo nesse dia — às 18.30 e 21.30, respectivamente — **Noite de Circo/1953** e **O Sétimo Selo/1957**, só o se-

gundo com legendas em português.

No Forum Picoas (sem pausa...) continua **Hitchcock**: hoje, amanhã e sábado **A Mulher que Viveu Duas Vezes**, o célebre «Vertigo», de 1958, e de domingo a terça-feira **Intriga em Família**, de 1976 — o seu último filme. Sessões às 19 e 22 horas.

Música

Em Lisboa o destaque desta semana vai para a oratória de **Mendelssohn** «Paulus Op. 36», que (em segundo concerto) será interpretada no Teatro Nacional de S. Carlos no próximo dia 25 às 21.30. Participam a Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos, o Coro de S. Carlos e os solistas Helena Vieira, Marina Ferreira, James O'Neal e David Pittman-Jennings. Maestro Jan Latham-Koenig.

No dia 28 — Grande Auditório Gulbenkian, 18.30 — recital da soprano Helena Vieira acompanhada ao piano por João Paulo Santos. Interpretam obras de Wagner, Schubert e Strauss.

Para a próxima semana estão já anunciados dois grandes concertos, ambos no Coliseu dos Recreios em Lisboa: no dia 31 **Maria João Pires** e o percussionista turco **Burhan Ocal**; no dia 2 de Abril **Miles Davis** e a sua banda.

Sá Nogueira

Fernando Direito — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (Até 18/3).

Franco Cilla (Itália) — Pintura. Forum Picoas (sala A5), Av. Fontes Pereira de Melo. Até 31/3 (inaugura hoje às 19).

Frederico Amat — Águas-fortes. Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 3/4).

Glória Elena (México) — Pintura. Gal. João Hogan/Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 22; sáb. das 15 às 18. Até 15/4.

Hélio Jesuino (Brasil) — Pintura. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 23/3).

Hervé Dangla — Fotografia. Monumental,

Jorge Brandeiro — Pintura. Gal. Diário de Notícias, Rua António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 31/3).

Jorge Guerra — Fotografia. Gal. das Exposições Temporárias da Gulbenkian (Até 26/3).

José Catroia — Pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12 às 23 (até 1/4).

José Manuel Soares — Pintura. Galeria da Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade, 20. Das 17 às 24 (até 28/3).

Paulo Ossião — Pintura. Gal. A Janela Verde, Rua do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 6/4).

Pedro Calapez — Pintura e desenho. Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fund. Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17.00 (até 31/3).

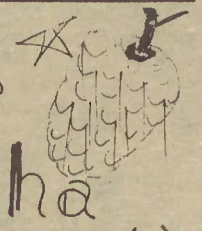
Pedro Chorão — Pintura. Gal. Lambertini, Av. Liberdade, 166. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/4).

René Lalique, ourives e joalheiro — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

Rogério Amaral — Pintura e escultura (retrospectiva). Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb. das 15 às 20. (até 31/3).

Rui Paes — Pintura. Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 3/4).

Sá Nogueira — Pintura e aguarelas. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111. De 2.ª a 6.ª das 14 às 19 (até 15/4).



Baile da Pinha
25 março-89
22 horas

Centro trabalho Almada

Surpresas

com o apoio de

Comerciantes, amigos e camaradas da nossa Freguesia

Integrado na campanha de fundos para o C.T. DORS

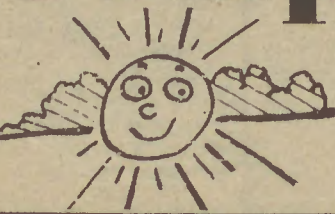
Organização da Comissão de Freguesia de Almada do PCP

Tempo

Fim de Semana

Previsão

Céu pouco nublado ou limpo, com aumento de nebulosidade ao longo de domingo. Vento geralmente fraco.



Em Almada, ver desenho

aTV

O PS vale 1 minuto e 26 segundos?

Rivalidade global é o título de uma série de programas incluídos na rubrica **Telemundo**.

Trata-se de um produto *made in USA*, com o seu apresentador e os seus adjuntos intimamente ligados ao «american way of life» ou seja, à maneira de ser americana. O comentador principal é mesmo um soviétólogo de serviço na Universidade de Colúmbia. Isto sem falar nos depoimentos de figuras altamente comprometidas na «guerra-fria» como Kissinger e Berszky...

Apesar de tudo isto, e apesar do programa ter o sentido da promoção anticomunista, algumas pistas foram levantadas para entender certos fenómenos.

Por exemplo: com frequência os minissoviétólogos da Avenida Cinco de Outubro afirmam que o Afeganistão é o Vietname da URSS. No entanto, **Rivalidade Global** destrói a comparação ao enunciar primeiro, a intervenção dos Estados Unidos em favor de um Estado corrupto, segundo as inauditas atrocidades cometidas contra o povo vietnamita e depois o número impressionante de baixas americanas.

Os próprios americanos reconhecem que há diferenças...

Impressionante aquela reportagem chegada de Londres e nos deu conta da denúncia das atrocidades cometidas por Jonas Savimbi. Os seus crimes foram denunciados nos grandes órgãos de informação, entre os quais a BBC, e por jornalistas de reconhecida idoneidade. Sem falar dos elementos UNITA que se afastaram daquela organização terrorista.

Inglese e americanos começam a ver a verdadeira face de Savimbi. As personalidades portuguesas que andaram por aí alegremente savimbando, devem agora estar a morrer de vergonha...

António Guterres foi entrevistado na rubrica **Parlamento**. O mínimo que se pode dizer é que deu uma tristíssima imagem do seu partido, incapaz como foi de deslindar as contradições em que navega.

Por um lado, diz que o PS quer liderar a esquerda portuguesa, mas por outro lado, acha que a «oposição moderna» (gracioso eufemismo...) ao Governo não lhe retira, para o efeito, campo de manobra...

Diz que o adversário principal é o PSD — mas se lhe apontam o acordo firmado com aquele partido responde, candidamente, que não tem nada uma coisa com a outra. Ó doutor!, evangélico mas não tanto!

Nesse aspecto dá um exemplo futebolístico: dois grupos batem-se dentro das mesmas regras e no entanto cada qual joga os seus melhores trunfos. Mas se o jornalista lucidamente lhe recorda as contrariedades de jogar no campo do adversário, fica entalado, inquieto, sem argumentos.

De facto, não há razões que justifiquem a contranatura.

António Guterres não quer ver o perigo de jogar no campo do adversário. Não quer ver que, em política, o que há a fazer é retirar ao adversário a possibilidade de fazer ele, e só ele, o jogo que lhe convém. Jogar com regras, é uma coisa, jogar segundo as regras do adversário é coisa bem diferente. Ele diz que não quer fazer uma «oposição terrorista» ao Governo de Cavaco Silva, quer fazer uma oposição pela positiva, lutando pelas suas propostas.

Ó Guterres. Ó homem. Oíça lá. Eu acho bem que o PS apresente as suas propostas e lute por elas. Mas... mas que as apresente como? Aos amigos e frequentadores da Rua da Emenda?

Vou dar-lhe um exemplo. O PS teve o seu comício no Pavilhão Carlos Lopes. A televisão foi lá. Foi. O PS apresentou as suas propostas? Apresentou. Mas sabe quanto tempo dedicou o **Jornal de Sábado** ao comício? Eu lhe digo: **um minuto e vinte e seis segundos...**

Acha que o PS pode competir com o PSD (mesmo que as suas propostas fossem diferentes e melhores) numa sociedade em que o PSD deixa as outras forças sem respiração, isto é, sem informação?

Tudo leva a crer que os dirigentes do PS jogam, não na sua capacidade de luta, mas na quebra futura do PSD. O fruto cairá podre e então, ao PS, bastar-lhe-á recebê-lo sem esforço. Será a isso que o Guterres chama «a vocação do poder»?...

Meus amigos socialistas: que prazer será receber nas mãos um fruto podre?

E a tática de esperar que ele apodreça não será um jogo demasiado perigoso?

Ter essa «vocação do poder» pode ser próprio de certos políticos. Mas será próprio de um socialista?

Apenas mais uma informação: o grande comício do PCP do dia 18, foi, no **Jornal de Domingo**, alvo de uma reportagem que durou 41 segundos e 30 centésimos! No mesmo **jornal** em que longamente, chatamente, vimos e ouvimos Mira Amaral e Bagão Félix, em verdadeiro Tempo de Antena...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Os números

Uma semana, em dias, são sete. Em jornais, uma semana são muitos mais números. Pode-se, até, fazer o retrato de uma semana só com números. Não é o caso. Mas tente o leitor adivinhar o que liga os recortes que escolhemos para essa «Síntese».

54 milhões de contos

«Multiplicam-se as interrogações sobre o acordo entre o Ministério da Saúde e a Associação Nacional de Farmácias (ANF), mas prevalece o ministério. Motivo: a ANF passou a dispor de 54 milhões de contos do orçamento da Saúde e desconhece-se as contrapartidas. O semanário «Primeira Página» pode, no entanto, adiantar dois pormenores curiosos: enquanto a ministra põe o dinheiro nas mãos da ANF, a ANF vende computadores às farmácias, satisfazendo os interesses da PA — **Consultores de Gestão e Organização** que, através de Costa Freire, então director-geral da empresa, fez o estudo da informatização.»

(«Notícias de Primeira Página», 18 de Março)

Letras enumeradas

«Depois de um período de reflexão a que, por vontade e constrangimentos da esfera profissional, nos submetemos, pensamos ser hora de falar um pedaço sobre aquilo que muitos olham como a mais grave crise do Governo Cavaco Silva, bem como a maior crise moderna do PSD.

Alguns sinais de maleita avistam-se efectivamente no horizonte. Passaríamos a enumerar os mais importantes:

a) Sucessivos erros políticos na estratégia das Necessidades, que nos foram isolando em termos internacionais, mesmo que por vezes se pretenda, como diz o eng.º Cardoso e Cunha, que o nosso «peso político» é muito superior ao nosso real peso económico;

b) Degradação da imagem de alguns ministérios-chave, a começar pela pasta das Finanças;

c) Imperfeita compreensão, por parte do público, dos objectivos, modalidades e âmbito da reforma fiscal;

d) Derrota no combate à prioridade n.º 1 do Executivo, a taxa de inflação, com correspondente anúncio de medidas de austeridade, por enquanto limitadas;

e) Instabilidade corporativa civil, reflectindo um certo desânimo das classes médias em geral, com agitação na magistratura, advocacia, classe médica, etc.;

f) Instabilidade entre os clássicos bastiões da Ordem, como a PSP, a PJ, a GNR, a GF e as próprias Forças Armadas, traduzindo-se ora em reivindicações salariais-estatutárias, ora no pedido de mais meios de acção ou simples vozear político;

g) Incapacidade discursiva de muitos responsáveis, no Governo e no PSD, para divulgar e defender os pontos de vista da política oficial, defeito que só não é mais realçado porque a oposição padece do mesmo mal (apesar do regresso do dr. Cunha, em boa forma aparente);

h) Inabilidade ou impotência para controlar a acção de

grupos de pressão que parecem saquear o Estado ou fazer chantagem sobre ele.»

(«O Diabo», 21 de Março)

Eucaliptos e repressão

«Cerca de 1000 populares de três freguesias de Valpaços — Veiga de Lila, São Pedro e Água-Revés — envolveram-se em confrontos com forças da GNR, que defendiam uma plantação de eucaliptos na chamada Quinta do Ermeiro, vendida recentemente por 70 mil contos a uma empresa de celulose.

Foi a segunda vez, em 20 dias, que os populares organizaram uma «expedição punitiva», para arrancarem os pés de eucalipto, plantados desde há cerca de um ano, em substituição de oliveiras, que, além de darem uma média de 100 toneladas de azeitona ao ano, empregavam muita gente das aldeias.

Por sua própria iniciativa e com o apoio do presidente da Câmara de Valpaços, eng.º Francisco Tavares, os populares contactaram a Quercus, Associação Nacional de Protecção da Natureza, que ontem se lhes juntou e se fez acompanhar por jornalistas. Participaram também na marcha à Quinta do Ermeiro cerca de 10 populares da serra da Aboboreira e de Manhucelos, povoações onde se travam também lutas contra a eucaliptização.

Se, na primeira acção, os populares haviam deparado com uma força insignificante da GNR, que deixou retirar à vontade muitos eucaliptos, isso não se repetiu ontem.

Ao princípio da tarde, quando penetrava na área da quinta — que se estende em socos por 240 hectares — a multidão deparou com um dispositivo reforçado com homens a cavalo e, mais tarde, com uma força de choque mu-

nida de gases lacrimogéneos. Os confrontos mais graves sucederam quando, rompendo um primeiro cordão de soldados, os populares se lançaram no corte, com sacos, de algumas centenas de pés de eucaliptos. Homens, mulheres e até crianças encorajavam-se uns aos outros, desafiando a guarda ou tentando convencê-la a pôr-se do seu lado, considerando que os movia a razão.

Todavia, quando os primeiros grupos se acercavam da casa da quinta onde a GNR mantinha a reserva de efectivos, deram-se os primeiros confrontos mais graves, tendo sido feitos disparos para o ar. Nessa altura também se registaram confrontos, principalmente com os soldados a cavalo, e houve armas apontadas para a multidão, incluindo os representantes da imprensa.»

(«A Capital», 20 de Março)

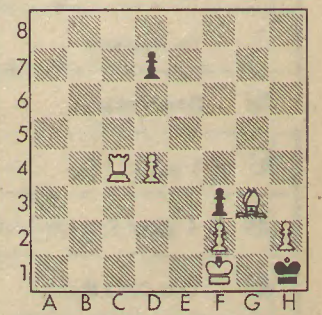
Norberto de Araújo

«Faz cem anos (21 de Março de 1889) nasceu em Lisboa um homem que viveu e escreveu apaixonadamente sobre esta cidade e quem cá vive. Jornalista, e dos maiores no pariatório do ofício, ele fez de tudo o que um diário exigia dos seus honrados tarimbadores. Transformando-se numa criação da sua própria criação, foi uma figura popular, foi uma lenda viva no seu tempo. A sua prosa é uma substância que envolve as ruas, os bairros, as paisagens, as casas, os passantes, os habitantes e os retirantes de Lisboa. Para evocar a sua memória, para falar sobre a sua vida, o «Diário Popular» convocou para a agenda do dia um jornalista que, já não estando nesta Casa, ainda se considera desta casa.»

(«Diário Popular», 21 de Março)

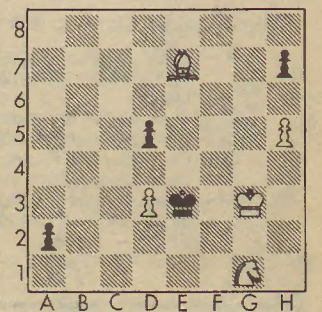
Xadrez

CXCV — 23 de Março de 1989
Proposição N.º 195-A
Por: André Chéron
«Feuille d'avis de Lausanne», 1930



Mate em três lances

Proposição N.º 195-B
Por: W. e M. Platoff
«Rigaer Tageblatt», 1909



Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CXCV

Proposição N.º 195-A (A. Ch.):
1. Bb8,d6; 2. d5,R:h2; 3. Th4++ 1.
..., d5; 2. Tc7, R:h2; 3. Th7+.
Proposição N.º 195-B (W. e M.P.):
1. Bf6, d4; 2. Cc2, al=D; 3. Cc1; (ameaçando mate: 5. Bg5), Da5; 4. B:d4+, R:d4; 5. Cc3+, ganhando a Dama por + duplo Se: 3. ..., h6; 4. Bd4+, R:d4; 3. Cb3 e + duplo.

A. de M.M.

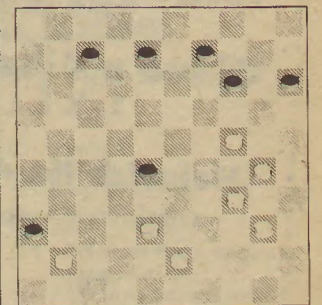
Damas

CXCV — 23 de Março de 1989

Proposição N.º 195

Por: Alain Tavernier (Fr.)
«Dame à la Une» N.º 29/Out. Dec., 1988

Pr.: [7]: 7-8-9-14-15-28-36
Br.: [7]: 24-30-34-38-40-41-43



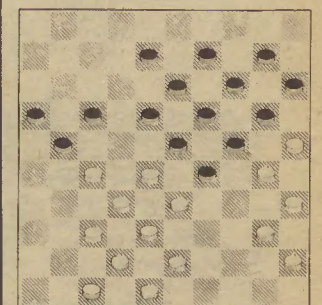
Jogam as Brancas e ganham

**

Golpe N.º 195

Por: Patrick Fosse
Narbonne, 21-V-1978

Pr.: [15]: 8-9-10-13-14-15-16-17-18-19-20-21-23-24-29
Br.: [15]: 25-27-28-30-32-33-35-37-38-40-42-43-45-47-48



Jogam as Brancas e fazem Dama

**

Soluções do N.º CXCV

Miniatura N.º 195 (AT): 38-33, (28x48=D); 40-35, (36x47=D); 24-19 (14x23); 30-25 (48x30); 35x24 (47x20); 25x1=D e 1-29 e 29-42+

Golpe N.º 195 (PF): 40-34 e 35x44 e 33-29 e 28-22 e 32x3=D e Brancas em vantagem

A. de M. M.



(«Expresso», 18 de Março)